



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Ana Carolina Vasco Caetano

O TERRITÓRIO VISTO PELOS MEDIA

UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA PARA A CIDADANIA

Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pelo Professor Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa, apresentado ao Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Novembro de 2020

FACULDADE DE LETRAS

O TERRITÓRIO VISTO PELOS MEDIA

UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA PARA A CIDADANIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	O Território visto pelos Media
Subtítulo	Uma abordagem pedagógica para a cidadania
Autora	Ana Carolina Vasco Caetano
Orientador	Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa
Júri	Presidente: Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro
	Vogais:
	1. Doutor João Luís Jesus Fernandes
	2. Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Formação de Professores
Data da defesa	27-11-2020
Classificação do Relatório	17 valores
Classificação do Estágio e Relatório	17 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

A elaboração do presente Relatório de Estágio só foi possível com o apoio de algumas pessoas. Assim, expresso o meu agradecimento a todas as que cooperaram e me apoiaram ao longo do meu percurso na realização do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

À minha família, que de diferentes maneiras mostraram o seu apoio. Em especial aos meus pais que sempre me motivaram e deram a liberdade de fazer aquilo que me faz feliz, e ao meu irmão, que está sempre presente e me ensina a ampliar os meus horizontes diariamente.

Ao Agostinho, meu tio e padrinho, que me transmitiu o gosto pela Geografia e me acompanhou, de forma muito presente e inesperada, no meu início de carreira docente.

À Professora Cristina Trovão, professora cooperante que foi o elo entre a faculdade e a escola. Acompanhou e incentivou o meu desenvolvimento em ambiente escolar, transmitindo a paixão pela docência e de viver a Geografia sem fronteiras.

Aos meus colegas de estágio e mestrado, que ao longo do percurso foram partilhando comigo as dificuldades e conquistas.

Aos meus primeiros alunos, pela sua compreensão e simpatia ao longo do ano letivo. Foram o meu maior desafio neste percurso, mas também, a razão e motivação de todo o trabalho desenvolvido.

Ao Professor Doutor Paulo Nossa, orientador deste relatório, pela disponibilidade, dedicação, compreensão e sabedoria partilhada no decorrer do estágio e do relatório.

À Professora Doutora Fátima Velez de Castro, que foi a professora com quem partilhei os momentos mais desafiantes e importantes ao longo do meu percurso universitário e que me propôs o desafio de também ser professora.

A todos os professores, que me transmitiram as ferramentas necessárias para atingir os meus objetivos e, de diferentes perspetivas, me demonstraram a importância e o objetivo de ser professora.

Aos meus amigos, de quem sempre senti apoio e compreensão ao longo deste percurso e que me acompanham em todas as aventuras da minha vida.

RESUMO

O território é, e sempre foi, um espaço de comunicação e cabe a cada pessoa a interpretação das mensagens refletidas nele. A distribuição da população pelo território levou ao aumento da população nas cidades e estas tiveram de se transformar para adquirir capacidades de resposta a novas situações. A comunicação, informação e participação ativa dos cidadãos no território são a chave da resolução de problemas recorrentes nas áreas urbanas.

A partir do desenvolvimento das novas tecnologias os conceitos de espaço e tempo foram transformados, sendo possível comunicar para qualquer parte do globo sem ter de fazer qualquer deslocação. Assim surgiu a globalização com um novo conceito, o território virtual. Atualmente a sociedade está permanentemente exposta a informação enviada de forma constante e não verificada. A questão que mais se coloca na sociedade de informação é a capacidade de interpretação e seleção da mesma, de forma a não criar desinformação que podem abalar as estruturas políticas, económicas e sociais.

A disciplina de Geografia tem como critério inicial ao seu desenvolvimento a observação. A capacidade de afastamento do espaço de análise e observar o território, sem o ruído da informação constante, permite ao geógrafo discernir de forma mais ponderada os acontecimentos.

A partir desta premissa, é pretendido aplicar os conhecimentos adquiridos na disciplina de Geografia e desenvolver o espírito crítico em relação à informação que obtida através dos media. A eleição do ensino baseado em trabalho de projeto tem como objetivo o envolvimento dos alunos de forma mais consciente e consistente no processo de ensino-aprendizagem, dando oportunidades de avaliação diversificadas promovendo a aprendizagem efetiva de todos os alunos.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Problemas Socioeconómicos; Trabalho de Projeto; Media; Cidadania

ABSTRACT

The territory is, and always has been, a place of communication and it is up to each person to interpret the messages reflected in it. The distribution of the population throughout the territory has led to an increase in the population in the cities and these have had to change in order to acquire capacities to respond to new situations. Communication, information, and active participation of citizens in the territory are the key to solving recurrent problems in urban areas.

From the development of new technologies, the concepts of space and time have been transformed and it is possible to communicate to any part of the globe without having to make any movement. This is how globalization came about with a new concept, the virtual territory. Today society is permanently exposed to information sent in a constant and unverified way. The question that arises most in the information society is the capacity to interpret and select it, so as not to create disinformation that can shake political, economic, and social structures.

The discipline of Geography has an initial criterion for its development of the observation. The ability to move away from the space of analysis and observe the territory, without the noise of constant information, allows the geographer to discern events in a more considered way.

From this premise, it is intended to apply the knowledge acquired in the discipline of Geography and develop a critical spirit in relation to the information obtained through the media. The choice of teaching based on project work aims at involving students in a more conscious and consistent way in the teaching-learning process, giving diversified evaluation opportunities promoting effective learning for all students.

Keywords: Pedagogical Practice; Socio-economic Problems; Project Work; Media; Citizenship

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO PEDAGÓGICO	3
2.1. NÚCLEO DE ESTÁGIO	3
2.2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	4
2.3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
2.4. CARACTERIZAÇÃO DAS TURMAS	7
2.5. AVALIAÇÃO	8
3. DIMENSÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO	13
3.1. TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES	13
3.2. PROBLEMAS SOCIOECONÓMICOS	19
3.3. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	23
4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA	33
4.1. TRABALHO DE PROJETO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA	33
4.2. O PAPEL DO ENSINO DA GEOGRAFIA	38
5. APLICAÇÃO DIDÁTICA	41
5.1. OBJETIVOS DA APLICAÇÃO DIDÁTICA	41
5.2. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA SEQUÊNCIA DE AULAS	42
5.2.1. SAÍDA DE CAMPO: PROBLEMAS URBANOS EM TERRITÓRIO DE PROXIMIDADE	42
6. O TERRITÓRIO VISTO PELOS MEDIA	46
6.1. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATRAVÉS DOS MEDIA COMO ESTRATÉGIA DE COMPLEMENTO DA LEITURA GEOGRÁFICA	46
6.2. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA	47
6.3. PRODUÇÃO DE MEDIA EM GEOGRAFIA	49
6.4. A UTILIZAÇÃO DOS MEDIA COMO PROPOSTA DIDÁTICA: METODOLOGIA E RESULTADOS	50
7. ATIVIDADES EXTRALECTIVAS	60
7.1. PALESTRA “OS REFUGIADOS EM PORTUGAL”	60
7.2. VISITAS DE ESTUDO REALIZADAS	60
8. ENSINO A DISTÂNCIA	62
9. CONCLUSÃO	64
BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS	66
ENDEREÇOS ELETRÓNICOS	68
ANEXOS	69

Índice de Figuras

Figura 1 Localização município de Pombal Fonte: Pordata.....	4
Figura 2 Escola Secundária de Pombal.....	5
Figura 3 Missão, Valores e Visão do AEP.....	7
Figura 4 Esquema Conceptual dos Princípios do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória Fonte: Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.....	8
Figura 5 Esquema de interação do Perfil dos alunos e aprendizagens essenciais Fonte: Critérios Gerais de Avaliação 2019-2020, Agrupamento de Escolas de Pombal	9
Figura 6 Escala de Classificações Sumativas.....	9
Figura 7 Critérios Específicos de Avaliação não abrangidos pela reforma curricular	11
Figura 8 Modelo dos três C's de Kanter	14
Figura 9 Cidades Tradicionais vs Cidades Inovadoras	14
Figura 10 Percentagem da população em áreas urbanas e rurais em Portugal	15
Figura 11 População residente nas cidades portuguesas	16
Figura 12 Densidade Populacional no território português (2019).....	17
Figura 13 Cidades com maior densidade populacional em Portugal (2001 e 2018).....	17
Figura 14 Articulação entre imagens negativas, conflitualidade e insegurança e consequências sobre dinâmicas sociais.....	20
Figura 15 Principais impactos na saúde humana associados à poluição atmosférica (PM, NO ₂ , SO ₂ , O ₃).....	25
Figura 16 Fontes de poluentes atmosféricos na UE.....	26
Figura 17 Concentração PM ₁₀ E NO ₂ no espaço europeu	26
Figura 18 Indicadores de desempenho de Sustentabilidade Urbana	27
Figura 19 Políticas Urbanas e Indicadores de desempenho	27
Figura 20 Objetivos e Metas - ODM.....	30
Figura 21 Imagem de apresentação dos ODS.....	31
Figura 22 Ensino - Aprendizagem.....	36
Figura 23 Exemplo de rubrica utilizado para avaliar o planeamento de projeto realizado pelos estudantes.....	37
Figura 24 Mapa do Percurso da Saída de Campo na cidade de Pombal.....	44
Figura 25 Problemas chave das Notícias selecionadas	59
Figura 26 Palestra "Os Refugiados em Portugal"	60
Figura 27 Visita de Estudo à Serra do Sicó (10º Ano) - Pedreira do Sicó/ Campo de Lápias.....	61
Figura 28 Plataforma Padlet - 10º Ano.....	62

Índice de Tabelas

Tabela 1 Percurso da Saída de Campo - Cidade de Pombal.....	43
Tabela 2 Problemas Urbanos e Soluções para a cidade de Pombal.....	44
Tabela 3 Instituições e Programas de promoção de Educação para os Media.....	48
Tabela 4 Notícias referentes a problemas sociais.....	52

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem dois objetivos, o primeiro é descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio pedagógico, no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, realizado no Agrupamento de Escolas de Pombal durante o ano letivo de 2019-2020. O segundo objetivo é sustentar cientificamente a matéria lecionada e as estratégias didáticas utilizadas no contexto de sala de aula.

O Estágio foi desenvolvido especificamente na Escola Secundária de Pombal, com duas turmas do ensino secundário, onde o núcleo de estágio esteve inserido e desenvolveu diversas atividades pedagógicas. As turmas eram de anos de escolaridade e de áreas científicas diferentes, a de 10º ano era do curso de Ciências Socioeconómicas e a de 11º ano era do curso de Línguas e Humanidades. O contacto com estas duas turmas com características e objetivos distintos foi interessante porque podemos constatar duas formas de perceção e interação da disciplina de Geografia.

O relatório começa com uma caracterização do Agrupamento de Escolas de Pombal, com maior ênfase na Escola Secundária de Pombal e o seu enquadramento no território e contexto socioeconómico onde está inserida, bem como, a caracterização das turmas com as quais foi desenvolvida a prática pedagógica. A avaliação praticada pelo Agrupamento onde o estágio foi desenvolvido será também explicada, de forma a dar a entender os objetivos desta e a ligação que tem com as estratégias didáticas utilizadas.

A dimensão científica debruça-se sobre os problemas socioeconómicos, inseridos no tema “Expansão Urbana” do programa de Geografia do 11º ano de escolaridade. A explicação do aumento das cidades e a sua transformação no contexto da globalização e o caso particular do território português, criando uma ideia para a introdução para o tema dos problemas socioeconómicos. Estes serão tratados numa linha de consciencialização para introdução da ideia e valores de cidadania em contexto escolar, com as indicações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas.

A Dimensão Pedagógica da Aplicação Didática aborda o Trabalho de Projeto, tendo em conta o documento orientador “O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”. A utilização do Trabalho de Projeto como estratégia pretende ir de encontro aos interesses e necessidades dos alunos de forma a demonstrar a componente prática e decisiva da disciplina de Geografia na aplicação da cidadania. O trabalho de Projeto não se limita a uma aplicação didática em concreto, pois podem ser utilizadas várias, conforme os objetivos dos alunos. A ideia é apresentar diferentes ideias para a resolução de tarefas que se enquadrem de forma mais positiva no ensino-aprendizagem pretendido, oferecendo uma base técnica de como o professor pode trabalhar e refletir sobre o seu papel neste método.

A Aplicação Didática será apresentada através da sua utilização efetiva numa das turmas, apresentando os seus objetivos e resultados do método de trabalho de projeto e perceber a sua pluralidade de execução e avaliação.

No contexto da aplicação didática do trabalho de projeto será apresentada uma estratégia da sua utilização através dos media. Será uma forma de abordar a disciplina de geografia transmitindo a sua utilidade no quotidiano, transmitindo aos alunos a possibilidade de interação com o mundo de forma a tornarem-se cidadãos informados e ativos.

Ao longo do ano letivo o núcleo de estágio de Geografia desenvolveu e participou também atividades extracurriculares das quais será feita uma apresentação.

Devido ao confinamento obrigatório causado pela pandemia da COVID-19 a nível mundial, este ano de trabalho foi atípico. No final do relatório de estágio, são apresentadas as plataformas digitais escolhidas pelo Agrupamento de Escolas de Pombal para a continuidade do ano letivo através do ensino a distância e as alternativas utilizadas em meio escolar para ultrapassar os constrangimentos criados pelo confinamento e suas consequências. Será também feita uma pequena reflexão acerca do impacto do confinamento no ensino e o papel de escola que vai mais além do que apenas o ensino formal.

O ano letivo 2019-2020 acrescentou alguns desafios além daqueles que são normais do início da prática docente, o que tornou a formação mais desafiante e com mais oportunidades de aprendizagem, tais como as que descrevo ao longo do relatório de estágio.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO PEDAGÓGICO

2.1. NÚCLEO DE ESTÁGIO

O Núcleo de Estágio de Pombal, no ano letivo 2019/20 foi composto por três professores estagiários, André Vieira, Fábio Rosa e Carolina Caetano, com a orientação da Professora Cooperante Cristina Trovão, docente na Escola Secundária de Pombal e o Professor Orientador Paulo Nossa, da Universidade de Coimbra.

Iniciámos o estágio no final do mês de setembro de 2019, por reunir com a Professora Cooperante, decidindo a distribuição de tarefas e expondo as nossas expectativas e preocupações relativamente à formação inicial de professores. Determinamos que iríamos reunir duas vezes por semana, discutindo a perceção que tínhamos de aulas, do trabalho a desenvolver, preparação de materiais e dinâmica a desenvolver em sala de aula. Decidimos que, cada estagiário, estaria responsável por uma sequência de sete aulas, em que cada um escolheria um tema que gostasse de abordar, consoante o programa da disciplina. Ficou assim determinado que no início do segundo período, os professores estagiários iriam lecionar a primeira sequência de sete aulas, em que uma delas seria observada pelo Professor Orientador. O mesmo iria acontecer no terceiro período, sendo que os estagiários iriam lecionar noutra turma. Ou seja, na primeira sequência de aulas o André lecionou no 10ºano e a Carolina e o Fábio lecionaram no 11º ano e na segunda sequência seria o inverso.

Durante o primeiro período assistimos às aulas de Geografia de duas turmas, em que a Professora Cooperante lecionava e, no final tivemos oportunidade de lecionar uma parte das aulas para começarmos a interagir diretamente com as turmas. Participamos na celebração do Dia dos Direitos Humanos com a preparação de uma palestra com o tema “Refugiados em Portugal”. Tivemos também a oportunidade de assistir às Reuniões de Avaliação de ambas as turmas.

No segundo período, para além da leção da sequência das aulas, trabalhámos na preparação de uma Visita de Estudo à Serra do Sicó, com as turmas de 10ºano e iniciámos os contactos e preparação de uma Visita de Estudo de dois dias ao Alentejo, com as turmas de 11ºano, que acabou por não se concretizar face aos constrangimentos sanitários.

No final do mês de março, a pedido do núcleo de estágio, dois professores do departamento disponibilizaram-se para receber os professores estagiários nas suas aulas do 3º ciclo. No total assistimos a quatro aulas, em duas turmas de 7º ano, uma de 8º ano e uma de 9º ano. A participação nestas aulas teve como objetivo principal perceber a diferença de práticas e metodologias de trabalho docente e dinâmica em sala de aula entre o ensino básico e o secundário. A partir da minha observação nas aulas do 3º ciclo concluo que as maiores diferenças para o ensino secundário são a menor capacidade de concentração, há um ruído constante, menor nível de autonomia na execução de tarefas pelo que a dependência em relação ao professor é maior. O docente tem de organizar melhor os tempos de participação dos alunos, a quantidade de matéria lecionada em cada aula é mais reduzida e devem ser utilizadas diferentes estratégias para que seja entendida e consolidada da melhor forma possível.

A partir do final do segundo período iniciou-se a fase de confinamento devido à pandemia da COVID-19, portanto este ano letivo tornou-se atípico e todos tivemos de nos adaptar à nova realidade. Iniciámos uma fase de Ensino a Distância (online), a que fomos assistindo de início, com momentos síncronos e assíncronos. Continuámos a reunir semanalmente com a Professora Cooperante de forma

a podermos colaborar no trabalho com as turmas e continuar a realizar as tarefas estabelecidas anteriormente.

O núcleo de estágio trabalhou bem como equipa, numa dinâmica de entreaajuda por parte dos estagiários. A Professora Cooperante esteve sempre presente, dando o apoio essencial para a aprendizagem e o trabalho realizado ao longo do ano, estando sempre disposta a debater ideias e propostas.

Tendo em conta o regime de Ensino a Distância, imposto pela situação da COVID-19, o núcleo de estágio adaptou-se bem à nova realidade. Foi um pouco difícil para todos conseguir gerir a situação, principalmente ao início que ficamos sem qualquer contacto com as turmas, mas conseguimos corresponder de forma positiva a este desafio inesperado. Como professores sabemos que nos temos de adaptar a situações complexas e esta foi a primeira ultrapassada com sucesso.

2.2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O estágio pedagógico foi desenvolvido na Escola Secundária de Pombal, que se situa na cidade de Pombal, pertencente à NUTII referente ao Centro e NUT III da Região de Leiria. Pombal é sede de Município com uma área de 626,00 km², que se estende até à costa e conta com 52.004 habitantes. Em 2018, a percentagem de população em idade ativa (15 aos 64 anos) era de 63,6%, a população idosa (65 e mais anos) era de 24,4% e a população jovem (menos de 15 anos) correspondia apenas a 12% da população. (Pordata, 2018)

Os dados de 2018 indicam que no município de Pombal existiam 7.859 estudantes a frequentar o ensino não superior. Este número diminuiu em relação a 2010, quando foram registados 11.249 estudantes a frequentar o ensino não superior. O número de estabelecimentos de ensino também reduziu de 70 em 2010 para 53 em 2018, sendo que, entre estes anos, encerraram 18 estabelecimentos de ensino de 1º Ciclo e registou-se mais um estabelecimento de ensino do 3º ciclo. (Pordata,2010&2018).

Segundo o Diagnóstico Social, realizado pelo Município de Pombal (2017), este decréscimo de estudantes e consequente encerramento de estabelecimentos de ensino, no concelho de Pombal, devesse ao *“fenómeno relacionado com a situação económica vivida desde 2010 e consequente emigração de famílias”*

Pombal é uma cidade de pequena dimensão com uma forte relação de complementaridade com as cidades mais próximas de maior dimensão, Leiria e Coimbra. A sua forte e variada rede de transportes, tanto rodoviária como ferroviária, oferece à cidade de Pombal uma posição de centralidade em relação ao território português. O município de Pombal é um ponto de convergência de vias rodoviárias tanto entre o norte e o sul (A1 e IC2) como o litoral e o interior (IC8). A nível de serviço ferroviário cidade de Pombal também tem alguns benefícios estando situada na passagem da Linha do Norte. Para além dos serviços Regional e InterRegional e Intercidades, o Alfa-Pendular e o comboio Internacional (Lisboa-Madrid) fazem também paragem na estação de Pombal.

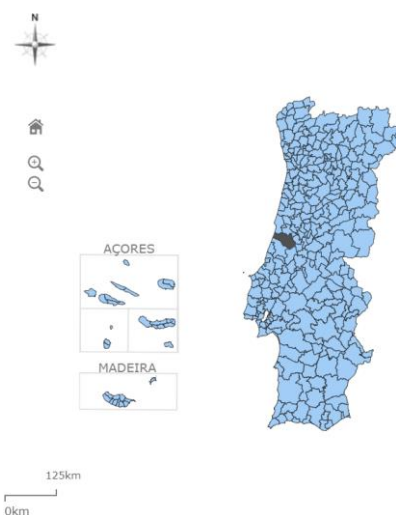


FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO DE POMBAL FONTE: PORDATA

Devido à localização privilegiada do município, com várias vias rodoviárias que ligam diferentes pontos do país, a linha ferroviária e rápidos acessos a zonas portuárias e a aeroportos, surgiram assim empresas e indústrias que desenvolvem o município. Junto à cidade de Pombal existem duas áreas industriais, a Zona Industrial da Formiga e o Parque Industrial Manuel da Mota. A Zona Industrial da Formiga foi o primeiro ponto onde surgiu o complexo de empresas e indústrias em Pombal. Esta encontra-se ao longo da IC2, tendo um fácil acesso. Com o desenvolvimento e expansão da cidade de Pombal esta área anexou-se à área urbana e tornou-se menos relevante após o investimento no Parque Industrial Manuel da Mota. Este parque industrial tem uma localização estratégica, encontra-se na saída da A1 que converge com a IC8. O parque tem 825 750 km² e alberga cerca de 51 empresas, empregando cerca de 1500 trabalhadores.

Existe, em Pombal, uma tradição emigratória, com um fluxo maior para países como França, Suíça e Luxemburgo. Segundo dados da Pordata, em 1961 Pombal registou 325 saídas de pessoas que residiam no município para países estrangeiros. No mesmo ano, eram 1198 as pessoas que saíam da região de Leiria para outros países. Pombal foi o segundo município com maior saída de população emigrante, sendo que o primeiro foi Leiria. Em 1981 a saída de população emigrante diminuiu para 694 na região de Leiria e esta diminuição também foi notória em Pombal que registou 171 saídas do município para outros países. Apesar da diminuição de população emigrante em relação ao ano de 1961, Pombal foi o município que registou mais saídas em toda a região de Leiria.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária é sede do Agrupamento de Escolas de Pombal, criado em 2013, que integra 17 escolas desde o ensino pré-escolar ao secundário. A Escola Secundária surgiu em 1957 com a designação de Escola Técnica Comercial e Industrial, com o objetivo de formar profissionais técnicos na área industrial. A criação desta escola deveu-se à transformação sociocultural da população, que anteriormente trabalhava maioritariamente no sector agrícola e passou para o sector industrial devido a um crescimento das indústrias na região.



FIGURA 2 ESCOLA SECUNDÁRIA DE POMBAL

FONTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

A Escola Secundária teve a intervenção, para requalificação de alguns edifícios, que se iniciou em 2009 através da empresa Parque Escolar. A requalificação terminou após um ano e foi inaugurada a 5 de outubro de 2010. Conta com equipamentos diversificados e ajustados às necessidades da comunidade escolar, desde um pavilhão gimnodesportivo, uma biblioteca, um auditório e um grande número de salas de aula com diferentes características de forma a ser possível albergar todos os cursos

disponibilizados aos alunos. Atualmente as instalações escolares têm uma área de 22.966 m², com a área bruta de construção de 13267,7 m².

Junto da Escola Secundária está também situada a Escola Básica Marquês de Pombal. As duas escolas funcionam numa dinâmica de complementaridade. Na Escola Básica Marquês de Pombal estão inseridos os alunos que frequentam o 2º ciclo e o 3º ciclo, até ao 8º ano. O 9º ano e as restantes turmas de secundário, cursos científicos e profissionais frequentam a Escola Secundária. Muitos dos professores lecionam simultaneamente nas duas escolas.

Atualmente o Agrupamento de Escolas de Pombal conta aproximadamente com 2832 estudantes no ensino diurno. Dos estudantes do AEP cerca de 13% frequentam o ensino Pré-escolar, 58% frequentam o Ensino Básico e 28% frequentam os Cursos do Ensino Secundário.

A Escola tem uma oferta formativa muito ampla para no ensino secundário. Conta com quatro cursos Científico-Humanísticos que são, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. Geralmente, são estes cursos que os estudantes procuram quando pretendem ingressar no Ensino Superior. Há também uma aposta nos cursos profissionais, tendo de momento seis cursos a funcionar, estes são Análise Laboratorial, Eletrónica, Automação e Computadores, Informática – Sistemas, Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Restaurante-Bar e Desporto. A Escola oferece também formação direcionada a adultos através do Centro Qualifica, que tem como objetivo dar formação de forma a integrar e apoiar as pessoas no contexto do mercado de trabalho.

Para além da componente letiva a Escola também conta com programas, como o Desporto Escolar, o Programa Eco Escolas ou um protocolo com o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra. Integra também projetos como o eTwinning, o Plano Nacional das Artes, Projeto Young VolunTeam ou o Comboio da Memória. Tem também clubes direcionados aos diversos interesses dos estudantes, o Clube Ciência Viva, Clube dos Direitos Humanos, Clube Europeu, Clube de Matemática, Clube de Artes (Cri'Arte), entre outros.

O Agrupamento de Escolas de Pombal tem como lema *Erguer Futuros*, promovendo que “Qualquer projeto (de pro-jectare, “lançar para diante”) implica uma construção temporal estabilizadora e impõe um vínculo com o futuro. O nosso, porque educativo, visa, precisamente, erguer futuros, fomentando a pluralidade de ideias, promovendo o sentimento de segurança necessário à aprendizagem, suscitando o reconhecimento de valores e capacidades, procurando a inclusão, de modo a evitar atos discriminatórios ou marginalizações.”.



FIGURA 3 MISSÃO, VALORES E VISÃO DO AEP
 FONTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

2.4. CARACTERIZAÇÃO DAS TURMAS

No ano letivo de 2019/20, o núcleo de estágio de Pombal contou com três estagiários, contudo a Professora Cooperante tinha apenas duas turmas onde lecionava a disciplina de Geografia. Tendo em conta esta situação, foi decidido que a formação de professores envolveria ambas as turmas, uma de 10ºano e uma de 11ºano. Optamos por fazer blocos de cerca de sete aulas onde iríamos lecionar em cada turma, para além de algumas aulas intercaladas. No meu caso, lecionei na turma do 11ºano em janeiro e iria lecionar no 10ºano em maio e junho.

A turma de 10º ano é do curso de Ciências Socioeconómicas. No início do ano a turma iniciou a disciplina de Geografia com 25 alunos, no início do 2º Período um aluno da turma trocou a disciplina de Biologia para Geografia e entrou uma nova aluna na turma. Assim, a partir do 2º Período, a turma contou com 27 alunos em Geografia.

Esta turma, de forma geral, tem um bom aproveitamento escolar e apresenta um bom comportamento. Nenhum dos alunos tem retenções anteriores, apenas três estão a repetir o 10º ano por motivo de mudança de curso. Quatro destes alunos afirma que Geografia é uma das disciplinas favoritas. Todos os alunos pretendem ingressar no ensino superior.

A maioria dos alunos vive na cidade de Pombal ou numa área próxima, deslocam-se maioritariamente em transporte particular ou a pé, em alguns casos de transporte público.

A turma do 11º ano é do curso de Línguas e Humanidades, conta com 18 alunos à disciplina de Geografia, sendo que no final do 1º Período uma aluna mudou de escola e no 2º Período entrou outra aluna vinda de outra turma. Nesta turma há um aluno que se encontra a repetir o 11º ano e uma aluna que veio de outra escola e apenas integrou a turma no presente ano letivo. Podemos notar que a turma é coesa e bastante participativa.

Três dos alunos elege a disciplina de Geografia como favorita, enquanto cinco alunos admitem que é uma disciplina onde encontram mais dificuldades. A maioria dos alunos pretende seguir para o ensino superior, sendo que dez já têm uma ideia da área que pretendem seguir.

Oito alunos residem na freguesia de Pombal, sendo que os restantes residem noutras freguesias mais distantes da escola. A maioria desloca-se para a escola de transportes públicos, quatro a pé e outros quatro em transporte particular.

Em ambas as turmas não existem problemas de aprendizagem. Devido ao menor número de alunos no 11º ano, é mais fácil fazer um acompanhamento individual. No entanto, a turma do 10º ano, no geral, apresenta resultados mais satisfatórios.

2.5. AVALIAÇÃO

O Agrupamento de Escolas de Pombal criou o documento *Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020*, divulgado através do seu site, para apresentar a fundamentação e os critérios de avaliação do Agrupamento de Escolas de Pombal.

Na Escola Secundária de Pombal a avaliação tem como base o documento orientador do Perfil do Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, utilizando as Aprendizagens Essenciais.

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória é um documento orientador que determina a necessidade de os alunos centrarem a sua aprendizagem nos princípios, valores e áreas de competência de maneira a que as dominem no final do seu percurso escolar.

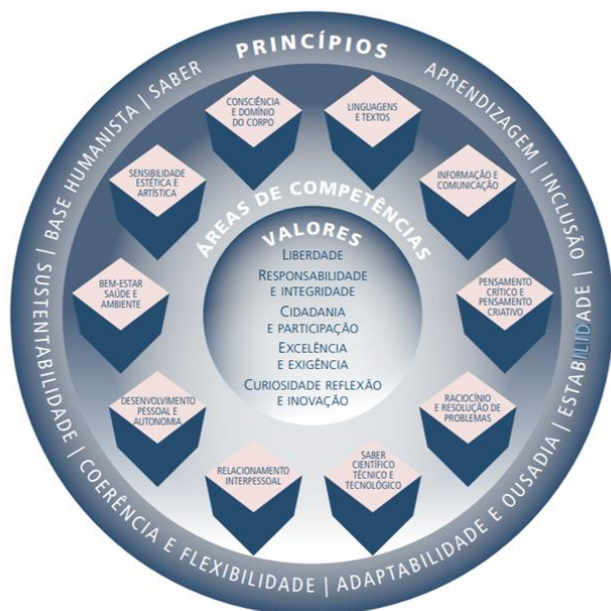


FIGURA 4 ESQUEMA CONCEPTUAL DOS PRINCÍPIOS DO PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA FONTE: PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

O Perfil do Aluno procura responder às necessidades do século XXI e a outras que teremos no futuro e que exigirão aos alunos uma preparação mais abrangente para os novos desafios do mercado de trabalho e da sociedade.

Com a evolução muito rápida da sociedade é possível perceber que o papel que os alunos poderão desenvolver no futuro pode não ir ao encontro da preparação que a escola oferece. Por isso, o documento do Perfil do Aluno tem como ideia base capacitar as crianças e jovens com competências transversais baseadas na autonomia, na capacidade de interação com os outros, o território que os rodeia e com a imprevisibilidade. Promove também a formação ao longo da vida, permitindo um desenvolvimento constante, explorando todas as capacidades e áreas necessárias para esse progresso dentro da escolaridade obrigatória.

O perfil dos alunos apresenta os conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que os alunos devem adquirir e as Aprendizagens Essenciais, com base no documento do perfil do aluno, contém os tópicos necessários para colocar em prática o desenvolvimento dos alunos.

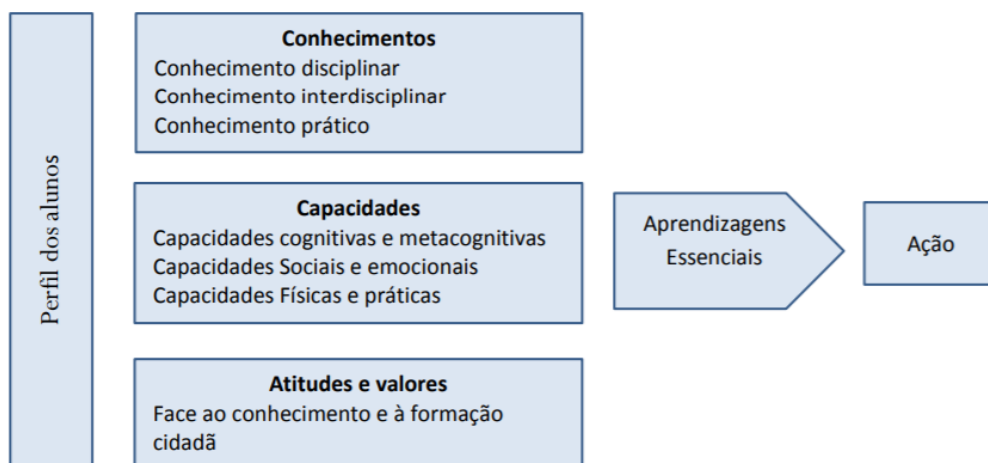


FIGURA 5 ESQUEMA DE INTERAÇÃO DO PERFIL DOS ALUNOS E APRENDIZAGENS ESSENCIAIS FONTE: CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO 2019-2020, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

Na disciplina de Geografia, no ensino secundário, os tipos de avaliação aplicados separam-se em avaliação interna e avaliação externa. Na avaliação interna, que compete à escola que os alunos integram, existe a avaliação formativa e sumativa. A avaliação externa é da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, que se foca na realização dos exames finais nacionais que atestam a conclusão do ensino secundário e garantem o acesso ao ensino superior.

A avaliação sumativa interna tem como objetivo atribuir uma classificação quantitativa aos alunos. No caso do secundário, o aluno é classificado numa escala de 0 a 20, como se pode observar na figura 6.

	1.ºCEB	2.º e 3.º CEB		Secundário	
0-19 %	Insuficiente	1	Insuficiente	0-9	Insuficiente
20-49 %		2			
50-69 %	Suficiente	3	Suficiente	10-13	Suficiente
70-89 %	Bom	4	Bom	14-17	Bom
90-100 %	Muito Bom	5	Muito Bom	18-20	Muito Bom

FIGURA 6 ESCALA DE CLASSIFICAÇÕES SUMATIVAS FONTE: CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO 2019-2020, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

A avaliação sumativa interna é discutida e aprovada no final de cada período pelo conselho de turma, tendo como objetivos no final do ano letivo:

- “a) Apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e do seu aproveitamento ao longo do ano.*
- b) Atribuição, no respetivo ano de escolaridade, de classificação de frequência ou de classificação final nas disciplinas.*
- c) Decisão, conforme os casos, sobre a progressão nas disciplinas ou transição de ano, bem como sobre a aprovação em disciplinas terminais, do 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade, não sujeitas a exame final nacional no plano de estudos do aluno.”*

Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020

Segundo o documento elaborado pelo Agrupamento de Escolas de Pombal, Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020, a avaliação deve ser um processo contínuo que deverá ser realizada através de diferentes registos propostos por cada departamento e aprovados pelo Conselho Pedagógico. O mesmo documento aconselha que:

“Os critérios de avaliação de cada disciplina devem ter em conta o perfil do aluno, as aprendizagens essenciais e demais documentos curriculares (art.º 18 da Portaria n.º 223-A/2018 de 03/08 / art.º 20 da Portaria n.º 229-A/2018 de 14/08). De acordo com a legislação em vigor:

- i) Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*
- ii) Os critérios de avaliação devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.*
- iii) Os critérios de avaliação devem ser explícitos, claros e possibilitar ao professor e ao aluno desenvolver e praticar uma avaliação para as aprendizagens (avaliação formativa) baseada no feedback eficaz e construtivo e no desenvolvimento de competências de autoavaliação.”*

Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020

Tendo em conta as indicações do Agrupamento de Escolas de Pombal, consideram-se instrumentos de avaliação os seguintes:

- *“Trabalho de projeto interdisciplinar.*
- *Registos de observação: intervenções orais e escritas.*
- *Debates e/ou diálogo argumentativo.*
- *Guiões de trabalho.*
- *Trabalhos: pesquisa, individuais, grupo, projeto.*
- *Atividades experimentais.*
- *Construção de artefactos, de dossiês temáticos, de modelos.*
- *Elaboração de relatórios, apresentações, entrevistas, esquemas, mapas, plantas, notícias, panfletos, vídeos, cartazes.*

- *Interpretação de peças vocais/instrumentais; Improvisação, obedecendo a padrões pré-definidos; Leitura rítmica ou melódica respeitando a notação e simbologia musical.*
- *Provas de aptidão física.*
- *Questão Aula.*
- *Atividades previstas no plano anual de atividades.*
- *Testes de avaliação.*
- *Portfólios de evidências de aprendizagem individual.*
- *Construção de artefactos, de dossiês temáticos, de modelos.”*

Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020

Para além dos critérios de avaliação referentes ao domínio dos saberes e capacidades que são específicos de cada área disciplinar e definidos no programa, existe também o domínio comportamental.

Ensino secundário – Cursos Científico-humanísticos: 12.º ano

Domínio dos Saberes e Capacidades		Domínio Comportamental	
Conteúdos específicos definidos no programa e nos planos de estudo dos cursos científico- humanísticos	95%	Assiduidade	1%
		Pontualidade	1%
		Cumprimento das normas estabelecidas em sala de aula	5%
		Interesse e empenho nas atividades letivas	1%
		Autonomia	1%

FIGURA 7 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO NÃO ABRANGIDOS PELA REFORMA CURRICULAR

FONTE: CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO 2019-2020, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

A avaliação deve ter como objetivo principal constatar se as ferramentas de ensino-aprendizagem estão a resultar de forma positiva para o desenvolvimento cognitivo do aluno e auferir progressão no ensino ou para a vida profissional. Para que os resultados de cada aluno sejam positivos é necessário que exista apoio e empenho toda a comunidade escolar e familiar. Nesse sentido, o documento desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Pombal determina o papel dos alunos, professores e das famílias no decorrer das atividades escolares.

“– Papel dos alunos: investir na aprendizagem, colaboração

- *Das notas para as competências duradouras.*
- *Da passividade para a proação.*
- *Da dependência para a autonomia.*
- *Da rotina para a inovação.*
- *Do conhecido para o desconhecido.*
- *Da uniformidade para a diferenciação.*
- *Do isolado para o colaborativo.*
- *Do individualismo para empatia.*
- *Do fácil para o difícil.*
- *Da indiferença para a paixão.*

– Papel dos professores: transformador

- *De ensinar - para descobrir.*
- *Aprendizagem “balizada” – para a aprendizagem por projetos.*

- *Do conceito de turma e médias – para a gestão de percursos (educativos) individuais (portefólios).*
- *Das tecnologias informáticas como ferramenta técnica – para ferramenta facilitadora da aquisição de saberes.*

– Papel das famílias: colaborar

- *Participação ativa na vida da escola.*
- *Parceria ativa com os professores.*
- *Do conservadorismo para a abertura à inovação.*
- *Das notas para as competências duradouras.*
- *Da superproteção para a autonomia e responsabilidade.”*

Critérios Gerais de Avaliação – Ano Letivo 2019-2020

Durante o período de estágio tive a possibilidade de colocar em prática diferentes instrumentos de avaliação nas duas turmas em que lecionei. Para além do formato mais tradicional de avaliação, que é o teste escrito, foram inseridos outros métodos como a Questão Aula, o Portefólio, Relatórios de Saídas de Campo, Trabalhos de Grupo e Individuais, Debates, interpretação de notícias.

As avaliações escritas eram avaliadas consoante três domínios:

- Domínio 1 - Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português
- Domínio 2 - Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços
- Domínio 3 - Comunicar e participar

A divisão da avaliação em domínios tem a vantagem de identificar o domínio em que cada aluno tem mais dificuldade e trabalhar em turma e individualmente com o objetivo de colmatar essa dificuldade.

De forma a avaliar de forma criteriosa outros trabalhos, o grupo de estágio produziu três rubricas de avaliação que definem o que é pretendido dos alunos no respetivo trabalho. As rubricas dizem respeito a momentos de avaliação como o trabalho de grupo, apresentação oral e reflexão crítica.

O núcleo de estágio teve a possibilidade de preparar, desenvolver e avaliar a prestação dos alunos ao longo do ano, participando e criando de momentos de avaliação mais ou menos formais. O objetivo da avaliação praticada durante o estágio é que este seja contínua e que tenha momentos de avaliação diversificados que permitam aos alunos adaptarem as suas capacidades à criação de novas aprendizagens.

3. DIMENSÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO

3.1. TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES

“Ao longo dos tempos, a cidade foi sinónimo de vida comunitária, de liberdade, de inovação, de bem-estar social, cultural e material. Urbanidade e cidadania são conceitos que estão histórica e etimologicamente ligados à cidade. Com a industrialização e a urbanização massificadas, as cidades passaram a também concentrar os mais graves problemas civilizacionais: desemprego, exclusão social, solidão, insegurança e degradação do património.”

Ferreira, A. F. (2005)

Segundo as Perspetivas da Urbanização Mundial realizadas pela Organização das Nações Unidas, das mais de sete milhões de pessoas que vivem em todo o mundo, mais de quatro milhões vivem em áreas urbanas. Estes números declaram que 55,3% da população mundial vive nas áreas urbanas. Associado ao aumento de residentes urbanos está também o processo de envelhecimento demográfico. O atual aumento do envelhecimento demográfico, embora não ocorra exclusivamente em contexto urbano, acompanha o crescente ritmo da urbanização da população mundial. Pela primeira vez na história da humanidade, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas (54%, 2014), uma proporção que se estima venha a aumentar para 66 % em 2050, crescendo a um ritmo de 1,84% ao ano até 2020 (WHO, 2015). No caso da Europa, onde aproximadamente 69% dos seus habitantes residem em áreas urbanas, prevê-se um acréscimo de residentes urbanos, passando dos 547 milhões (2015) para 581 milhões em 2050 (+6,22%; UN, 2015). Simultaneamente, no mundo, o peso da população idosa deverá triplicar até 2050, atingindo 1,5 mil milhões (16%). Entre 2010 e 2050, o número de pessoas idosas nos países menos desenvolvidos deverá crescer mais de 25 %, em comparação com um aumento de 71 % nos países desenvolvidos (UN, 2015).

Nas últimas décadas as cidades têm crescido, devido à procura das mesmas por parte da população com o objetivo de melhorar as suas condições de vida e sofrido alterações estruturais tendo em conta a origem e a diversidade da população que se instala nas cidades.

Ferreira (2005) lembra que nos encontramos num processo de consolidação de uma civilização com um campo de ação global, em que as áreas urbanas têm um papel muito importante criando ligações entre elas, oferecendo a quem vive nas cidades privilégios de comunicação e mobilidade. O autor afirma que com o fim da civilização industrial se deu início à época contemporânea que se pode designar por “sociedade do conhecimento”.

A globalização, a partir de mais aglomerados urbanos, criou uma ideia de competição entre territórios, que revolucionou a forma como se dinamiza as cidades. Aragonéz et al (2013) apresentam o conceito de Marketing Territorial através de três abordagens:

- Kotler, Haider e Rein (1993) são pioneiros na comparação de uma cidade a um produto, apresentando o conceito de Marketing Estratégico de Lugares.
- Kanter (1995) que afirma que para as cidades obterem sucesso têm de se destacar nos três C's (conceitos, competências e conexões).
- Porter (1990 a 1995) apresenta os clusters como exemplo, como criação competitiva e a necessidade de funcionamento em rede, reforçando as ligações e a capacidade competitiva dos países.

Aragonez et al (2013) afirmam que as cidades que dominam os três C's conseguem dominar o mercado global e destacar o seu território criando um impacto positivo no desenvolvimento.

Componente do modelo	Definição	Implicações/contributos para o marketing territorial
Conceitos	Inovadores	Ambiente inovador para as empresas, cria valor para os consumidores
Competências	Aplicabilidade das ideias inovadoras, trabalho qualificado	Valor acrescentado e excelência na mão-de-obra qualificada
Conexões	Criar conexões para as redes globais	Elo de ligação/relação com o mundo externo e economia global, pode funcionar como parceiro

FIGURA 8 MODELO DOS TRÊS C'S DE KANTER
 FONTE: ARAGONEZ ET AL (2013)

A transformação das cidades implica uma nova visão para elas de forma a responder a todas as necessidades da população (Figura 9). Segundo Aragonez et al (2013) assume que os cidadãos de uma cidade são um elemento estratégico para o seu desenvolvimento e entendem que a gestão e planificação deveram contar com a participação ativa dos cidadãos.

Cidades Tradicionais	Cidades Inovadoras
Centrado na expansão da cidade	Centrado na qualidade de vida
Administração controla os serviços	Administração promove os serviços
Utentes	Cidadãos Clientes
Base económica no sector Industrial	Base económica diversificada nos serviços
Intervenções da responsabilidade exclusiva do sector público	Intervenções em colaboração com o sector público e privado

FIGURA 9 CIDADES TRADICIONAIS VS CIDADES INOVADORAS
 FONTE: ARAGONEZ ET AL (2013)

Barata Salgueiro (2006) refere que a transformação das cidades deve ser analisada a partir de duas dimensões, a *urbs* que representa a dimensão material, e a *civitas* que representa a dimensão social. Estas duas dimensões são mutáveis ao longo do tempo, e com maior rapidez na atualidade, e é necessário fazer a sua análise a partir dos processos de evolução a nível global.

No que diz respeito à *urbs*, refere-se ao aglomerado urbano, que com o crescimento que as cidades têm sofrido nas últimas décadas, os seus limites não são tão visíveis como antes. A tarefa de diferenciar o espaço urbano do espaço rural é cada vez mais complexa, pois a edificação com características urbanas vai além do limite inicial e aparece de forma dispersa. Apesar de em alguns casos parecer área urbana, as suas funções, infraestruturas e dinâmicas têm ainda características rurais.

Quanto à *civitas* faz referência à construção social da cidade, representa as interações entre cada individuo que vive o espaço urbano e a sua participação na construção do espaço, tanto a nível físico

como social. É a partir das necessidades da *civitas* que são tomadas posições e decisões que transformam o território.

Citando Barata Salgueiro (2006), as grandes transformações contemporâneas dos aglomerados podem sintetizar-se em quatro linhas principais:

- a tendência para o crescimento das concentrações populacionais;
- a extensão periférica com dispersão e polarização;
- a reformulação das áreas interiores com esvaziamento e recolonização dos centros;
- e a construção de uma rede de centralidades.

Atualmente, a cidade vai muito além dos seus limites territoriais, estendendo-se para os subúrbios e mudando as vivências das áreas periféricas. A expansão é tão rápida que nem sempre é possível dar resposta de forma ajustada às necessidades (muitas vezes básicas) da população.

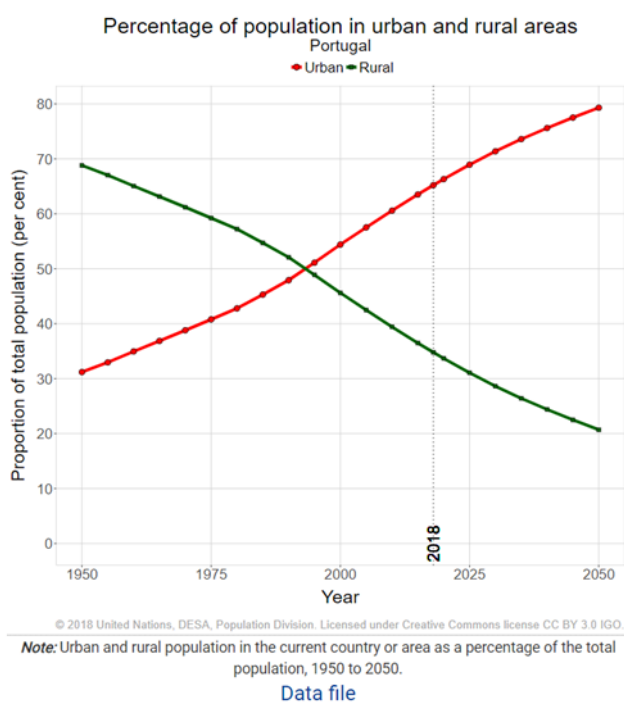


FIGURA 10 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM ÁREAS URBANAS E RURAIS EM PORTUGAL

FONTE: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Em Portugal o movimento da população tende a gerar o aumento da população nas áreas urbanas. Na Figura 10 podemos ver que, desde a década de 1950 (em que população portuguesa vivia maioritariamente nas áreas rurais) até à década de 1990, existe um decréscimo de população nas áreas rurais e um aumento nas áreas urbanas. A tendência, no futuro, é de continuar a aumentar a população nas áreas urbanas e o decréscimo populacional nas áreas rurais.

Cravidão et al (2002-2003) descrevem o território português contendo um povoamento desequilibrado, sendo que a densidade populacional é maior no litoral e polarizado, concentrando-se nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Os autores caracterizam a rede urbana portuguesa como “débil e desestruturada”.

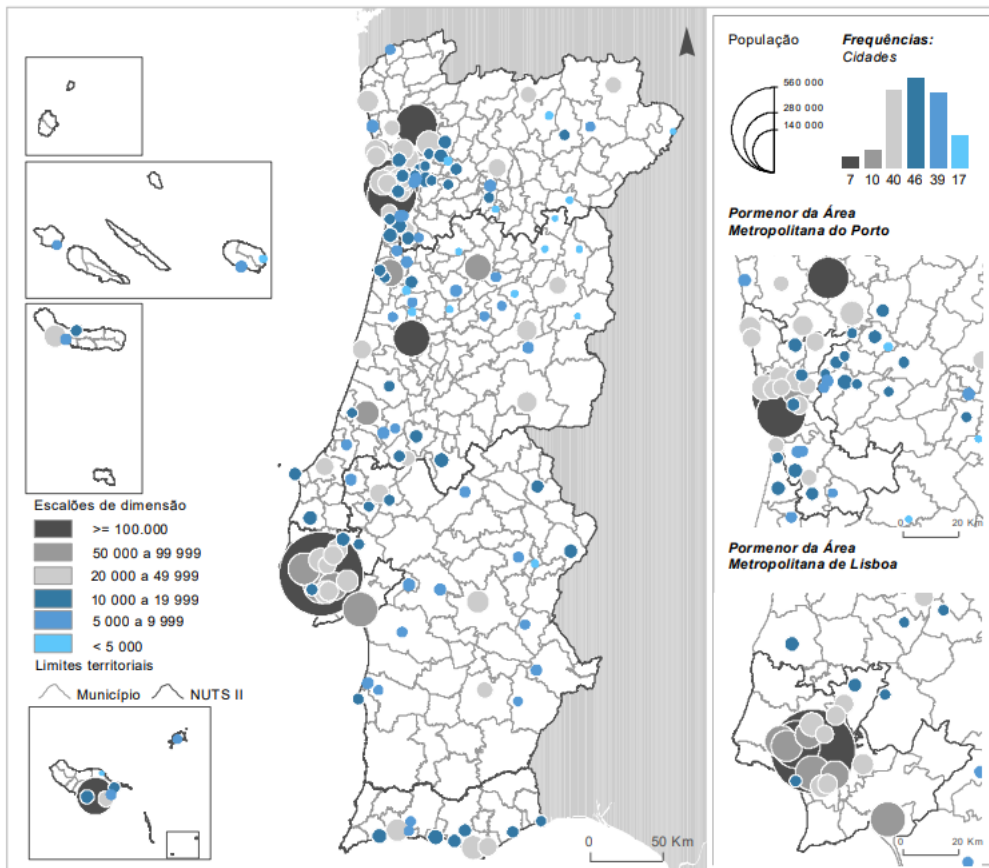


FIGURA 11 POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES PORTUGUESAS

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2011

Segundo dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de 2011, 42% da população residente em Portugal (4 450 812 pessoas) encontra-se nas 159 cidades portuguesas.

O desequilíbrio da distribuição, não só da população, mas também das cidades no território português é visível no mapa da Figura 11. Existem dois grandes polos em que se verifica a principal dinâmica de suburbanização, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Coimbra aparece como uma cidade de destaque tendo em conta as cidades mais próximas. O norte litoral destaca-se no território pelo número elevado de cidades de pequena e média dimensão. No litoral oeste, desde Caminha a Setúbal existe uma grande quantidade de cidades de pequena e média dimensão. A ilha da Madeira também tem um número elevado no que diz respeito à população residente naquele espaço.

No interior do país pode verificar-se um número reduzido de população, sendo que tanto a dimensão das cidades como o seu número são significativamente menores em relação ao litoral. No interior, as cidades que se destacam com o seu número de habitantes mais elevado são as capitais de distrito.

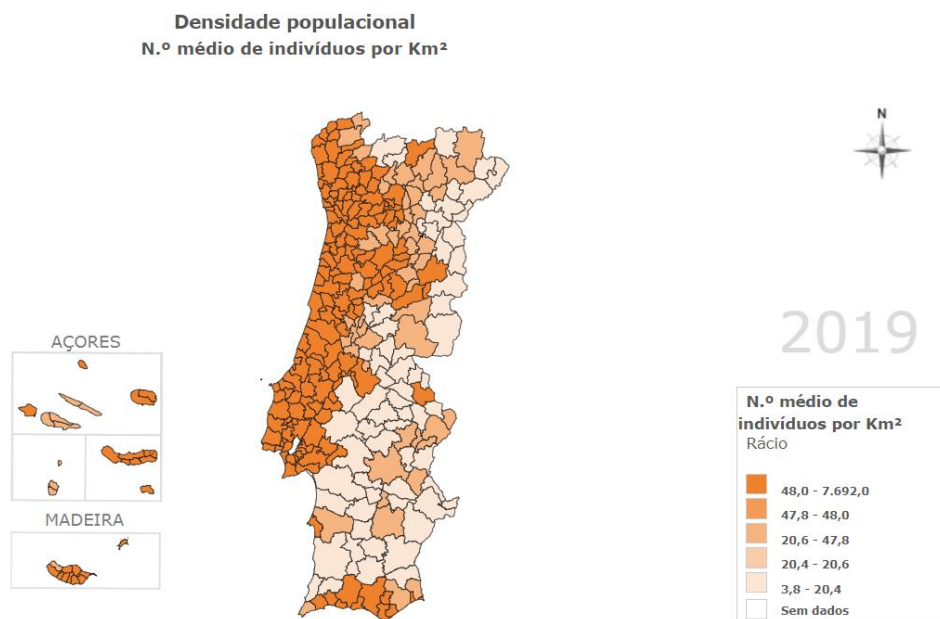


FIGURA 12 DENSIDADE POPULACIONAL NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS (2019)
 FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Marques (2003) aponta para a intensificação da ocupação residencial entre Setúbal e Caminha, gerando a litoralização do território e ainda a bipolarização devido ao aglomerado ao redor das cidades de Lisboa e Porto. Na Figura 12 é possível perceber o processo de litoralização, no litoral sul em alguns concelhos do Algarve e, principalmente, no litoral oeste mais marcado desde a fronteira norte com Espanha até à área de Setúbal.

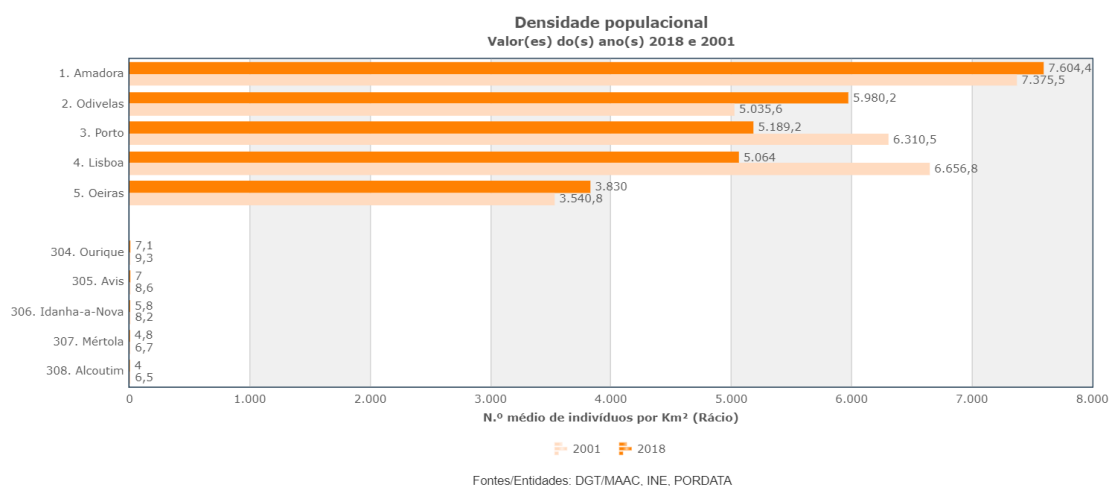


FIGURA 13 CIDADES COM MAIOR DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL (2001 E 2018)
 FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Na Figura 13 podemos observar as cidades portuguesas com maior e menor densidade populacional, relativamente aos anos de 2001 e 2018. Pode verificar-se que as cidades com menos densidade

populacional são todas cidades do interior do país e as com maior densidade populacional pertencem às Áreas Metropolitanas, que se localizam no litoral. A Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem maior representatividade de cidades, fazendo um total de quatro cidades referentes à AML.

Entre 2001 e 2018 as cidades centrais das Áreas Metropolitanas, as cidades de Lisboa e Porto, perderam população para outras cidades integradas na área metropolitana, na figura 2 é possível ver esse crescimento a partir do exemplo das cidades da Amadora, Odivelas e Oeiras.

A deslocação de pessoas para os subúrbios das cidades como Lisboa e Porto devesse à especulação imobiliária e ao aumento das rendas nos centros das cidades. Esse é um problema muito comum na maioria das cidades portuguesas. Fernandes et al (2016) apresentam o conceito, criado pela socióloga inglesa Ruth Glass, que foi inicialmente utilizado em 1960 e significa o retorno de classes ricas, proprietárias de campos agrícolas, aos centros das cidades. Esta dinâmica consiste na apropriação de espaços e edifícios no centro das cidades, comprando-os às classes mais pobres que aí habitavam, obrigando-as a abandonar as cidades e procurar terrenos e habitações mais baratas que geralmente eram nos subúrbios e periferias das grandes cidades. A este conceito é dado o nome de gentrificação. A partir da gentrificação começaram a surgir novos problemas socioeconómicos, criando fronteiras visíveis no território entre classes sociais ricas e pobres.

Ferreira (2005) acredita que um dos maiores desafios para o século XXI é tornar as cidades e áreas metropolitanas em espaços habitáveis, humanos, seguros, atrativos e competitivos. Uma das maiores questões governativas atuais na gestão das cidades não é apenas o nível de vida, mas principalmente a qualidade de vida da população que aí reside. Isto porque com o aumento exponencial da população urbana, levantam-se problemas de cariz territorial, social e ambiental.

A qualidade de vida urbana, segundo Ferreira (2005), depreende que as entidades gestoras das cidades ofereçam aos cidadãos e todas as entidades inseridas no espaço urbano tenham a possibilidade de se sentirem realizados a nível pessoal, familiar e profissional e seja possível exercer os direitos de cidadania. Ferreira (2005) propõe um conjunto de medidas que, do ponto de vista europeu, criem condições para a melhoria das condições de vida da população de forma a atingir uma qualidade de vida urbana positiva:

- *“acesso à habitação, dotada de condições de conforto, segurança e funcionalidade, e adequada envolvente residencial, urbanística e ambiental;*
- *facilidade de serviços qualificados de educação e formação, saúde, cultura lazer e desporto, bem como de serviços públicos e administrativos eficientes e amigáveis;*
- *condições de mobilidade, conjugando transportes, motorizados ou não, a mobilidade pedonal e a eliminação das barreiras para os deficientes;*
- *padrões urbanísticos, arquitetónicos e ambientais de qualidade estética, funcional e saudáveis, designadamente no que se refere ao espaço público, ao ar, à água e aos níveis de ruído;*
- *segurança pública;*
- *instâncias e mecanismos de proteção e recursos dos cidadãos, enquanto consumidores – alimentares, de serviços públicos e urbanos;*
- *proteção social para os indivíduos e grupos economicamente desfavorecidos e de risco.”*

Ferreira (2005)

3.2. PROBLEMAS SOCIOECONÓMICOS

Cravidão et al. (2002-2003) referem que não há a possibilidade de entender a realidade geohumana sem partir da problemática dos paradigmas de desenvolvimento e dos sistemas de valores. Neste sentido é possível entender que os problemas socioeconómicos só os são dependendo da perspetiva em relação aos valores dos indivíduos ou grupos instituídos que estão inseridos na sociedade.

No mesmo sentido, Cravidão et al. (2002-2003) evidenciam que em cada território existem sempre potencialidades para que saiam da crise e que seja inserido no sistema. O território pode construir as suas próprias possibilidades de afirmação, sendo que a marginalização deste, pode estar associada à falta de poder político e económico, mas que não se torna impossível de o tornar visível e criar oportunidades.

Mega (1996) afirma que todas as cidades são sistemas únicos, mas existem preocupações e problemas que são comuns a todas elas. Um grande desafio que se coloca às cidades é a questão dos problemas socioeconómicos e para que estes se resolvam é necessário a criação de políticas públicas que suprimam a exclusão social e a segregação de certos segmentos da população.

A maioria da população que migrou para as cidades a partir dos anos 50 era população com pouco poder económico e pouco instruída. Muitas das áreas suburbanas começaram a surgir nessa época, as pessoas instalavam-se na área envolvente da cidade construindo as próprias casas com material a que tinham acesso. Surgiram assim os bairros de lata, habitações clandestinas, um pouco por toda a Europa. A situação repetiu-se em grande escala na segunda metade dos anos 70 e 80, devido ao 25 de Abril e à independência dos países que tinham sido colónias portuguesas (os PALOP), a maioria dos portugueses que aí residiam retornaram a Portugal e muitos instalaram-se nas cidades. Foi também visível a migração em grande escala de pessoas que provinham dos PALOP e optaram por Portugal devido à proximidade linguística e histórica entre os países, procurando melhores condições de vida. Estas populações construíram também bairros clandestinos na área envolvente à cidade, criando comunidades com características comuns e com origens idênticas.

Os bairros sociais começam a surgir nos subúrbios das cidades, como indicam Pinto et al. (2000) o objetivo era o realojamento de comunidades que anteriormente viviam em bairros clandestinos. As pessoas que iam viver para estas áreas residenciais chegavam já com o estigma pejorativo que carregavam dos locais que habitaram anteriormente. A sua capacidade de visualizar soluções e objetivos para o seu futuro era pouca e a aspiração à mobilidade social era nula. Pinto et al. (2000) reconhecem que o enraizamento ao local em que habitam associado à pobreza e à exclusão social. O bairro é o espaço que conhecem e onde criam a sua rede social, criando fortes traços identitários.

Pinto et al. (2000) descrevem o bairro social como um espaço residencial identitário, que está confinado às relações nele existentes. Sendo este um ponto de realojamento de uma população com poucas capacidades económicas, a identidade propaga-se para além das fronteiras do bairro criando uma imagem negativa. Os próprios habitantes dos bairros têm uma imagem negativa do bairro, estando a população relativamente confinada ao espaço público do bairro começam a surgir conflitos. Nestes bairros o espaço público é bastante importante no sentido em que a construção e as condições de habitabilidade são precárias, criando algum desconforto aos habitantes.

Pinto et al. (2000) apresentam os fatores mais relevantes para a imagem negativa dos bairros sociais os seguintes:

- *Crescente agravamento e visibilidade de fenómenos ligados ao consumo e tráfico de droga que parecem estar a afectar de um modo decisivo e fortemente negativo as dinâmicas e as identidades locais;*
- *Percepção de uma composição social (e de certa forma étnica) que integra sujeitos com um perfil social que, pelo seu modo de vida e pelo seu comportamento marcado por um forte défice de civismo, contribui negativamente para a estruturação das dinâmicas locais conotadas com uma conflitualidade endémica;*
- *Referências constantes a um processo endémico de vandalização dos espaços públicos e semi-públicos dos bairros.*

A imagem negativa dos bairros sociais começa a ser conhecida ao seu redor e como referem Pinto et al. (2000) os habitantes começam a sentir repulsa por expor onde vivem. Como estas pessoas são associadas ao vandalismo e à criminalidade, torna-se muito difícil serem aceites na sociedade e obterem empregos caso identifiquem a sua origem. Tudo isto associado à discriminação racial e ou étnica cria a segregação da população que reside nos bairros, incapacitando a ideia de mobilidade social, sujeitando-os a viver presos à realidade do bairro.

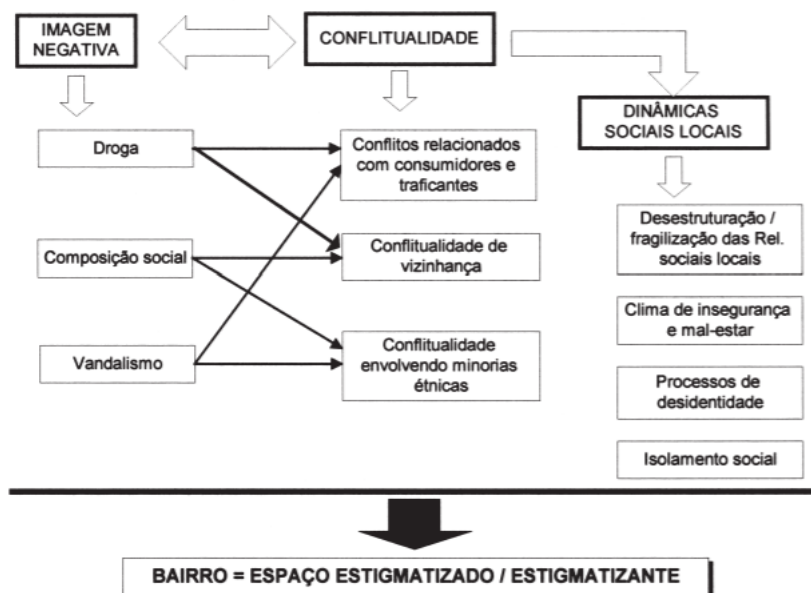


FIGURA 14 ARTICULAÇÃO ENTRE IMAGENS NEGATIVAS, CONFLITUALIDADE E INSEGURANÇA E CONSEQUÊNCIAS SOBRE DINÂMICAS SOCIAIS

FONTE: PINTO ET AL (2000)

Segundo Mendes (2015) existem fronteiras económicas e espaciais nas cidades. Surge uma ideia de fronteira da gentrificação que transforma e valoriza uma área urbana e obriga a uma transformação funcional e socioeconómica da mesma. A valorização imobiliária dos centros das cidades obrigou a população que aí residia, em muitos casos envelhecida, e desenvolvia o comércio tradicional a abandonar esse território, sendo substituída por população de classe socioeconómica mais elevada. As fronteiras invisíveis existentes nas cidades são criadas pelas disparidades socioeconómicas da população, a falta de políticas públicas e investimento em infraestruturas e programas de desenvolvimento em algumas áreas urbanas tendem a acentuar as desigualdades entre a população. Devido à falta de condições e oportunidades é gerada a violência e a criminalidade, muitas vezes perpetuadas através de preconceitos generalizados.

Mendes (2016) refere que a paisagem urbana tem vindo a sofrer grandes alterações nas últimas décadas, o centro das cidades tem sido invadido pelo turismo e a população residente tem sido obrigada a mudar-se para as áreas envolventes da cidade. Começa a ser notório o processo de turistificação que se baseia no desenvolvimento da atividade turística, transformando o território urbano reabilitando o património imobiliário e criando alojamentos temporários. Neste processo, a população que reside em locais que são potencialmente rentáveis é pressionada para abandonar os locais. A atividade turística toma conta das cidades tirando grande parte da sua dinâmica social e substituindo-a. Devido à especulação imobiliária a população é obrigada a abandonar a cidade e a procurar os subúrbios, sobrecarregando aí as infraestruturas e deixando o centro ao abandono. Os processos de gentrificação e a falta de investimento em áreas essenciais para a população, como a habitação, a educação e a saúde criam grandes disparidades socioeconómicas e conseqüentemente começam a existir conflitos entre a população.

Os problemas socioeconómicos têm a particularidade de serem entendidos de diferentes formas tendo em conta a perspetiva politico-ideológica e não serem de fácil resolução pois dependem de um sistema de valores e comportamentos que estão muitas vezes enraizados na sociedade e a mudança é complexa e demorada. Até há relativamente pouco tempo não era possível quantificar a dimensão destes problemas e por isso foi criado o European Social Survey (ESS).

O European Social Survey (ESS) consiste num grupo de pesquisa europeu, dirigido por uma equipa científica central (Core Scientific Team) que realiza inquéritos à população de dois em dois anos, desde 2001. O ESS mede as atitudes, crenças e padrões de comportamento da população em cerca de 31 países europeus, sendo que Portugal tem participado desde o início destes inquéritos. Os principais objetivos dos inquéritos do ESS são:

- *mapear estabilidade e mudança na estrutura social, condições e atitudes na Europa e interpretar como o tecido social, político e moral da Europa está a mudar,*
- *atingir e disseminar elevados padrões de rigor em investigação transnacional em ciências sociais, incluindo, por exemplo, preparação e pré-teste de questionários, amostragem, recolha de dados, redução de enviesamentos e fiabilidade das questões,*
- *introduzir indicadores de progresso nacional com base sólida, baseados nas percepções e julgamentos dos cidadãos sobre aspectos chave das suas sociedades,*
- *realizar e facilitar a formação de investigadores sociais europeus em mensuração e análise quantitativa,*
- *melhorar a visibilidade e alcance de dados sobre mudança social entre académicos, decisores políticos e junto de um público mais alargado.*

European Social Survey

Por exemplo, no decorrer de protestos antirracistas em junho de 2020 criou-se uma discussão pública em que uns defendiam que há racismo sistémico em Portugal e outros afirmavam que Portugal não é racista. Em muitos outros casos existe este tipo de discussão e os problemas sociais só são assumidos quando uma maioria da população os evidencia. O sistema de valores de uma sociedade pode tocar-se em alguns pontos, mas, cada individuo, através das suas experiências pessoais, ideologias, crenças, etc., tem uma visão dos problemas socioeconómicos intrinsecamente ligados com aquilo que vivência diariamente.

O Jornal Expresso apresenta de forma sucinta os resultados de um inquérito que o ESS realizou entre 2018 e 2019 de uma amostra aleatória de 1055 portugueses a partir dos 15 anos de idade, o ESS realizou um inquérito com as seguintes questões:

Racismo Biológico

- *Há grupos étnicos ou raciais, por natureza, mais inteligentes?*
- *Há grupos étnicos ou raciais, por natureza, mais trabalhadores?*

Racismo Cultural

- *Há culturas, por natureza, mais civilizadas que outras?*

A estas questões cerca de 62% dos inquiridos concordam com pelo menos uma das questões e 32% concordam com todas. Na questão “Há grupos étnicos ou raciais, por natureza, mais inteligentes?” 59% responderam que discordam. À questão “Há grupos étnicos ou raciais, por natureza, mais trabalhadores?” discordam 33,1 % dos inquiridos. Na questão de racismo cultural “Há culturas, por natureza, mais civilizadas que outras?” a percentagem de inquiridos que responderam que discordam é de 12,6%. Apenas 11% dos inquiridos rejeita qualquer uma das três crenças questionadas.

A escolaridade, a faixa etária e a estabilidade de vida devido ao rendimento são fatores que tem relevância nas respostas dadas. No estudo, é possível perceber que a faixa etária tem algum peso concluindo que os inquiridos mais velhos manifestam mais alguma crença racista. É possível observar que 79,1% dos licenciados e 74,8% dos que apresentam rendimentos que lhes permite viver de forma confortável. Por outro lado, as pessoas com menos escolaridade, referente ao ensino básico apresentam uma percentagem de 41% de discordância e os que têm mais dificuldades de viver com o seu rendimento a percentagem chega aos 48,9%.

Alice Ramos, coordenadora nacional do ESS em Portugal, afirma que havendo 30% dos inquiridos que concordam com alguma das crenças questionadas e que 10% optou por dar a resposta “não concordo nem discordo”, são indicadores preocupantes para uma sociedade que pretende combater as desigualdades sociais. Existem crenças e ideias enraizadas na cultura portuguesa que devem ser mudadas, mas para isso é preciso todos terem a noção que há um problema para combater.

Parte desta atitude dos portugueses de não admitirem que possa existir racismo ou outro tipo de discriminação começa a partir do conhecimento adquirido na escola. Araújo et al. (2004) apontam dois motivos para a desracialização das políticas educativas portuguesas:

- O mito antirracismo português
- Portugal tem baseado a sua identidade histórica a partir do colonialismo, como ideia de abertura para o mundo e descrito como tolerante e favorável à miscigenação, ao contrário do que fizeram os outros colonizadores.

Araújo et al. (2004) com o intuito de explicar que as políticas educativas portuguesas são grandes impulsionadores da desracialização do pensamento empírico, não só através do ensino histórico, mas também das suas tomadas de posição, recorrem a um texto do Ministério da Educação que demonstra isso mesmo:

A cultura portuguesa, marcada por um universalismo procurado e consciente e pelos múltiplos encontros civilizacionais que, ao longo dos séculos, têm permitido o acolhimento do diverso, a compreensão do outro diferente, o universal abraço do particular, é uma cultura aberta e mestiçada, enriquecida pela deambulação de um povo empenhado na procura além-fronteiras da sua dimensão integral.

Portugal orgulha-se, hoje, de ser o produto errático de uma alquimia misteriosa de fusão que encontrou no mar, mistério a descobrir e a aproximar, o seu solvente ideal e o seu caminho de aventura. Cumprida uma fascinante peregrinação de séculos, Portugal retorna ao seio do continente europeu e integra-se no seu espaço cultural de origem, contribuindo, com a multividência que o caracteriza, para a efetiva construção de uma Europa aberta, solidária e ecuménica.

Ministério da Educação, 1991

A ideia de que Portugal tem “uma cultura aberta e mestiçada” faz com que muitas vezes a sua abordagem seja “insensível à cor” (“colour-blind”). Araújo et al. (2004) apresentam esta atitude do Ministério da Educação, e de todo o sistema português, como prejudicial para a diversidade de origens étnicas e culturais que a escola recebe. A criação de um programa educativo igual para todos não significa que será um programa que criará igualdade de oportunidades para todos. Neste sentido podemos observar que o ensino da Língua Portuguesa se centra no português falado em Portugal e outras ramificações da língua, como o português crioulo é interpretado pelo sistema de ensino como erro e ignorância. A escola não dá espaço às diferentes formas da língua portuguesa e tende a fechar a mesma a qualquer mudança. No caso de alunos que não estão familiarizados com a Língua Portuguesa encontram ainda mais obstáculos à sua aprendizagem, não tendo sempre a oportunidade de frequentar aulas de Língua Portuguesa para estrangeiros, e assim dificulta o envolvimento e aprendizagem em todas as outras disciplinas e mesmo na sua integração no sistema escolar.

Araújo et al. (2004) mostram que o abandono escolar tem um grande impacto em alunos provenientes de famílias mais desfavorecidas. As dificuldades que estes alunos geralmente passam, a falta de apoio familiar nas tarefas escolares e o sistema direcionado para o sucesso por uma só via, impossibilita muitas vezes o seu sucesso escolar. Em muitos destes casos a única intervenção existente vem da parte dos professores, que desenvolvem atividades e projetos que possibilitem a participação e aprendizagem por parte de todos os alunos.

Estes obstáculos dificultam o progresso de pessoas de classe baixa atingirem patamares superiores que lhes ofereçam melhores condições de vida. É por isso que a escola deve mudar as suas crenças e dar mais vias de acesso ao sucesso escolar de forma a colmatar as diferenças sociais existentes.

O principal objetivo da sociedade deverá ser colocar em prática a justiça social, oferecendo a todas as pessoas as mesmas oportunidades, promovendo a cidadania ativa e informada. Incentivando a participação de todos na transformação do território e de cidades sustentáveis capazes de oferecer a todos qualidade de vida.

3.3. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

“Somos a primeira geração que tem os recursos e tecnologias para eliminar a pobreza, mas somos provavelmente a última geração que pode impedir que a mudança global do clima destrua tudo o que temos.”

Paul Ladd

Costa et al. (2020) apontam para que cerca de 74% da população europeia reside em zonas urbanas e concluem que esse número pode subir para 80% da população em 2050. O problema reside na concentração de pessoas num território limitado que faz com que se consumam e poluam recursos naturais em excesso, o que leva a níveis de poluição atmosférica e a impermeabilização dos solos através da alteração dos cursos de água e a destruição da paisagem prejudicam a saúde da população residente nestes espaços.

Mega (1996) refere que desde a década de 90 que as cidades europeias têm vindo a ser mais competitivas entre si, mas também têm cooperado mais. Apesar da cultura que distingue cada cidade como única, todas elas procuram ser mais atrativas para pessoas e capital, contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

Mega (1996) apresenta a degradação do ambiente urbano como um dos maiores problemas que a Europa enfrenta. A desigualdade entre a alta densidade populacional nos centros urbanos e as grandes redes de transportes públicos e a baixa densidade em áreas periurbanas e o uso de transporte próprio. Os problemas que a Europa tem de resolver a longo prazo serão a saúde pública e a qualidade de vida. Deve ser feito um planeamento baseado na prevenção, proação e predição.

Para que haja um desenvolvimento sustentável que realmente resulte deve haver solidariedade global, e segundo Mega (1996) principalmente entre o Norte e o Sul. O Hemisfério Norte conta com 25 % da população mundial, enquanto no Hemisfério Sul habita 75%, no entanto, a pegada ecológica do Norte é seis vezes mais alta de que a do Sul. Por este motivo, e tendo cada vez mais estruturada a globalização, as políticas não podem ser só locais, tem de haver uma perspetiva global que consiga salvar o planeta.

O conceito de sustentabilidade nem sempre é visto de uma perspetiva comum, Mega (1996) menciona que muitos especialistas defendem que a sustentabilidade só é possível se houver uma igual distribuição da população na superfície da Terra. O Primeiro Relatório da Comissão Europeia referente à Cidade Sustentável defende que a sustentabilidade ambiental não é concretizável sem uma equidade social e sustentabilidade económica.

Mega (1996) que a utilização inteligente das novas tecnologias pode ser benéfica para o funcionamento e desenvolvimento das cidades. São dados os exemplos do teletrabalho e das teleatividades, que podem ser alternativas eficazes para poupar o espaço e tempo. As pessoas podem trabalhar a partir de casa sem terem de se deslocar para outro local diariamente e a empresa para quem estas trabalham podem optar por não ter um escritório físico ou pelo menos poderá ser um espaço mais reduzido. O mesmo se aplica a outro tipo de como o ensino, formação ou interações lúdicas que não necessitem de deslocação de pessoas. A cidade beneficia na redução do tráfego ou sobrelotação de transportes públicos e conseqüente redução de poluição atmosférica e, visto que há menos pessoas a fazer deslocações diárias, o investimento em infraestruturas pode ser reduzido. Com menos deslocações e construção de infraestruturas.

Em 2020 a população mundial foi colocada à prova devido a uma pandemia da Covid-19 que obrigou os países a decretar o confinamento obrigatório. Este tipo de interação não é o mais indicado em todos os casos e ter muitas falhas devido ao acesso reduzido que muitas pessoas têm à internet e a aparelhos eletrónicos e nem todos os empregos podem manter-se em teletrabalho. O papel da escola e dos docentes também fica limitado porque não é possível uma interação espontânea e pessoal com os alunos e também oferecer-lhes todos os serviços e apoio que estes teriam caso estivessem num regime de aulas presenciais. Apesar de o confinamento obrigatório ser um caso muito específico e com muitas particularidades e todos os constrangimentos que as interações a distância possam ter, é possível

constatar que as interações a partir da tecnologia, como o teletrabalho ou telescola são possíveis de operar.

Com vista a combater os riscos que surgem em territórios urbanos e periurbanos, Costa et al. (2020) apresentam as infraestruturas verdes e azuis como uma solução para muitos dos problemas urbanos. O reordenamento do território apostando em infraestruturas mais sustentáveis, como hortas, espaços verdes, corredores fluviais, paredes e telhados verdes pode ser a base da criação e proteção de ecossistemas que são essenciais nas áreas urbanizadas, tendo um grande impacto positivo no bem-estar e saúde pública.

A reorganização do espaço urbano e a implementação de medidas para que as cidades se tornem sustentáveis é, para além de uma necessidade, uma urgência. Mega (1996) apresenta dados das cidades europeias que mostram valores de emissões de dióxido de carbono e ocorrências de poluição fotoquímica que ultrapassam os valores mínimos indicados pela Organização Mundial de Saúde e pode colocar em causa a saúde pública não só da população e ecossistemas presentes nas cidades, mas pode criar um impacto global.

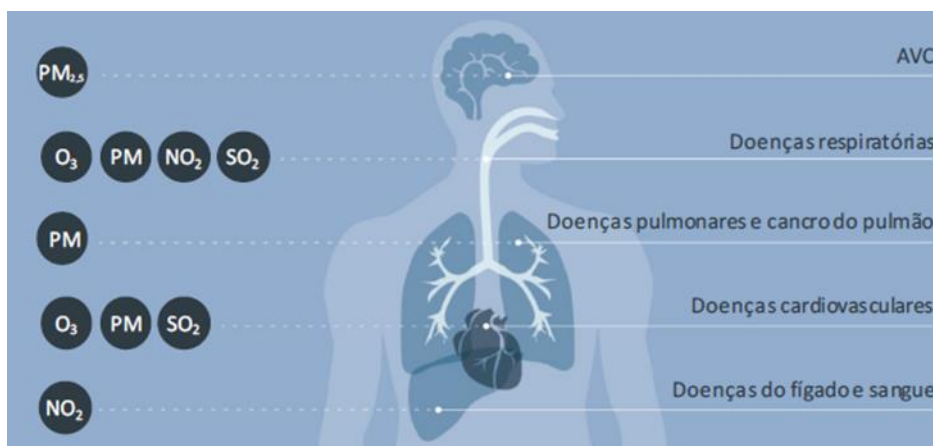


FIGURA 15 PRINCIPAIS IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS À POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA (PM, NO₂, SO₂, O₃)

FONTE: AIR QUALITY IN EUROPE - 2013 REPORT

Para que estes valores sejam reduzidos é necessário um compromisso entre as várias entidades, desde o poder político, económico, aos cidadãos. A mudança de hábitos e a criação de alternativas energéticas é imprescindível na construção de uma sociedade mais sustentável, de modo a que se alterem as causas de maior poluição atmosférica no espaço europeu (Fig 6). Isto pode partir do poder político e da educação ambiental que terá de ser implementada de forma a que todos os atores percebam os impactos que têm no ambiente e percebam o que podem fazer para alterar os indicadores atuais.

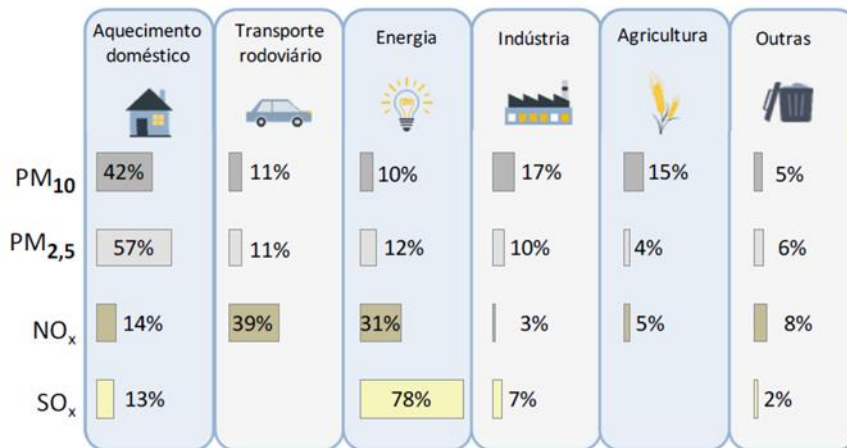


FIGURA 16 FONTES DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS NA UE
 FONTE: AIR QUALITY IN EUROPE - 2017 REPORT

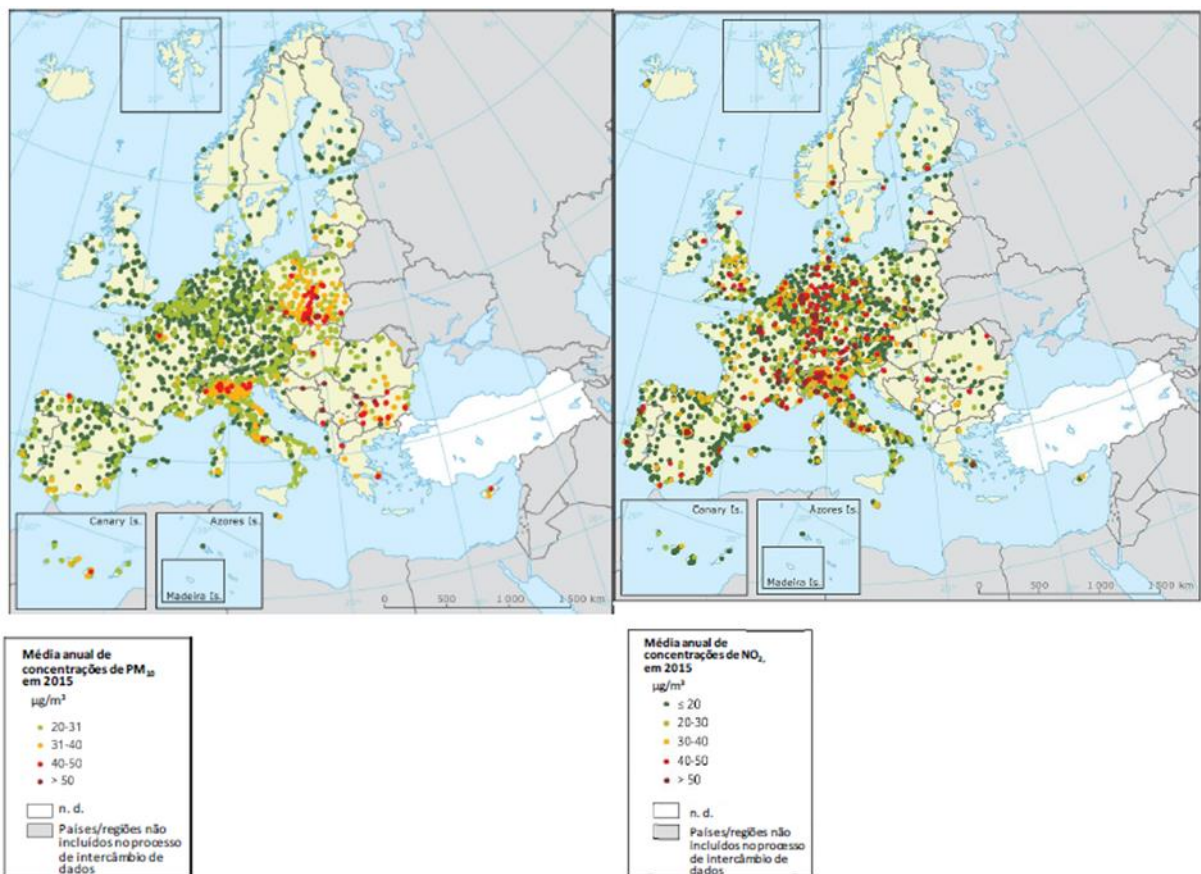


FIGURA 17 CONCENTRAÇÃO PM10 E NO2 NO ESPAÇO EUROPEU
 FONTE: AIR QUALITY IN EUROPE - 2017 REPORT

Mega (1996) refere que os hábitos e os padrões de trabalho, o uso da terra, os transportes, a indústria, as formas de lazer, os valores e o estilo de vida da população não são compatíveis com uma sociedade e cidades sustentáveis. Sendo a sustentabilidade do planeta uma questão global, a sua solução passa pelas determinações locais. Sem o compromisso de políticas e comunidades locais não será possível atingir resultados positivos. A partir do reconhecimento da prática das atividades humanas, os recursos de que a população dispõe e transforma e os agentes transformadores (Figura 18) é possível criar

políticas urbanas capazes de promover a sustentabilidade, criando indicadores que poderão ajudar a perceber a evolução que é feita para se solucionar os problemas (Figura 8).

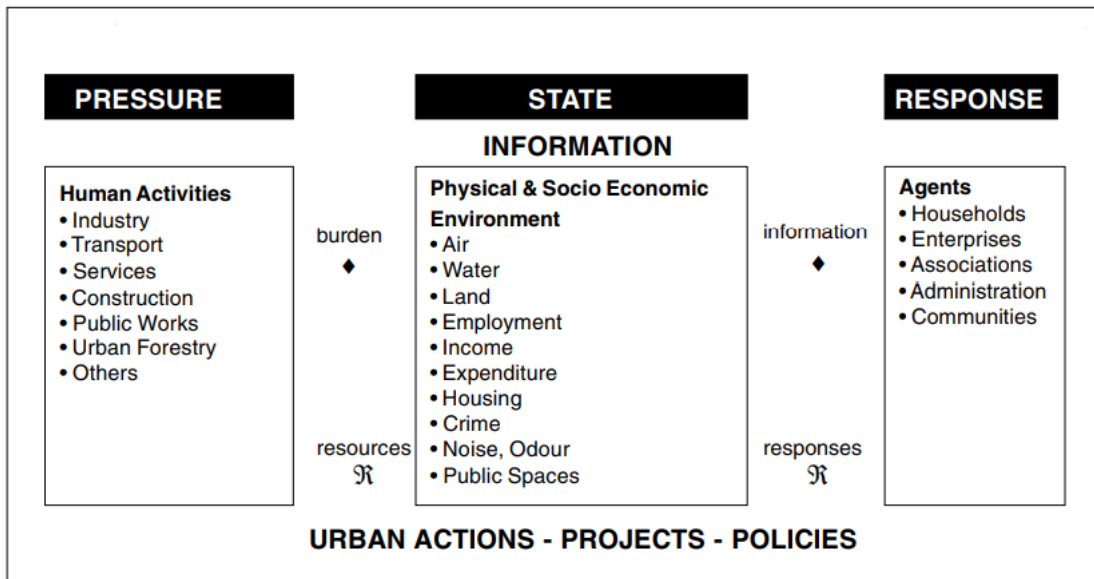


FIGURA 18 INDICADORES DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE URBANA

FONTE: MEGA (1996)

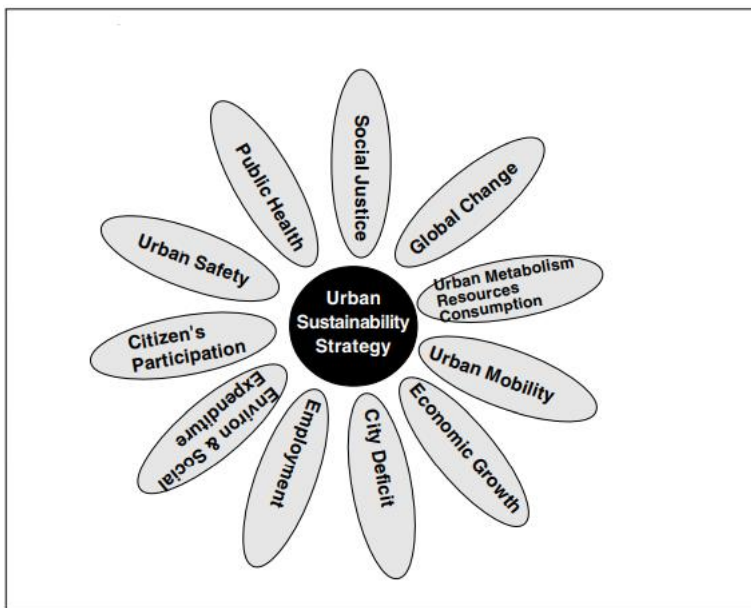


FIGURA 19 POLÍTICAS URBANAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

FONTE: MEGA (1996)

Mega (1996) apresenta a Estratégia de Sustentabilidade Urbana assente em indicadores políticos, económicos, sociais e ambientais que só terem sucesso caso sejam aplicados em consonância de políticas públicas e privadas tendo a participação dos cidadãos.

As alterações climáticas podem provocar mudanças e crises que atingem a sociedade a nível económico e social. A importância da intervenção na área ambiental é muito urgente e é necessário a cooperação de todos os atores presentes e ativos na sociedade. Caso a mudança das políticas, projetos e hábitos seja protelada, como tem vindo a acontecer, pode causar danos irreversíveis ao ambiente e a tudo o que dele depende.

Segundo Costa et al. (2020), Portugal, como os outros países mediterrânicos, está mais suscetível a impactos devido às alterações climáticas como inundações, secas e ondas de calor. Para além disso, também é um dos países europeus onde a implementação de medidas que combatem este tipo de eventos ainda se encontra numa fase inicial. Apenas 30 municípios têm planos ou estratégias de adaptação. As zonas verdes são espaços urbanos muito importantes para regular o clima, promovendo zonas de lazer, cultura e a educação ambiental.

«Num país castigado por uma ardente canícula, dir-se-ia que temos horror à sombra; onde se pediam arvoredos frondosos e acolhedores (...) fizemos terreiros imensos, cruamente ensoalheirados e inhóspitos (...) fomos degolando, mutilando, rapando tudo o que tivesse jeito de árvore para não prejudicar as 'vistas'»

Professor Vieira da Natividade (1959)

A Horticultura Ornamental e Ambiental é sugerida por Costa et al. (2020) como a possibilidade viável para combater a poluição nas áreas urbanas, promovendo a criação de espaços verdes que para além de reterem o dióxido de carbono e o arrefecimento das temperaturas devido à evapotranspiração e sombras fornecidas pelas árvores, também promovem hábitos mais sustentáveis, criando acessos pedonais a várias áreas da cidade. É necessário ter cuidado na escolha das plantas consoante o solo e a biodiversidade existente na área onde serão plantadas. Para além disso, plantar árvores e outro tipo de vegetação ajuda a reduzir o escoamento de águas pluviais, evita a erosão do solo e ajuda a recarregar e proteger os aquíferos.

A formação e atribuição de cargos públicos e privados para arquitetos, engenheiros, jardineiros, comerciais (hortos e viveiros) especializados na criação e construção de espaços verdes é importante para garantir que estes funcionem de forma positiva, evitando espécies invasoras e excesso de fertilizantes, com o intuito de preservar os ecossistemas e bons níveis ambientais nas áreas urbanas.

No século XXI, as cidades deparam-se com problemas de gestão do espaço urbano, devido ao aumento de residentes nas áreas urbanas, e as alterações climáticas que se tornam cada vez mais perceptíveis e causam muitos danos no território. Costa et al. (2020) apontam algumas linhas de desenvolvimento das cidades:

“1) Criação de parques e infraestruturas mais permeáveis que promovam drenagem do solo e a recarga dos aquíferos;

2) Criação de mais corredores verdes, renaturalização de rios urbanos, redução das distâncias e melhoria dos acessos dos municípios aos espaços verdes;

3) Maior proteção das cidades contra cheias, inundações, alterações climáticas e maior uso de plantas autóctones ou plantas melhor adaptadas, eliminando o uso de plantas invasoras; maior proteção a montante com formação de bacias de retenção de água, com reaproveitamento das águas pluviais em jardins, canais e fontes;

4) Mais inovação (smart cities) com recurso a técnicas de monitorização e gestão sustentáveis (ex. rega de jardins, gestão de pragas e doenças), alertas de riscos (ex. eventos climáticos extremos), criação de formas alternativas de espaços verdes (hidroponia, aeroponia, paredes verdes, telhados verdes, ...) que proporcionem ao cidadão oportunidade de contactar com a natureza de forma interativa;

5) Cidades mais circulares e mais eficientes, privilegiando a reciclagem e a valorização dos resíduos orgânicos e não orgânicos e uma maior interligação intraurbana-interurbana-cidade/região. Todavia

há que ter cuidado com o uso de águas recicladas tratadas (ex. variação da qualidade ao longo do ano), pois podem afectar negativamente as espécies mais sensíveis.”

A atuação e informação dos governantes sobre a criação de cidades mais sustentáveis, evitando os riscos consequentes das alterações climáticas para garantir o futuro da população, é muito importante. No entanto, a formação e sensibilização dos cidadãos para este problema é essencial porque cabe a cada um ser agente de mudança. Temos assistido a muitas manifestações exigindo que esse esforço seja feito e com urgência surgindo a partir dos mais jovens. Significa que existe uma geração mais informada e consciente dos riscos que corremos ao permitir que estas intervenções urbanas sejam adiadas constantemente, muitas vezes devido à falta de financiamento ou a interesses político-económicos.

Em 2000, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tinham como objetivo erradicar a pobreza em diversos contextos e promover o desenvolvimento sustentável. Os objetivos foram aprovados e estabeleceu-se que seriam cumpridos através de cooperação por todos os Estados Membro da ONU de forma a diminuir desigualdades entre regiões e países.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio eram oito e eram apresentados da seguinte forma:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher
4. Reduzir a mortalidade de crianças
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome
Meta 1. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia
Meta 2. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afetada pela fome
Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal
Meta 3. Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário
Objetivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres
Meta 4. Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil
Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna
Meta 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna
Objetivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
Meta 7. Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA
Meta 8. Até 2015, parar e começar a inverter a tendência atual da incidência da malária e de outras doenças graves
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental
Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais
Meta 10. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável
Meta 11. Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados
Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento
Meta 12. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório
Meta 13. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados
Meta 14. Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
Meta 15. Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo
Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho digno e produtivo
Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento
Meta 18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação

FIGURA 20 OBJETIVOS E METAS - ODM

FONTE: OCDE (2014) - DIREÇÃO-GERAL DE SAÚDE

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio estiveram em vigor entre os anos 2000 e 2015. Após uma avaliação dos efeitos da colocação em prática das ferramentas que visavam o cumprimento dos ODM, foi decidido fazer-se uma revisão que tornou os objetivos mais específicos (passando de 8 objetivos para 17), e aprofundou o conteúdo dos mesmos tornando as metas mais explícitas oferecendo orientações mais concretas para a sua execução e concretização.

Baseados nos ODM, os Objetivos Globais são mais abrangentes e ambiciosos, e abordam questões como desigualdade, crescimento económico, cidades e assentamentos humanos, oceanos, ecossistemas, consumo e produção sustentáveis, paz e justiça

Os ODS são universais e aplicam-se a todos os países, enquanto os ODM foram direcionados somente para ações em países em desenvolvimento. Os novos Objetivos reconhecem que combater a mudança global do clima é essencial ao desenvolvimento. Assim, em 2015, a Organização das Nações Unidas criou a Agenda 2030 com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que têm como base os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que vigoraram entre 2000 e 2015. Os ODS têm como missão promover a participação global para o desenvolvimento sustentável a nível social, ambiental e económico, como forma de combate às desigualdades de oportunidades. Com isto é pretendido que líderes mundiais, organizações e particulares se responsabilizem por uma missão que tem como objetivo final o bem comum da Humanidade.

A abordagem dos ODS dividem-se em mais objetivos que os ODM indicados para serem concretizados no período de anos entre 2016 e 2030. São 17 ODS sugeridos pela ONU:

1. Erradicar a pobreza
2. Erradicar a fome

3. Saúde de qualidade
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de Género
6. Água potável e saneamento
7. Energias renováveis e acessíveis
8. Trabalho digno e crescimento económico
9. Indústria, inovação e infraestruturas
10. Reduzir as desigualdades
11. Cidades e Comunidades sustentáveis
12. Produção e consumo sustentáveis
13. Ação climática
14. Proteger a vida marinha
15. Proteger a vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias para a implementação dos objetivos

Os ODS vão além do que se proponha nos ODM, não só na questão da especificidade e objetividade, como também na ideia de qualidade. Por exemplo, os ODM o objetivo proposto em relação à educação é “Alcançar o ensino primário universal”, nos ODS é indicado como “Educação de qualidade”. Para além de não abranger apenas o ensino primário, promove a educação de qualidade em todos os níveis, incluindo a formação ao longo da vida.



FIGURA 21 IMAGEM DE APRESENTAÇÃO DOS ODS

FONTE: NAÇÕES UNIDAS | CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO PARA A EUROPA OCIDENTAL

Cidade e Comunidades Sustentáveis é a designação do Objetivo 11, que tem como proposta tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Dentro desta proposta geral existem dez mais específicas que são:

- *Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata*
- *Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos*
- *Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países*
- *Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo*
- *Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade*
- *Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros*
- *Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência*
- *Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento*
- *Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis*
- *Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, nas construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais*

Todas as propostas do Objetivo 11 vão de encontro às preocupações e problemas que existem atualmente perante um crescimento exponencial da população e área urbanas. Para que o aumento acelerado das cidades não se torne um problema maior do que já estamos a assistir é preciso sensibilizar e mobilizar, não só, os órgãos decisores, mas também a sociedade civil. A sociedade deve começar por perceber que as suas ações e opiniões também têm valor e que a participação nas decisões a tomar na transformação do território de que fazem parte.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser utilizados em projetos e na própria disciplina de Geografia de forma a incentivar os alunos a problematizar, para além dos Objetivo 11 existem outros que encaixam nos programas da disciplina em todos os anos escolares. A Geografia como ciência e o seu objeto de intervenção como ciência tem detém uma transversalidade que pode dar uma visão do mundo abrangente e muito interessante para que o aluno seja capaz de se tornar um cidadão informado e ativo.

4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA

4.1. TRABALHO DE PROJETO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA

O trabalho de projeto é uma estratégia didática que assenta no contexto escolar atual, pois baseia-se num processo de avaliação contínuo e depende da participação ativa dos alunos. Esta estratégia tem em conta o Ensino-Aprendizagem, em que os alunos estão envolvidos no método de ensino de forma a adaptarem os seus tempos de aprendizagem de forma mais pessoal e adaptada ao seu contexto, interesses e necessidades. Deve também notar-se que, de um modo geral, as estratégias colaborativas de aprendizagem treinam um conjunto de denominadas soft skills (atributos individuais, traços da personalidade, capacidades sociais e de comunicação necessárias para o sucesso académico: atitude, comunicação, cooperação, gestão de tempo, pensamento crítico, resolução de problemas e conflitos...), ao mesmo tempo que coadjuvam na consolidação de conceitos e procedimentos. Assim, os alunos, apoiados no programa da disciplina, podem trabalhar e debater assuntos que lhes são próximos e importantes.

Toyohara et al. (2010) afirmam que o ensino baseado em projetos é uma proposta de ensino-aprendizagem que se centra na resolução de uma tarefa, estimulando o estudante a investigar e encontrar soluções para um problema, possibilitando que este conquiste autonomia e construa o próprio conhecimento.

Segundo Cipolla (2016), com a evolução da tecnologia, a conectividade instantânea entre pessoas, torna-se mais fácil o acesso à informação. Assim, os alunos chegam à escola com muito mais informação do que aquela que os professores possam fornecer. O trabalho dos professores deve estar centrado no ensino do tratamento dessa informação. É importante ensinar a analisar e a selecionar a informação para que os alunos percebam a veracidade da mesma. Desta forma, deve ser estimulada a análise crítica e pessoal de informação e dos meios que a transmitem. Ainda de acordo com Cipolla (2016) afirma que na escola inovadora, ao contrário do ensino tradicional, é promovida a autoiniciativa de forma a que o aluno aprenda a aprender. Esta nova forma de funcionamento do ensino é essencial para que se crie a independência dos alunos, pois esta só é fomentada durante o ensino universitário e é uma ferramenta que terão de ter ao longo da vida profissional. Esta dura décadas e é esperado que haja uma evolução e adaptação permanente.

Toyohara et al. (2010) defendem que os conteúdos programáticos das disciplinas seguidos na integra dificultam a criação de novas estratégias, tornando o trabalho em sala de aula rotineiros e os conhecimentos estanques. Referem que a utilização de projetos é benéfica para a aprendizagem dos estudantes e do professor. Neste caso os professores devem propor que o ensino tenha alguma repercussão no quotidiano. Moreira (2015) diz que os professores devem propor atividades desafiantes aos alunos, apoiando todo o trabalho desde o início colocando as questões chaves para o que se pretende realizar. Deve auxiliar no planeamento de tarefas, a avaliar o progresso pessoal, não deve comparar em relação a outros alunos. É necessário haver um encorajamento para trabalhar em grupo para desenvolver as relações interpessoais, responsabilizar cada aluno pelo seu processo de aprendizagem de forma que estes se sintam competentes à medida que completam tarefas.

A ideia que Moreira (2015) apresenta em relação ao resultado é o afastamento da ideia de competição direta entre estudantes. No trabalho de projeto pretendesse que haja cooperação entre estudantes e que o resultado indique uma melhoria, de cada estudante, em relação às competências que apresentavam no início do processo de aprendizagem. O compromisso que se estabelece através do trabalho de projeto é de aprendizagem.

A estratégia de trabalho de projeto requer uma metodologia específica para que todos os objetivos sejam cumpridos e, compete ao professor apresentar as regras previamente. Moreira (2015) sugere que devem existir horários organizados de maneira a que o aluno consiga ter a perceção das tarefas a realizar e materiais a utilizar, o espaço físico deve ser funcional, deverá haver indicações concretas dos conhecimentos necessários para a realização de cada tarefa. O professor deve apresentar formas de avaliação concretas e exigir pontualidade nos prazos de entrega. O esforço deve ser valorizado pelo professor, surgindo através do feedback que contribui para a confiança e autorregulação do trabalho dos estudantes. Quando questionado deve evitar conceder uma solução, mas estimular os estudantes a refletir, debater e comunicar ideias, encorajando iniciativas e oferecendo alguma flexibilidade na construção dos projetos.

Moreira (2015) conclui que o trabalho de projeto tem como objetivo responsabilizar o estudante pela sua aprendizagem de forma a adquirir competências e saber valorizar-se, adquirindo autonomia no seu processo de escolarização. O professor tem um papel importante neste processo, motivando os estudantes para a própria aprendizagem.

Segundo Moreira (2015) o professor tem de se desafiar e valorizar-se pessoalmente, aperfeiçoando a sua formação, atualizando o seu conhecimento sobre o ensino-aprendizagem, experimentando diferentes estratégias, estimulando a relação professor-aluno e estando motivado para aprender. Em sala de aula deve criar diferentes oportunidades de partilha de conhecimentos, enriquecidas com experiências pessoais tanto por parte do professor como dos alunos. O professor deve proporcionar aprendizagens que sejam significativas no quotidiano e modo de vida dos estudantes, valorizando a experiência e a identidade sociocultural de cada estudante e garantindo a liberdade de opinião.

Toyohara et al. (2010) também refletem sobre o papel do professor e apresentam-no como um criador de estratégias e facilitador no processo da construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades básicas necessárias para o estudante. O professor deve dominar os conhecimentos da sua área para os relacionar com outras. Deve planear as informações e refletir sobre elas para conseguir determinar diferentes pontos de vista. Em sala de aula, deve incentivar o trabalho em equipa, a pesquisa, o diálogo, o respeito e a cooperação, com o objetivo de conseguir que os estudantes sejam autónomos na resolução de problemas.

Toyohara et al. (2010) apresentam uma metodologia do Instituto BIE que contém cinco princípios para o trabalho de projeto:

- I. *Comece com o fim em mente*
 - Razão da realização do projeto
 - Ideias principais
 - Padrões de conteúdo das disciplinas
 - Impacto esperado dos resultados
- II. *Formule a Questão Orientadora*
 - Tema e situação-problema
 - Questão que instigue a procura de uma solução (trabalho do estudante)
- III. *Planeie a avaliação*
 - Plano de avaliação de desempenho ao longo do processo
 - Critérios projetados pelo professor e de conhecimento dos alunos
 - Forma de dar feedback recorrente aos alunos
- IV. *Mapeie o projeto*
 - Início do projeto (ponto de partida pode ser através de um debate, uma saída de campo, um filme, um artigo, uma palestra, ...)

- Elaboração de um cronograma
- Definição de instrumentos para o processo ensino-aprendizagem
- Prever os conhecimentos que os estudantes necessitam para a elaboração do projeto

V. *Gira o processo*

- Orientar os estudantes para os objetivos
- Organização do trabalho
- Definir o intuito da investigação de forma contínua, procurando resolver a questão-chave
- Refletir sobre os resultados (com os estudantes)

A partir desta metodologia de trabalho, o professor, pode desenvolver diferentes ferramentas para registar a evolução dos estudantes ao longo de todo o processo.

No trabalho de projeto é importante realçar que o sucesso de um estudante pode beneficiar os restantes, realçando a importância da cooperação. O trabalho de grupo é uma estratégia muito importante pois cria uma situação em que os estudantes interagem e têm de resolver conflitos e apoiar-se para que em conjunto consigam concluir positivamente a um objetivo. Moreira (2015) também realça que cabe ao professor a organização da sala em grupos heterogéneos e observar a interação, gerindo conflitos, e avaliando cada estudante individualmente e o grupo.

Este novo método de trabalho vem contrapor o método tradicional que colocava o professor num papel central, agora é o aluno o centro do processo de aprendizagem. Isto vai de encontro ao que se pretende atualmente dos alunos após a saída da escolaridade obrigatória.

Existem também algumas questões que podem pôr em causa o trabalho de projeto. O envolvimento e participação ativa de cada aluno e do próprio professor nos projetos a desenvolver, são cruciais para o sucesso destes. Caso não haja uma participação adequada e o interesse de cada um no projeto, esta estratégia não funciona devidamente.

ENSINO X APRENDIZAGEM

	ENSINO POR PROJETOS	APRENDIZAGEM POR PROJETOS
Autoria. Quem escolhe o tema?	Professores, coordenação pedagógica	Alunos e professores individualmente e, ao mesmo tempo, em cooperação
Contextos	Arbitrado por critérios externos e formais	Realidade da vida do aluno
A quem satisfaz?	Arbitrio da seqüência de conteúdos do currículo	Curiosidade, desejo, vontade do aprendiz
Decisões	Hierárquicas	Heterárquicas
Definições de regras, direções e atividades	Impostas pelo sistema, cumpre determinações sem optar	Elaboradas pelo grupo, consenso de alunos e professores
Paradigma	Transmissão do conhecimento	Construção do conhecimento
Papel do professor	Agente	Estimulador/orientador
Papel do aluno	Receptivo	Agente

FIGURA 22 ENSINO - APRENDIZAGEM

FONTE: FAGUNDES ET AL. (2008)

Tendo em conta alguns trabalhos já realizados através da implementação desta estratégia em sala de aula é recomendado ter uma especial atenção aquando da formação dos grupos de trabalho e a divisão rigorosa, equilibrada e devidamente registada das diferentes tarefas a realizar pelos elementos do grupo de trabalho e a exigência do cumprimento das mesmas.

Uma ferramenta muito utilizada no contexto do trabalho de projeto, para a avaliação e aprendizagem contínua, são as rubricas (Figura 23). Estas rubricas orientam o trabalho de avaliação do professor, e esclarece os objetivos do aluno durante a realização do trabalho. Toyohara et al (2010) apresentam um exemplo de uma rubrica para avaliar o planeamento do trabalho de projeto:

Escola	1 - Insatisfatório	2 - Regular	3 - Bom	4 - Muito Bom
Identificação da dimensão ou aspecto a avaliar	Descrição dos critérios observáveis que evidenciam um nível de desempenho típico de um principiante ou que não sofreu nenhuma mudança do ponto inicial.	Descrição dos critérios observáveis que evidenciam já algum trabalho, mas que possam ainda ser aperfeiçoados.	Descrição dos critérios observáveis que correspondem a um nível satisfatório de desempenho.	Descrição de critérios visíveis que ilustrem o nível máximo de desempenho ou traços de excelência.
Objetivo	Confuso, falta esclarecer aonde quer chegar e os meios para alcançar os objetivos.	Falta esclarecer os meios para alcançar os objetivos.	Apresenta os objetivos, porém precisa ser mais direto ou simplificar em poucas palavras.	É claro, conciso, esclarece todos os pontos e permite verificar a viabilidade do projeto
Justificativa	O projeto se resume em uma pesquisa ou elaboração de um produto e não há definição clara do problema	O problema foi definido, mas não houve estudo do contexto.	Apresentação clara do problema, baseada em dados reais.	O problema foi definido após estudo do contexto, está claro, sem ambiguidades, bem delimitado e baseado em dados reais.
Ações	Apresenta uma alternativa ou cita a possibilidade de alternativas, porém inviáveis de realização.	Apresenta várias alternativas para solucionar o problema, mas não há relação com os objetivos traçados.	Levantamento de hipóteses com várias alternativas para resolver o problema, coerentes com os objetivos, mas não há planeamento dos ensaios	Levantamento de hipóteses com várias alternativas para a solução dos problemas, coerentes com os objetivos e planeamento claro dos ensaios.
Relevância Social	O trabalho não demonstra uma preocupação com o desenvolvimento social e/ou ambiental.	O trabalho demonstra uma pequena preocupação com o desenvolvimento social e/ou ambiental, porém não é possível perceber essa preocupação nos resultados.	O trabalho demonstra uma preocupação com o desenvolvimento social e/ou ambiental, porém foi explorado apenas na pesquisa e não nas ações do projeto.	O trabalho demonstra uma preocupação com o desenvolvimento social e/ou ambiental, visando à qualidade de vida das pessoas e/ou integração de um indivíduo na sociedade.
Previsão de custos	Não apresentou o levantamento de previsto de custos	Apresentou custos incompatíveis com as condições da equipe.	Apresentou custos compatíveis com as condições da equipe e da escola.	Apresentou custos compatíveis com as condições da equipe e da escola e prevê parcerias para melhorar o desenvolvimento do trabalho

FIGURA 23 EXEMPLO DE RUBRICA UTILIZADO PARA AVALIAR O PLANEAMENTO DE PROJETO REALIZADO PELOS ESTUDANTES
 FONTE: TOYOHARA ET AL (2010)

O trabalho de projeto é uma estratégia que tem vantagens como melhorar os índices de motivação dos alunos, despertar o interesse na participação ativa no processo de ensino-aprendizagem, obriga à organização do trabalho cooperativo e/ou colaborativo e confere autonomia na realização de tarefas e responsabilização perante a aprendizagem. Esta forma de trabalhar pode dar a oportunidade de ter experiências educativas diversificadas, como a pesquisa, criação textual, expressão plástica e oral, experiência no território, debate, entre tantas outras oportunidades educativas que sejam pertinentes em determinada matéria. Ao fazerem este percurso de procura de conhecimento que vai ao encontro dos seus interesses, os alunos começam a ter a percepção da importância do seu trabalho no seu quotidiano.

4.2. O PAPEL DO ENSINO DA GEOGRAFIA

A Geografia tem um papel importante no ensino da observação do território analisando de uma perspetiva da educação para a cidadania no contexto do ensino da disciplina. A Geografia não é uma ciência que deva ter um olhar exclusivamente externo e não interventivo, como mero observador, antes, deve ser ativo na construção do território e da sociedade. É nestes moldes que deve ser apresentada aos que a estudam e aplicam:

A Geografia deve colaborar na explicação de como se desenvolvem certos problemas sociais em territórios de diferente escala, como tais:

- *Nem todas as pessoas dispõem de um trabalho onde desenvolver as suas competências físicas e intelectuais,*
- *Alguns países são explorados por outros através de relações comerciais injustas,*
- *No crescente processo de urbanização, há grupos de pessoas que vivem em situações de marginalização social junto a outras que dispõem de vastos recursos económicos e materiais.*

(González e Claudino, 2004, p.10)

O nosso papel, como professores de Geografia, deve ser entender as condições socioeconómicas dos nossos alunos, entender as relações que têm com o território e com os sistemas de poder e oferecer-lhes outra perspetiva enquadrada na sua experiência. Os estudantes devem ver o território e a situação das pessoas como algo mutável a partir das suas próprias ações e decisões.

A perceção do território pode ter diferentes pontos de vista e deve começar por ser explicado o significado do mesmo, para que os alunos consigam fazer uma interpretação e perceberem qual o papel que lhes compete na transformação do território.

Fernandes et al. (2016) apresentam o conceito de *território* desde a sua origem no Império Romano. A palavra território é de origem latina (*territorium*) e está associada a duas palavras que lhe confere um duplo significado. O primeiro surge da palavra *terra* que representa uma base física de posse material, e *terere* que se pode traduzir como “amedrontar” que pode ser interpretado como um símbolo de exercício de poder. O território pode ser entendido de uma forma mais concreta que se apresenta como uma parcela de terra dominada por um ou vários indivíduos e, de um ponto de vista simbólico conotado como um símbolo de poder onde é possível identificar os proprietários que gerem e os que são excluídos.

Os autores explicam também que o conceito de território, no pensamento da geopolítica tradicional, está diretamente ligado ao conceito de Estado. Um Estado praticava legitimamente a violência com a finalidade de ocupação de um território. A ciência política já coloca o Estado como uma tradição extrageográfica debatendo o conceito de Estado com as suas relações internacionais. A biologia, através da Etologia, apresenta uma ideia controversa entre territorialidade animal e humana.

O território sempre esteve foi interpretado através de relações de poder e, muitas vezes, essas relações confundem-se com o espaço geográfico. A definição de território é mutável consoante o poder que lhe é associado. No domínio do poder jurídico-contratual e tem como figura central o Estado. Caso a perspetiva de território seja focada numa perspetiva funcional, o poder económico tem um papel fundamental.

Em alguns casos o território representa a existência de um grupo, caso este grupo perca o controlo no território em que se insere tudo o que lhes é inerente desaparece. Os povos indígenas são um exemplo

de que a desterritorialização e ou transformação do seu território pode destruir toda a história e cultura. Estes povos têm um sentimento de pertença muito forte com o território em que estão inseridos, todas as suas necessidades são colmatadas pelo que o território oferece, por isso, a mínima alteração pode colocar toda uma civilização em causa.

Fernandes et al. (2016) concluem que o território é um espaço onde existe um controlo de acessibilidade espacial, construído através de relações de poder e que não é estático. Existe sempre movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que se justifica geo-historicamente.

Trigal et al. (2015) distinguem os conceitos de espaço e território, explicando que o espaço é onde se desenvolve e organiza a vida de uma sociedade e território é associado à ideia de pertença e transformação ou capacidade de organização e reestruturação das sociedades em sequência da convivência, atividades e relações. Os fatores que reestruturam as sociedades têm base nos comportamentos que as orientam, sendo determinadas por regras e parâmetros que são impostos por questões culturais e o nível de desenvolvimento tecnológico.

O território como espaço formal, como é o caso de um município, área metropolitana ou Estado, responde a alterações conforme o respetivo modelo de governação e gestão. Mais uma vez, Trigal et al. (2015), depreendem o território e o seu desenvolvimento como uma demonstração de poder.

Os mesmos autores determinam que o território é um conceito dinâmico que evolui consoante as relações de poder e a sua identidade. Devido à globalização começou a gerar-se uma cultura de cooperação entre territórios, que criam relações económicas entre si e alguma cultura de competição.

Cravidão et al. (2002-2003) apresentam o território português diferenciando o urbano do rural. Apesar do desenvolvimento estar muito associado aos espaços urbanos e industriais, á apresentada uma solução de desenvolvimento nos espaços rurais.

Nos finais do século XX e início do século XXI começou a ser visível um abandono dos espaços rurais em toda a Europa. As disparidades entre a oferta que os territórios ofereciam aumentaram e estes tiveram de ser repensados para que os territórios mais desfavorecidos consigam reduzir os estragos causados pelo êxodo rural. Com o êxodo rural também se deu outro fenómeno, o êxodo agrícola. A população começou a concentrar-se em centros urbanos, mesmo no interior do país, e a procurar empregos noutros setores. A ruralidade começou a reduzir e o setor primário tem vindo a sofrer algum abandono, e apesar do interior do país e algumas áreas das regiões autónomas serem associadas à produção agrícola isso nem sempre se verifica.

O desenvolvimento rural aliou-se ao aumento de pessoas que procuram mais contacto a natureza e ao aparecimento do conceito de sustentabilidade. A população contemporânea procura preservar a natureza e pretende estar envolvida nela no seu quotidiano.

Cravidão et al. (2002-2003) colocam a própria população como o ponto de partida para o desenvolvimento de um território. A população deve exercer uma cidadania ativa, construindo e promovendo o território onde se insere levando assim ao desenvolvimento local. Os fatores que tornam um território único não são suficientes para que este se desenvolva automaticamente, é necessário um investimento, inovação e adaptação. Este trabalho pode ajudar no desenvolvimento do território e até criar oportunidades e facetas do território.

A globalização traz novos desafios, a uniformização das populações e territórios retira a identidade local. A particularidade das relações socioeconómicas e da cultura de um território são muitas vezes o

motivo pelo qual um território se desenvolve exatamente pelo aspeto de ser único. Por outro lado, a globalização impulsiona a mobilidade de população e investimentos.

Nas últimas décadas a acessibilidade tem-se tornado melhor, e é possível viajar para locais mais remotos num curto espaço de tempo e de forma mais económica. Podemos até comunicar com alguém que se encontra a quilómetros sem qualquer deslocação apenas usando as novas tecnologias. A partir desta última afirmação e tendo em conta cada vez mais a procura do equilíbrio entre atividades humanas e natureza, muitas pessoas optam por áreas mais ruralizadas para viver, desenvolvendo as suas atividades através de teletrabalho.

Observando o território (atualmente) é difícil distinguir as áreas rurais das urbanas, em grande parte do território elas misturam-se criando uma identidade distinta daquela a que nos acostumámos.

Matos (2019) apresenta o território como espaço democrático, destacando a Alta de Coimbra que conta com uma longa tradição de contestação estudantil. A crise estudantil de 1969, que contestava o poder político da época, lutava por um país onde existisse democracia. Os alunos lutavam pela liberdade e por direitos de que há muito não dispunham. As manifestações estudantis enchiam a Alta de Coimbra com mensagens de liberdade e contestação ao governo do Estado Novo e, com isto promoveram uma convulsão social que culminou na revolução de 25 de Abril de 1974 que devolveu a democracia a Portugal.

A contestação social ganhou novas ferramentas e causas, Matos (2019) exhibe grafitis nas paredes da Alta de Coimbra (atualmente considerado Património Mundial pela UNESCO) que apresentam lutas estudantis atuais, como o valor elevado das propinas, ou sociais tais como as lutas feminista e antirracista.

O território é um conceito variável, é o espaço em que a população comunica e participa no seu desenvolvimento e/ou também é um espaço de luta de poderes e contestação. A população inserida no território pode desenvolver um sentimento de pertença ou exclusão. O território é um espaço vivo em que a mudança pode ocorrer a qualquer momento e a população deve estar atenta aos sinais que são expressos no espaço público.

O território é um espaço comum que interfere com a vida privada de cada cidadão e estes têm poder de interferir no seu desenvolvimento. Neste sentido, a Geografia tem um papel importante na formação de cidadãos ativos e informados em relação ao ambiente que os envolve. Cabe a cada professor dar as ferramentas necessárias e promover o espírito crítico e o debate em sala de aula para que todos os envolvidos beneficiem de uma aprendizagem que será fundamental ao longo de toda a vida.

5. APLICAÇÃO DIDÁTICA

5.1. OBJETIVOS DA APLICAÇÃO DIDÁTICA

A aplicação didática utilizada, foi trabalhada no 11º ano de escolaridade, no tema “Os espaços organizados pela população”, mais particularmente no subtema “Área urbanas: dinâmicas internas” abordando as questões da Expansão Urbana e Problemas Urbanos.

Tendo em conta as indicações das Aprendizagens Essenciais, que tem como referência o documento Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, existem áreas de competência do perfil do aluno que devem ser levadas em consideração. Através de diferentes estratégias pretendo aplicar todas áreas de competência: Linguagens e textos; Informação e comunicação; Raciocínio e resolução de problemas; Pensamento crítico e pensamento criativo; Relacionamento interpessoal; Desenvolvimento pessoal e autonomia; Bem-estar, saúde e ambiente; Sensibilidade estética e artística; Saber científico, técnico e tecnológico.

As Aprendizagens Essenciais determinam três domínios devem ser avaliados:

- Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português

Comparar a evolução do comportamento de diferentes variáveis demográficas, recolhendo e selecionando informação estatística e apresentando conclusões.

Identificar padrões de distribuição de variáveis demográficas e suas causas próximas, utilizando mapas a diferentes escalas. Explicar as assimetrias regionais na distribuição da população portuguesa, evidenciando os fatores naturais e humanos que as condicionam.

Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os processos demográficos.

- Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços

Equacionar medidas concretas para minimizar o envelhecimento da população portuguesa. Reportar as assimetrias na distribuição da população, aplicando o conceito de capacidade de carga humana a nível local e regional.

- Comunicar e participar

Selecionar medidas que possam ter efeito nas estruturas/comportamentos demográficos e na distribuição da população no território português.

A partir desta abordagem didática pretendo colocar a disciplina da Geografia numa perspetiva de utilidade no quotidiano dos alunos, para que estes possam ter uma perceção dos problemas urbanos existentes no seu território e procurar e avaliar soluções para os problemas existentes. Numa fase inicial é importante fornecer alguma informação e incentivar e apoiar na pesquisa, para que tenham a possibilidade fazer uma observação informada sobre o território e criar uma forma de pensar mais crítica e uma argumentação cuidada, evitando conhecimento e ideias apenas empíricas.

5.2. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA SEQUÊNCIA DE AULAS

Durante as oito aulas lecionadas no 11º ano utilizei diferentes estratégias didáticas de maneira a criar uma ideia mais perceptível acerca do tema a tratar. A minha estratégia foi sempre incentivar a participação dos alunos, colocando questões e expondo imagens ou texto para que estes as interpretassem. Ter o PowerPoint como apoio foi importante, principalmente para não perder a linha de raciocínio e como forma de conseguir mostrar as imagens e colocar texto que poderia demorar caso o escrevesse no quadro. No entanto, o quadro foi sempre um recurso importante para apontar ideias e fazer esquemas à medida que o raciocínio da turma fluía.

No início de cada aula tentava fazer um resumo da matéria da aula anterior para ter a perceção do que os alunos entenderam e das suas dificuldades. Quando existiam dúvidas fazia um esquema no quadro para tornar a ideia mais perceptível.

O recurso a *Storytelling* também se revelou muito importante para cativar a atenção da turma, começou a surgir naturalmente à medida que íamos debatendo a matéria. Percebi que com aquela turma resultava e tentei ir ao encontro dos seus interesses e conhecimentos também com o objetivo de mostrar que a matéria de Geografia tem bastante ligação ao nosso quotidiano.

Utilizei fichas de trabalho de análise de textos, dados e/ou gráficos, com o objetivo de os alunos interpretarem a informação e conseguirem problematizar. A ideia era que os alunos chegassem até ao conteúdo da matéria sem ser de forma expositiva.

No contexto dos problemas socioeconómicos recorri a uma música com o título “Meu Deus” do Plutónio. O objetivo foi os alunos ouvirem a música com a letra da mesma e sublinharem frases que referissem problemas socioeconómicos. A participação dos alunos nesta tarefa foi surpreendente, pois todos quiseram dizer uma frase e no final houve um pequeno debate e os alunos sugeriram até frases de outras músicas que costumam ouvir e que se referem também a este tipo de problemas. Escolhi esta música porque achei adequada, mas também tentei ir de encontro ao gosto musical da turma.

A aplicação didática que mais destaque foi a Saída de Campo à cidade de Pombal, toda a sua preparação prévia e o trabalho após a mesma.

5.2.1. SAÍDA DE CAMPO: PROBLEMAS URBANOS EM TERRITÓRIO DE PROXIMIDADE

A Saída de Campo à cidade de Pombal decorreu no 22 de janeiro de 2020 durante o período normal da aula, entre as 8h25 e as 10h10, e tinha como objetivo detetar os Problemas Urbanos na cidade e procurar soluções para os mesmos.

Para esta Saída de Campo houve uma preparação prévia. Iniciámos por perceber que tipos de problemas urbanos existem e separámos em três grupos: urbanísticos, socioeconómicos e ambientais. Apresentei exemplos práticos de problemas urbanos e, em conjunto com os alunos, fizemos uma comparação com a realidade da cidade de Pombal.

Na aula anterior à Saída de Campo os alunos realizaram um questionário no GoogleForms sobre os problemas urbanos na cidade de Pombal através da Escala de Likert. Preparei este questionário através de “entrevistas” a atores que conhecem bem a cidade de Pombal e o seu desenvolvimento nas últimas décadas. Este questionário contém questões como:

- a degradação de edifícios e a reabilitação dos mesmos;
- a suficiência e tamanho dos espaços verdes;
- as construções em leito de cheia do Rio Arunca;
- a habitação social no espaço urbano;
- o trânsito e a questão do estrangulamento da cidade entre as vias de comunicação e a Serra do Sicó.

Para a saída de campo propus grupos de três alunos para realizarem um trabalho no dia e após o mesmo. O percurso da saída de campo tinha como pontos de paragem e observação aqueles indicados na Tabela 1.

TABELA 1 PERCURSO DA SAÍDA DE CAMPO - CIDADE DE POMBAL

PERCURSO		
Escola Secundária de Pombal	Início da Saída de Campo	Ao longo do percurso: <ul style="list-style-type: none"> • Observar espaços verdes • Preservação dos edifícios • Perceber se existem acessos apropriados para diferentes graus de mobilidade
Bairro Social	Verificar construções e condições de vida do Bairro	
Rua da Estação	Estrangulamento da cidade de Pombal	
Biblioteca Municipal de Pombal	Construções no leito de cheia do Rio Arunca	
Pavilhão Eduardo Gomes		
Estádio Municipal de Pombal		
Piscina Municipal de Pombal		
Cardal/Centro histórico da cidade de Pombal	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios Reabilitados - Ocupação vertical dos edifícios - Problemas de circulação 	
Escola Secundária de Pombal	Fim da Saída de Campo	



FIGURA 24 MAPA DO PERCURSO DA SAÍDA DE CAMPO NA CIDADE DE POMBAL
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (APLICAÇÃO NIKERUNNING)

Após a saída de campo os alunos voltaram a preencher os questionários de forma a entender se a sua perceção do espaço da cidade tinha mudado.

Depois juntaram-se nos grupos de trabalho pré-definidos e compactaram a informação que cada um indicou como um problema urbano. O passo seguinte foi a criação de soluções para cada problema encontrado. Este trabalho de grupos resultou num debate onde toda a turma participou e chegaram às conclusões seguintes:

TABELA 2 PROBLEMAS URBANOS E SOLUÇÕES PARA A CIDADE DE POMBAL

<p>1. Problemas Urbanos detetados na cidade de Pombal (pelos alunos de 11º ano)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bairro social com fraca acessibilidade • Mau aproveitamento das lojas do shopping • Trânsito na entrada da cidade nas horas de ponta • Degradação dos edifícios no centro da cidade • Espaços verdes pouco aproveitados e com dimensão pouco apropriada para os efeitos • Bairro S. João de Deus – más condições e sobrelotação • Acesso limitado a pessoas com mobilidade reduzida na cidade e transportes • Vandalismo – Degradação das paisagens • Construção em Leito de Cheia • Transportes com horários limitados • Obras no centro da cidade • Existência de apenas uma escola secundária • Falta de promoção de integração de população desterritorializada - conflitos
---	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Pombal encontra-se entre duas linhas que limitam o crescimento da cidade • Poluição visual e sonora • Pouca promoção de reabilitação dos espaços • Poluição do Rio • Passeios danificados • Falta de espaços de lazer
<p>2. Soluções encontradas para os Problemas Urbanos (pelos alunos de 11º ano)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de ponte pedestre por cima da nacional com acesso do Bairro Social para a cidade de Pombal • Realizar inquérito sobre o que gostariam de ter no shopping • Melhorar rede de transportes públicos e estacionamento à entrada da cidade • Proibir transportes pesados no centro da cidade • Reabilitação urbana dos edifícios • Escoamento das águas do leito de cheia para terrenos agrícolas ou armazenamento desta para utilizar no tempo de seca (verão) • Promover o uso dos transportes públicos • Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos • Organizar voluntariado para limpar o rio; • Aumentar as multas para as indústrias poluidoras. • Renovação dos passeios (destruir os danificados e reconstruir novos) • Promover a visita aos museus locais

Todo o processo antes, durante e após a Saída de Campo cumpriu os tempos e objetivos previstos. Os alunos participaram ativamente nas tarefas propostas. No entanto a parte final da aplicação didática, o debate, decorreu num curto espaço de tempo devido às condicionantes de tempo que temos para concluir todo o programa da disciplina. Conseguimos terminar as propostas para soluções dos problemas urbanos graças ao trabalho dos grupos fora da aula.

Este trabalho despertou interesse nos alunos pois coloca-os no seu território do quotidiano com uma perspetiva geográfica e através de uma observação focada nos conhecimentos adquiridos previamente nas aulas de geografia. Isto pode revelar aos alunos a importância prática da disciplina nas suas vidas.

6. O TERRITÓRIO VISTO PELOS MEDIA

6.1. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATRAVÉS DOS MEDIA COMO ESTRATÉGIA DE COMPLEMENTO DA LEITURA GEOGRÁFICA

A forma como olhamos e interpretamos o território depende quer da nossa formação, das experiências prévias e do modo como a informação chega (de)composta até nós. No presente, uma das formas mais comuns de consumo de informação e de formação de opinião sobre problemas socioterritoriais têm os media como intermediários. Segundo Silveira (2011), cada vez mais os media têm um poder central no modo como constroem a nossa visão perante o mundo e, ao tentar desligar todos os aparelhos que nos permitem o acesso aos media, é impossível ignorar todas as formas de publicidade que já fazem parte da paisagem urbana.

Na obra literária *1984*, George Orwell reflete sobre o controlo ideológico da sociedade e o papel da imprensa registando que *“A invenção da imprensa, no entanto, tornou mais fácil manipular a opinião pública, e o cinema e rádio levaram ainda mais longe o processo.”*. Apesar de ser uma obra ficcional é também uma crítica à sociedade e uma chamada de atenção para a credibilidade de toda a informação a que as pessoas estão sujeitas e a falta de reflexão crítica sobre ela.

Delmazo et al. (2018) esclarecem que o fenómeno de notícias fabricadas ou *fake news*, termo mais utilizado atualmente, é antigo. No entanto, com a internet e o acesso às redes sociais a partilha de informações falsas e alteradas criam um novo nível de desinformação, chegando a mais pessoas, crescentemente selecionadas, num período de tempo bastante mais curto. A possibilidade de qualquer utilizador das redes sociais ter a facilidade de criar e partilhar conteúdos, sem qualquer tipo de verificação da sua veracidade, aumentam a capacidade de divulgação de notícias falsas e a consequente desinformação generalizada.

Macedo (2005) afirma que com a globalização (principalmente económica) o poder de muitos grupos aumentou a grande escala, fazendo com que os grupos de media assumissem o seu papel de defesa a interesses comerciais. De algum modo, a proteção contra o abuso na informação e manipulação tem vindo a ser progressivamente fragilizado, sobretudo por se ter acreditado na possibilidade de informação gratuita, suportada por publicidade, mas, ainda sim fidedigna e tendencialmente imparcial.

Assim, devido à desinformação e criação de notícias fabricadas, vários autores defendem que a educação e literacia para os media deve estar presente nos programas escolares, abrangendo de forma transversal as várias disciplinas, desde o Português; á Ciências ou á Geografia. Macedo (2005) defende que a educação para os media tem grande importância para o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da análise de conteúdos mediáticos. Os efeitos da desinformação poderão ser mais preocupantes para as crianças e jovens mais propícios à exclusão social, torando-os mais vulneráveis. Silveira (2018) acrescenta que a educação para os media é uma área base na formação para a cidadania, fazendo com que as crianças e jovens se tornem cidadãos mais informados e esclarecidos, e que pode atenuar alguns riscos e a exclusão social e forma cidadãos aptos para a democracia.

Macedo (2005) reflete sobre o conceito de cidadania dividindo-o em duas dimensões. A dimensão formal que se fundamenta na questão dos direitos e deveres e a dimensão social que vai de encontro à identidade e práticas. Esta resume-se na participação ativa dos cidadãos na transformação do contexto social assente na pluralidade da sociedade. No seguimento deste conceito, a autora procura uma alternativa à educação tradicional que se baseia no método informativo-instrutivo. Encontra o

modelo humanista como aquele que poderá dar mais autonomia aos estudantes para construírem o seu processo de aprendizagem e de construírem continuamente a sua perceção e relação com o mundo.

Silveira (2018) apresenta a criação de produtos de media em contexto escolar (como rádio ou jornais escolares) é importante na educação para os media, pois dá a oportunidade aos estudantes de expressarem as suas ideias e entenderem o papel dos media dentro da comunidade escolar. A par destas iniciativas é necessário haver um suporte que regule os media escolares que, para além de promover a liberdade de expressão, deve fomentar a responsabilidade e o respeito pelo outro. Esta é uma forma prática e eficaz de ensinar e incentivar a cidadania.

Silveira (2018) apresenta a visão de Jacques Gonnet (2017) sobre o papel do professor na aprendizagem do aluno. O professor deve conceber alguma autonomia e ferramentas para que o estudante parta à descoberta dos seus interesses mediante a realidade que o rodeia. Neste sentido o aluno tem também um papel importante na aprendizagem do professor. O professor deve ter uma ideia clara do que são os objetivos propostos aos estudantes, discutindo-os com eles e fazendo um acompanhamento e avaliação contínuos.

O papel dos pais e /ou encarregados de educação, segundo Silveira (2018), é fundamental na educação das crianças e jovens. Estes são as figuras primordiais na educação dos estudantes e são eles que definem a forma como os estudantes se envolvem na comunidade escolar e a sua relação com os media. A compreensão e cooperação dos pais e/ou encarregados de educação para o trabalho desenvolvido na escola é crucial para a complementaridade e continuidade da educação das crianças e jovens.

Os media têm um papel fundamental para a perceção que as pessoas têm do mundo e por isso se torna tão importante a educação e literacia para os media no contexto escolar. O excesso de informação, a que a sociedade está sujeita atualmente, pode levar facilmente muitas pessoas a serem induzidas em erro através de conteúdos que se afastam da veracidade dos factos. Se as crianças e jovens tiverem formação de como é feito o processo de criação de media, como e onde devem pesquisar e a aprender a confrontar os factos, conseguem desenvolver o espírito crítico que lhe permite criar metodologias de seleção de informação.

6.2. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA

A educação para a cidadania através dos media é uma forte impulsionadora para a construção de uma sociedade mais informada e por consequência mais democrática. É neste sentido que algumas instituições internacionais procuram encontrar algumas soluções para esta questão.

Para que a educação e literacia para os media seja executada de forma satisfatória, é necessário que haja algum incentivo para a investigação e formação nesta área. Silveira (2011) afirma que a sensibilização e formação dos professores e encarregados de educação são essenciais para que os programas sejam aceites e lecionados de forma a haver um proveito dos mesmos na sociedade.

Silveira (2011) apresenta algumas instituições que promovem a investigação e educação para os media, é o caso da UNESCO, a Comissão Europeia e o Conselho da Europa:

TABELA 3 INSTITUIÇÕES E PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA

UNESCO	<p>1970</p> <p>Simpósio Internacional sobre o Impacto da Representação da Violência nos Mass Media nos Jovens e Adultos</p> <p>1982</p> <p>Grunwald Declaration on Media Education</p> <p>A partir de 1990</p> <p>Sector de Comunicação, Informação e Informática assume a responsabilidade da educação para os media</p>
Comissão Europeia	<p>20 de Dezembro de 2007</p> <p>Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre um plano de abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital</p> <p>20 de Agosto de 2009</p> <p>Recomendação - literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva</p>
Conselho da Europa	<p>Conselho da Cooperação Cultural (CDCC)</p> <ul style="list-style-type: none"> · 1993-1997 <p>“Democracia, Direitos do Homem, Minorias: aspectos educativos e culturais”</p> <ul style="list-style-type: none"> · 1997 <p>“A Educação para a Cidadania Democrática”</p> <p>Comité Director sobre os Meios de Comunicação de Massa (CDMM)</p> <ul style="list-style-type: none"> · L'Éducation aux Médias das L'Europe des Années 90, da autoria de Len Masternan · Associação Europeia de Educação para os Media Audiovisuais (AEEMA), em 1989

	<p>Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa</p> <ul style="list-style-type: none"> · Responsável pela aprovação de várias Resoluções e Recomendações <p>Comissão da Cultura e da Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> · Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2009 (existe uma obrigatoriedade de colocar em prática a educação para a cidadania)
--	---

Todas as instituições acima referidas têm apresentado planos e programas que levem os seus estados membros a colocar em prática a educação e literacia dos media nas escolas. Fazem isto mostrando a presença diária e incontornável dos media, através de diversos meios. Os media atuam na cultura e na forma como a sociedade atua, e como refere Silveira (2011) *“deve ser uma preocupação familiar, política e social”*, com o intuito de *“preparar os jovens para viverem num mundo de poderosas imagens, palavras e sons, por forma a tornarem-se cidadãos esclarecidos e participantes.”*.

A Direção-Geral da Educação produziu, a partir das Linhas Orientadoras de Educação para a Cidadania, um Referencial de Educação para os Media para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. Este foi aprovado pelo Sr. Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário a 29 de abril de 2014 (Ref.ª 96/13-133).

Segundo o que indica a Direção-Geral da Educação, a Educação para os Media tem o objetivo de compreender e interpretar os meios de comunicação social, através do acesso às tecnologias de informação e comunicação. Este processo pretende capacitar os estudantes de informação para a utilização internet e redes sociais, promovendo a segurança e um pensamento crítico, para que os comportamentos e atitudes sejam adequados às normas sociais.

6.3. PRODUÇÃO DE MEDIA EM GEOGRAFIA

A produção de media é outra hipótese de tratar e melhor compreender o trabalho dos media. Através da observação, pesquisa e reflexão os alunos podem abordar os temas lecionados na disciplina de Geografia e relacioná-los ao meio que os envolve. Os alunos podem criar um trabalho jornalístico (texto, reportagem, vídeo, etc) com base numa matéria lecionada, tendo a possibilidade de explorar esse tema no contexto da localidade em que residem e/ou que a escola está inserida.

O trabalho escrito tradicional pode ser realizado com o objetivo de se apresentar como um texto de imprensa, ou uma apresentação oral pode ser feita como uma apresentação de um noticiário. A importância desta estratégia didática será criar uma oportunidade para que os alunos trabalhem a sua criatividade e possibilite explorar diferentes formas de comunicar.

Silveira (2011) refere que a produção de media por parte dos alunos é uma forma prática de desenvolver o espírito crítico, desenvolvendo (novas) capacidades de sua expressão e comunicação, a partir de um “*ciclo de ação, reflexão e diálogo*”. Este trabalho dá a oportunidade para os alunos entenderem como funciona a indústria dos media e como são criados os diferentes géneros de escrita e o modo como impactam o modo como nos informamos. Estimulando a criatividade dos alunos, este trabalho pode ser feito com a produção de texto jornalístico, vídeo através de reportagem e/ou entrevistas e até criação de programas (por exemplo, a gravação e produção de um debate) e o fotojornalismo.

Este trabalho pode começar a partir de uma saída de campo, uma entrevista ou através da observação do território. Partindo do tema abordado na disciplina, os alunos podem procurar focar nas questões que se colocam como mais relevantes e abordá-las consoante o meio que os envolve e os recursos que têm disponíveis.

A produção de media no ensino da Geografia pode ser um bom potenciador de curiosidade e uma oportunidade de envolver as crianças e jovens em assuntos que são pertinentes para a sociedade e que também os afeta, tendo uma oportunidade de se tornarem cidadãos mais informados, esclarecidos e, potencialmente, mais participativos.

6.4.A UTILIZAÇÃO DOS MEDIA COMO PROPOSTA DIDÁTICA: METODOLOGIA E RESULTADOS

A Geografia é uma ciência em constante mudança e a observação do território é fundamental para entender as dinâmicas que surgem na sociedade e nos espaços sociais. Cativar os alunos para a observação da realidade que os envolve é fundamental para a compreensão das temáticas da disciplina.

O caso que apresento é uma proposta de trabalho em sala de aula de forma a que os alunos tenham contacto com a realidade a partir dos media, permitindo uma apropriação crítica de informação e do modo como interrogam o que os rodeia. Cada vez mais, ler e interpretar notícias é um ato complexo devido ao crescente número de canais noticiosos e à facilidade de deturpar factos e partilhar os mesmos através das redes sociais, onde muitos dos destinatários que recebem a mensagem são pessoas não têm a literacia necessária para distinguir a veracidade do que lhes é apresentado, deturpando assim a realidade, contribuindo para criar uma opinião pública desinformada que poderá ser perigosa no decurso das opções futuras para uma sociedade.

A metodologia utilizada na recolha de notícias consistiu na busca e seleção de notícias, tendo como fundo a temática de problemas sociais em contexto urbano. A pesquisa foi realizada para o período entre janeiro e junho de 2020 no jornal Público, em formato online, de modo a que se garantisse uma facilidade/equidade de acesso ao meio de informação. A recolha e seleção foi baseada no tema ‘Expansão Urbana’ incidindo nos Problemas Urbanos, temática abordada no 11º ano na disciplina de Geografia, com especial ênfase nos problemas socioeconómicos.

No período em que foram recolhidas as notícias surgiu a pandemia da Covid-19 que transformou a sociedade, o modo como nos relacionamos e o uso que fazemos dos territórios a diferentes escalas. Pode ser verificada a alteração de comportamentos e como isso veio afetar a vida das pessoas, a forma de funcionamento das cidades e o modo como se fragmentaram territórios, rotulados de saudáveis ou de risco. Entre os meses de março e junho a pandemia foi o ponto fulcral de todas as notícias. A partir do contexto de pandemia e, conseqüente confinamento, o ambiente criado pelo medo e insegurança criou uma dimensão quase monotemática na informação prestada à população. Tendo em conta que

a situação foi inédita e ainda não existem indicações seguras para enfrentar a situação ou dados conclusivos para o tratamento, surgiram muitas informações falsas e contraditórias acerca da Covid-19 que alarmou ainda mais a população.

A proposta terá como base a recolha de notícias que se enquadrem nos temas lecionados, de forma a encontrar informações que nos descrevam a realidade, não só, no território nacional (escala de estudo da disciplina de Geografia no Ensino Secundário), mas também internacional. A partir do texto jornalístico podemos fazer uma discussão acerca das problemáticas e questões suscitadas, em que território(s) se deu o acontecimento e de que forma isso afeta as relações inter/intra territoriais.

Nas turmas nas quais lecionei, foi possível aplicar e desenvolver esta proposta através da criação do Portefólio. No Portefólio, produzido de forma individual, por cada aluno, eram colocados os esquemas, conceitos, imagens e outras informações mais relevantes acerca do tema selecionado. Foi colocada a proposta de pesquisa e interpretação de notícias que estivessem relacionadas com os temas lecionados. Este trabalho tinha dois objetivos principais:

- (i) o primeiro de mostrar aos alunos a atualidade e interesse que a disciplina de Geografia tem no seu quotidiano;
- (ii) incentivar os alunos ao contacto com os media e com a leitura de texto, não só como meros consumidores de conteúdo, mas também, como cidadãos críticos com base nos conhecimentos adquiridos na disciplina.

No trabalho de recolha de notícias foram seguidas normas/procedimentos na apresentação das notícias:

- Jornal/Suporte Noticioso
- Data – A notícia teria de ser de preferência atual e/ou contextualizada no tempo.
- Conceitos – Indicar conceitos, explícitos ou implícitos, tratados na disciplina de Geografia.
- Espaços geográficos – Deveriam indicar o espaço geográfico em que estava inserido o caso tratado.
- Explicação da notícia – Os alunos deviam fazer um pequeno resumo da notícia.
- Opinião/ Reflexão Crítica
- Soluções – Este ponto seria realizado no caso da existência de um problema.

Na tabela 3 estão apresentadas 37 notícias, indicando a data da sua publicação, o endereço onde foi publicada, os protagonistas e/ou local de cada notícia e os problemas-chave que cada uma delas apresenta. Este registo de notícias contém uma amostra representativa dos assuntos mais relevantes com base em problemas socioeconómicos, no período de janeiro a junho de 2020.

Uma das grandes questões tratadas pela imprensa no início de 2020 foi a questão da habitação e a pressão da atividade turística sobre o preço do solo, associada á captação de investimento estrangeiro através de “vistos gold” onde, a aquisição de habitação > 500 mil euros funcionava como critério de acesso. A conjugação desta diversidade de fatores acarretou problemas diversos como a especulação imobiliária, pobreza, a gentrificação e a turistificação. Este problema não se resolve, no entanto inicia-se uma época que retira a normalidade do quotidiano, a Covid-19 expandiu-se globalmente e foi decretada a situação de pandemia. Houve um confinamento e a sociedade teve de lidar com as consequências dessa situação. A nível económico trouxe grandes desafios a muitas empresas e famílias e a nível social houve uma acentuação de muitos problemas já existentes antes do confinamento.

A população mundial esteve em confinamento, em Portugal foram praticamente três meses de confinamento, o que fez com que alguns setores de atividade económica sofressem com a falta de

procura dos seus produtos. A restauração, os estabelecimentos de bem-estar, o meio artístico e o turismo são alguns exemplos de setores que estagnaram com o confinamento. Em alguns casos foi possível criar outras soluções, no caso dos restaurantes muitos optaram por implementar o serviço de take-away no seu negócio, alguns artistas conseguiram adaptar espetáculos ao meio digital, mas em qualquer um dos casos não foi regra e muitas pessoas ficaram sem a possibilidade de trabalhar durante o espaço de tempo em que foi decretado o confinamento. Pelo contrário, grandes empresas de tecnologia, comércio de produtos de primeira necessidade, transportadoras, entregas saíram desta crise com mais hegemonia económica perante as dificuldades que muitas empresas passaram. Como em qualquer outra crise, as desigualdades acentuaram-se porque a capacidade de resposta a situações limite não é igual para todas as empresas, são as que têm mais poder que conseguem gerir melhor os seus recursos e colmatar as falhas que podem surgir de forma inesperada.

O desemprego aumentou, como consequência direta da crise pandémica e do confinamento obrigatório, o que fez com que muitas pessoas e famílias ficassem numa situação de maior fragilidade. É impossível prever o fim da pandemia e o que acontece é que até esse momento vão surgir muitos problemas económicos e sociais que não vão ter uma solução fácil nem rápida, e por conseguinte vamos entrar numa crise mundial que poderá durar muitos anos para grande prejuízo da sociedade.

A prática da viagem e do turismo ressentiu-se bastante com o confinamento e os alojamentos locais deixaram de ser uma fonte de rendimento, colocando a viabilidade económica destes negócios em causa. Os problemas como a pobreza e exclusão social tornaram-se mais visíveis após o encerramento de muitas empresas, redução de postos de trabalho e diminuição de apoios sociais. Foram observáveis algumas inovações nos apoios sociais para combater as maiores desigualdades que se fizeram sentir ao longo dos meses de confinamento.

A partir das medidas de prevenção da Covid-19 começaram a surgir reflexões sobre o impacto antrópico no planeta bem como a sua capacidade de recuperação/ regeneração, e vão ser os espaços públicos e as interações sociais a partir deste momento.

Algumas áreas profissionais forma muito afetadas pelo confinamento, como foi o caso da cultura, que continua a não ter apoio suficiente do estado para conseguirem manter a produção e a capacidade de empregar de forma segura os trabalhadores deste setor.

Surgem também questões de violência contra grupos minoritários que desencadearam reações em muitos países, incluindo Portugal. Questões como o racismo e a xenofobia foram colocadas em debate, criando divisão de opiniões de políticos e dos próprios cidadãos.

A utilização dos media como uma ferramenta para o ensino é uma forma de incentivar os mais jovens a procurar perceber como funciona a sociedade, as suas mudanças e necessidades. Silveira (2011) refere que a escola deve dar aos seus alunos a oportunidade de explorar vários instrumentos e as suas capacidades, incluindo os media porque estes já fazem parte do seu quotidiano.

TABELA 4 NOTÍCIAS REFERENTES A PROBLEMAS SOCIAIS

Data	Título da Notícia	Publicação	Protagonistas/Local	Problemas Chave
03/01/2020	Há um laboratório de dados para ajudar a resolver os problemas das cidades	https://www.publico.pt/2020/01/03/local/noticia/ha-laboratorio-dados-ajudar-resolver-	Urban Co-creation Data Lab	Inteligência Artificial; Gestão de Espaços Urbanos

		problemas-cidades-1892557		
15/01/2020	Rendas em Lisboa descem pela primeira vez desde 2016	https://www.publico.pt/2020/01/15/economia/noticia/rendas-lisboa-descem-primeira-desde-2016-1900279	Mercado Imobiliário	Especulação Imobiliária; Gentrificação; Pobreza
16/01/2020	Os “novos” brasileiros: de exilados políticos a profissionais qualificados	https://www.publico.pt/2020/01/16/sociedade/noticia/novos-brasileiros-exilados-politicos-profissionais-qualificados-1900447	Emigrantes; Estado Brasileiro	Migração; Exílio
16/01/2020	Câmara do Funchal coloca taxa turística de dois euros em consulta pública	https://www.publico.pt/2020/01/16/local/noticia/camara-funchal-coloca-taxa-turistica-dois-euros-consulta-publica-1900594	Câmara Municipal do Funchal;	Turistificação; Especulação Imobiliária; Diferenças sociais
23/01/2020	OMS: ainda é cedo para dizer que o novo coronavírus é uma emergência global	https://www.publico.pt/2020/01/23/ciencia/noticia/oms-cedo-dizer-novo-coronavirus-emergencia-global-1901495	Organização Mundial de Saúde (OMS)	Quarentena; Pandemia
29/01/2020	Ministro da Habitação: “Crime de lesa-pátria” são os preços do imobiliário em Lisboa e Porto	https://www.publico.pt/2020/01/29/economia/noticia/ministro-habitacao-crime-lesapatria-sao-precos-imobiliario-lisboa-porto-1902182	Ministro das Infraestruturas e da Habitação	Especulação Imobiliária
30/01/2020	Berlim aprova congelamento das rendas durante cinco anos	https://www.publico.pt/2020/01/30/economia/noticia/berlim-aprova-congelamento-rendas-durante-cinco-anos-1902321	Parlamento Estadual de Berlim	Especulação Imobiliária; Gentrificação
03/02/2020	Praga declara guerra ao Airbnb: está a “comer a cidade por dentro”	https://www.publico.pt/2020/02/03/fugas/noticia/praga-declara-guerra-airbnb-comer-cidade-dentro-1902740	Presidente da Câmara de Praga	Alojamento local; Turistificação; Especulação Imobiliária

04/02/2020	Enquanto o coronavírus avança, a xenofobia alastra-se pelo mundo	https://www.publico.pt/2020/02/04/p3/cronica/coronavirus-avanca-xenofobia-alastrase-mundo-1902721		Xenofobia; Coronavírus
04/02/2020	Too Good To Go: a app que quer evitar o desperdício de comida chegou ao Porto	https://www.publico.pt/2020/02/04/p3/noticia/too-good-to-go-app-quer-evitar-desperdicio-comida-chegou-porto-1902843	Too Good To Go	Desperdício Alimentar; Alimentação
06/02/2020	Airbnb entregou 14,3 milhões de euros em taxas turísticas a Lisboa e ao Porto em 2019	https://www.publico.pt/2020/02/06/local/noticia/airbnb-entregou-143-milhoes-euros-taxas-turisticas-lisboa-porto-2019-1903143	Airbnb; Alojamento Local	Turistificação; Taxa turística; Sustentabilidade; Especulação Imobiliária
10/02/2020	O coronavírus está a criar cidades-fantasma, mas há quem aproveite o espaço livre	https://www.publico.pt/2020/02/10/p3/noticia/coronavirus-criar-cidades-fantasma-ha-aproveite-espaco-livre-1903534	Cidades	Covid-19;
10/02/2020	Arrendar casa em Lisboa é mais difícil do que em Barcelona e Berlim	https://www.publico.pt/2020/02/10/economia/noticia/arrendar-casa-lisboa-dificil-barcelona-berlim-1903306	Lisboa	Especulação Imobiliária; Turistificação; Gentrificação
12/02/2020	“O número de supercentenários vai aumentar” em Portugal	https://www.publico.pt/2020/02/12/sociedade/noticia/numero-supercentenarios-vai-aumentar-portugal-1903922	População portuguesa	Envelhecimento; Demografia; Esperança Média de Vida
20/02/2020	Revolta nas ilhas gregas contra mais campos para refugiados e violência policial	https://www.publico.pt/2020/02/26/mundo/noticia/revolta-ilhas-gregas-campos-refugiados-violencia-policial-1905601	População e autarquias das ilhas gregas	Refugiados; Direitos Humanos
08/03/2020	Dia da Mulher assinalado com manifestações e greve feminista	https://www.publico.pt/2020/03/08/sociedade/noticia/dia-mulher-assinalado-	Rede 8 de Março	Feminismo; Desigualdade de

		manifestacoes-greve-feminista-1906865		Género; Direitos Humanos
16/03/2020	Coronavírus: quase 800 escolas abertas para alunos e garantir refeições	https://www.publico.pt/2020/03/16/sociedade/noticia/coronavirus-quase-800-escolas-abertas-alunos-garantir-refeicoes-1907909	Estabelecimentos de ensino; Governo; Ministério da Educação	Alimentação; Apoio Social; Covid-19; Confinamento
21/03/2020	Contra o racismo	https://www.publico.pt/2020/03/21/politica/noticia/racismo-1908723	Nações Unidas; Europa	Racismo; Xenofobia; Política
26/03/2020	Speak: projecto social abre aulas de línguas online gratuitas	https://www.publico.pt/2020/03/26/p3/noticia/speak-escola-linguas-aulas-online-gratuitas-1909209	Speak	Integração; Acolhimento; Migrantes; Refugiados; Língua; Ensino
27/03/2020	Póvoa de Varzim vai controlar entradas na cidade no fim-de-semana	https://www.publico.pt/2020/03/27/local/noticia/povoa-varzim-vai-controlar-entradas-cidade-fimdesemana-1909746	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	Espaço público; Covid-19; Medidas de prevenção
28/03/2020	Semana a semana, o alojamento local vê o negócio a afundar-se	https://www.publico.pt/2020/03/28/economia/noticia/semana-semana-alojamento-local-ve-negocio-afundarse-1909744	Alojamento Local	Turismo; Covid-19
30/03/2020	Autarquias reinventam-se e reforçam apoios para vencer a pandemia	https://www.publico.pt/2020/03/30/local/noticia/autarquias-reinventamse-reforcam-apoios-vencer-pandemia-1909634	Autarquias; Psicólogos	Apoio Social; Saúde Mental; Covid-19
13/04/2020	Pedimos desculpa pela interrupção: as (novas) cidades voltam dentro de momentos	https://www.publico.pt/2020/04/13/local/noticia/pedimos-desculpa-interruptao-novas-cidades-voltam-dentro-momentos-1911849	Académicos	Cidades; Covid-19; Espaços Públicos

16/04/2020	Poluição atmosférica desceu cerca de 50% em várias cidades europeias	https://www.publico.pt/2020/04/16/mundo/noticia/poluicao-atmosferica-cidades-europeias-desceu-ultimos-30-dias-1912604	Ambiente	Covid-19; Poluição atmosférica;
19/04/2020	“O arrendamento de longa duração vai emergir no centro das cidades”	https://www.publico.pt/2020/04/19/economia/entrevista/arrendamento-longa-duracao-vai-emergir-centro-cidades-1912762	Ministério do Ambiente	Arrendamento; Covid-19;
22/04/2020	Eduardo Cabrita empurra responsabilidade para o CPR sobre o caso do hostel de Lisboa	https://www.publico.pt/2020/04/22/local/noticia/eduardo-cabrita-empurra-responsabilidade-conselho-refugiados-caso-hostel-lisboa-1913390	Conselho Português para Refugiados (CPR); Ministério da Administração Interna	Refugiados; Covid-19; Direitos Humanos
24/04/2020	Autarquias investem milhões em computadores e Internet para alunos	https://www.publico.pt/2020/04/24/sociedade/noticia/autarquias-investem-milhoes-computadores-internet-alunos-1913530	Câmaras Municipais	Educação; Apoio Social; Covid-19; Ensino a Distância; Material informático; Internet
27/04/2020	Ruas despidas expõem “esqueleto” do Porto	https://www.publico.pt/2020/04/27/local/noticia/ruas-despidas-expoem-esqueleto-porto-1913981	Porto	Área turística; Pobreza; Covid-19
21/05/2020	Vigília em frente ao Parlamento para dar visibilidade a luta de anos na Cultura	https://www.publico.pt/2020/05/21/politica/noticia/vigilia-frente-parlamento-dar-visibilidade-luta-anos-cultura-1917551	Profissionais das Artes e da Cultura	Protesto; Cultura; Covid-19; Precariedade
22/05/2020	Programa Arrendamento Acessível tem 160 contratos activos. Um terço foi assinado na pandemia	https://www.publico.pt/2020/05/22/economia/noticia/programa-arrendamento-acessivel-160-contratos-	Programa Arrendamento Acessível	Arrendamento; Especulação Imobiliária; Covid-19

		ativos-terco-assinado-pandemia-1917672		
25/05/2020	Câmara do Porto quer Governo a financiar habitação para sem-abrigo a 65%	https://www.publico.pt/2020/05/25/local/noticia/camara-porto-quer-governo-financiar-habitacao-semabrigo-65-1918046	Câmara Municipal do Porto	Pobreza; Habitação; Covid-19
28/05/2020	Na Grande Lisboa há mais de 200 bairros ilegais — um campo fértil para o vírus	https://www.publico.pt/2020/05/28/local/noticia/lisboa-ha-200-bairros-ilegais-1918554	Bairros Sociais; Área Metropolitana de Lisboa	Habitação; Pobreza; Precariedade; Aglomerado populacional; Covid-19
06/06/2020	George Floyd torna-se símbolo da violência policial racista e protestos espalham-se pelo mundo	https://www.publico.pt/2020/06/06/mundo/noticia/george-floyd-tornase-simbolo-violencia-policial-racista-protestos-espalhamse-mundo-1919699	George Floyd	Racismo; Violência policial; Protestos Anti-Racistas; Desigualdade Social
06/06/2020	Milhares de pessoas manifestam-se em Portugal contra o racismo	https://www.publico.pt/2020/06/06/sociedade/reportagem/milhares-pessoas-manifestamse-pais-racismo-1919723	George Floyd; Portugal	Racismo; Violência policial; Protestos Anti-Racistas; Desigualdade Social
06/06/2020	Bairros precários: Estado está “hiperausente” nos direitos, mas “hiperpresente” no controlo e repressão	https://www.publico.pt/2020/06/06/sociedade/entrevista/bairros-precarios-estado-hiperausente-direitos-hiperpresente-controlo-repressao-1919594	Antropóloga Ana Rita Alves	Habitação; Precariedade; Saúde; Racismo; Covid-19
13/06/2020	Edifícios e murais na Grande Lisboa vandalizados com frases “xenófobas e racistas”	https://www.publico.pt/2020/06/13/sociedade/noticia/edificios-murais-lisboa-vandalizados-frases-xenofobas-racistas-1920436	Conselho Português para Refugiados	Racismo; Xenofobia; Vandalismo;

25/06/2020	Governo terá 10 milhões de euros para programa “Bairros Saudáveis”	https://www.publico.pt/2020/06/25/sociedade/noticia/governo-tera-10-milhoes-euros-programa-bairros-saudaveis-1921942	Programa “Bairros Saudáveis”	Saúde pública; Bem-estar; Qualidade de vida;
------------	--	---	------------------------------	--

Sabendo que o território é um espaço de poder conseguimos perceber que pode haver uma disputa da população pelo espaço. Normalmente quem está em posições de poder tem mais facilidade de moldar o território em seu benefício, isto gera sempre conflito com a população mais desfavorecida. Por exemplo, quadro 3 podemos ver que a especulação imobiliária tem sido um problema recorrente, a população residente nos centros das cidades vê-se pressionada a abandonar o seu espaço, muitas vezes em prol do turismo. Isto leva-nos a dois problemas que podem estar interligados, a gentrificação e a turistificação.

As diferenças sociais entre a população é um facto de uma complexidade que é difícil abordar, e a isto se junta alguns preconceitos construídos e incutidos no quotidiano das sociedades que torna a diferença entre grupo ainda maior. A pobreza, o racismo, a xenofobia são conceitos que estão de tal forma interligados e de tantas perspetivas que é difícil de demonstrar onde começa e acaba o problema. Isto acontece com a maioria dos problemas socioeconómicos, pois a sociedade não é um conceito estanque com comportamentos homogêneos.

No programa de 11º ano de Geografia A, o tema dos Problemas Urbanos surge no seguimento do tema da Expansão das Cidades. Os Problemas Urbanos estão subdivididos em três: Socioeconómicos, Urbanísticos e Ambientais. No manual utilizado no estágio curricular, o tema dos problemas socioeconómicos é abordado de uma forma muito vaga, não chegando a ter meia página acerca do tema, e sem exemplos concretos, ao contrário dos outros dois tipos de Problemas Urbanos a lecionar. Cabe ao docente a tarefa de aprofundar o tema, apresentando exemplos e colocando questões para que os alunos entendam a génese destes problemas e que reflitam sobre possíveis soluções.

Os problemas socioeconómicos que existem são de tal forma complexos que é impossível lecionar este tema de uma forma expositiva. Levanta muitas vezes questões morais e devem ser abordados a partir de um conhecimento científico e alguma empatia pelas questões a abordar. Há que pensar como abordar estes assuntos em sala de aula, pois é necessária uma reflexão aprofundada, um bom conhecimento de território e dos hábitos da população e observar todas as dinâmicas sociais a partir de diferentes perspetivas.

Tendo em conta que os Problemas Socioeconómicos são abordados de uma forma tão leviana no programa escolar e envolve assuntos que podem ser interpretados de diferentes perspetivas é necessário procurar estratégias que promovam a reflexão e a observação do território, esta pode ser feita através dos media.

Compreender que há situações que se repetem com alguma regularidade é importante para entender que alguns comportamentos devem ser mudados com o intuito de solucionar este tipo de problemas. Na tabela 4 apresento notícias ao longo de 6 meses e a partir dos Problemas Chave que conclui que estavam presentes em cada notícia é possível ter a perceção da regularidade com que eles surgem e são expostos nos media. É perceção da repetição de problemas que devemos refletir e concluir juntamente com os alunos e pode ser feita de diferentes formas. A forma que apresento é através da

seleção das palavras e/ou expressões presentes na coluna dos Problemas Chave da Tabela 4 e colocando-as numa imagem onde se destacam as palavras que foram referidas mais vezes (Figura 25).

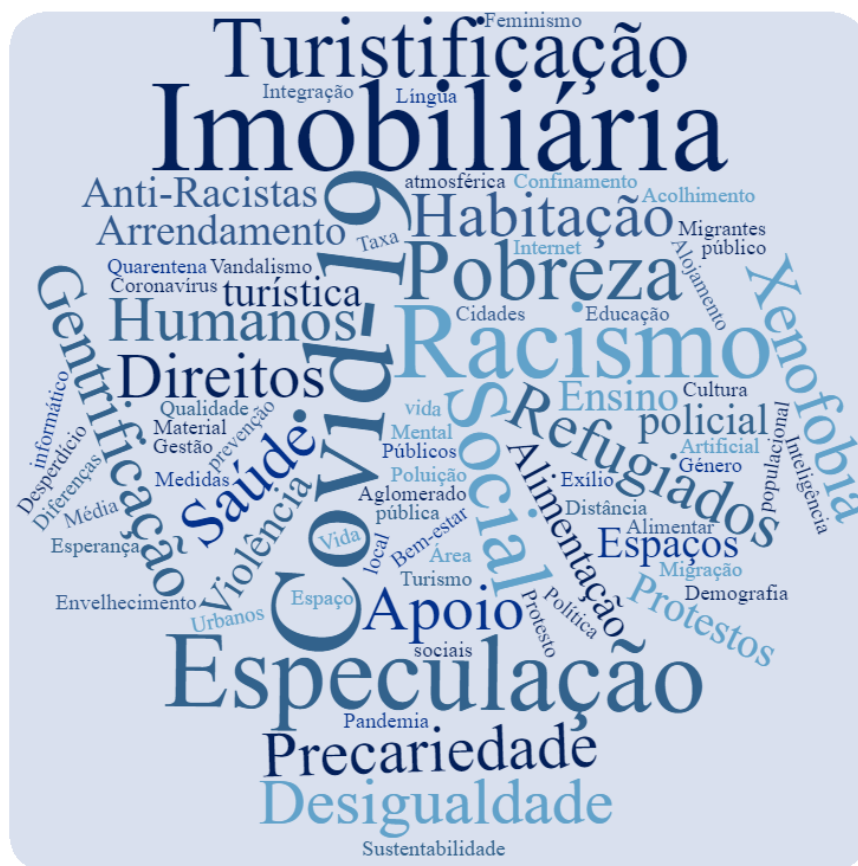


FIGURA 25 PROBLEMAS CHAVE DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (APLICAÇÃO WORDCLOUDS)

7. ATIVIDADES EXTRALECTIVAS

7.1. PALESTRA “OS REFUGIADOS EM PORTUGAL”

Na sequência da celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Núcleo de Estágio foi desafiado a preparar uma palestra que tratava do tema “Os Refugiados em Portugal”.

No dia 10 de dezembro de 2019, recebemos no auditório Dra. Gabriela Coelho, da Escola Secundária de Pombal, os alunos do 10º ano de escolaridade da disciplina de Geografia A. Dinamizei a sessão começando com uma abordagem conceptual das migrações e contextualizando a criação do estatuto de refugiado. Apresentei algumas organizações, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e, a organização parceira em Portugal, o Conselho Português para Refugiados (CPR). Como já tive a oportunidade de estagiar num centro de acolhimento do CPR, falei também sobre essa minha experiência e como se procede na receção e acompanhamento de refugiados e requerentes de asilo. Apresentei algumas figuras conhecidas que foram forçadas a sair do seu país de origem por diversas razões, de forma a criar alguma empatia com o tema e as pessoas. Por fim, houve espaço para perguntas e algum debate.



FIGURA 26 PALESTRA "OS REFUGIADOS EM PORTUGAL"

FONTE: WEBSITE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL (CRISTINA TROVÃO)

A palestra cumpriu os objetivos a que nos propusemos, oferecendo aos alunos a possibilidade de conhecer uma realidade que, territorialmente, nos é próxima, mas que muitas vezes a vimos com distanciamento devido ao excesso de informação formal e à escassa informação sobre as pessoas que chegam ao território português procurando proteção.

7.2. VISITAS DE ESTUDO REALIZADAS

A 27 de fevereiro de 2020, realizou-se uma visita de estudo à Serra do Sicó com as turmas de Geografia A do 10º ano de escolaridade da Escola Secundária de Pombal. O objetivo da visita foi a consolidação e observação direta de matéria lecionada no âmbito do tema “Os recursos do subsolo”.

Ao Núcleo de Estágio couberam as tarefas de visitar previamente, com o professor Luís Costa do Agrupamento de Escolas de Pombal, os possíveis locais da Visita de Estudo, recolher informações e fotografias para criar um desdobrável com as indicações da Visita e dos locais aos alunos.

A Visita de Estudo teve início no Auditório da Escola Secundária de Pombal, onde o professor Luís fez uma introdução teórica daquilo que iríamos ver durante a visita. A primeira paragem fora da escola foi na Pedreira do Sicó (inicialmente estava prevista a Iberobrita). Aqui tivemos uma visita guiada onde foi explicada a importância da extração da pedra do ponto de vista prático para quem gere uma pedreira. Seguimos até aos Olhos de Água do Anços, vimos a Dolina de Pousadas Vedras e seguimos para a Serra do Janeanes. Da parte da tarde visitámos o Campo de Lápias e as Buracas do Casmilo. Toda a visita foi acompanhada pelas explicações do professor Luís Costa.



FIGURA 27 VISITA DE ESTUDO À SERRA DO SICÓ (10º ANO) - PEDREIRA DO SICÓ/ CAMPO DE LÁPIAS

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Para além da Visita de Estudo das turmas de 10º ano, estávamos também a preparar uma Visita de Estudo de dois dias para as turmas de Geografia A do 11º ano. Esta iria decorrer nos dias 14 e 15 de maio, teria como destino vários pontos do Alentejo, incluindo a Barragem do Alqueva e a Aldeia da Luz, fazendo uma paragem antes no Porto de Sines.

Devido ao confinamento ditado pelo Governo devido à pandemia do COVID-19, esta Visita de Estudo foi cancelada. Contudo, anteriormente a esta situação, tive como tarefa contactar a Universidade de Évora, mais concretamente uma professora de Geografia, para que fossemos recebidos para uma palestra sobre a história, funcionalidade e dinâmicas da cidade de Évora e posteriormente uma visita à cidade. Esta atividade já estava agendada e preparada, mas infelizmente não foi possível ser realizada.

8. ENSINO A DISTÂNCIA

Este ano letivo ficou marcado com uma situação bastante atípica, devido à pandemia mundial de COVID-19, que decretou o encerramento das Escolas e o confinamento geral do país. Para que o ano letivo não ficasse parado e para evitar que os alunos perdessem um ano, o Ensino teve de se reinventar. Iniciou-se o Ensino a Distância, utilizando plataforma online para partilhar informação e lecionar aulas síncronas ou assíncronas.

No início notou-se a necessidade de criar formação para os professores tendo em conta o contexto específico. A partilha de saberes e recursos online para lecionar aulas de uma forma mais eficaz e apelativa tem sido uma mais valia, que para além de servir neste contexto também poderá ser interessante, no futuro, aplicar algumas em regime de ensino presencial.

O Agrupamento de Escolas de Pombal optou por continuar a utilizar o Moodle do Agrupamento, que já era utilizado anteriormente para partilha de informações, materiais e submissão de trabalhos. Como esta plataforma não respondia a todas as necessidades, optou-se por utilizar a plataforma Microsoft Teams, principalmente para lecionar as aulas síncronas. Esta plataforma foi escolhida devido à segurança que tem no tratamento de dados da comunidade escolar.

Para além desta plataforma, na disciplina de Geografia A da turma do 10º ano estávamos já a utilizar a plataforma Padlet, esta ferramenta serve como mural da turma. Os professores colocam temas relacionados com a matéria e os alunos partilham a sua opinião sobre a mesma ou respondem às questões propostas. Esta plataforma serve principalmente para consolidar e fundamentar a matéria através de casos reais, em que os alunos podem trabalhar a sua argumentação e espírito crítico.

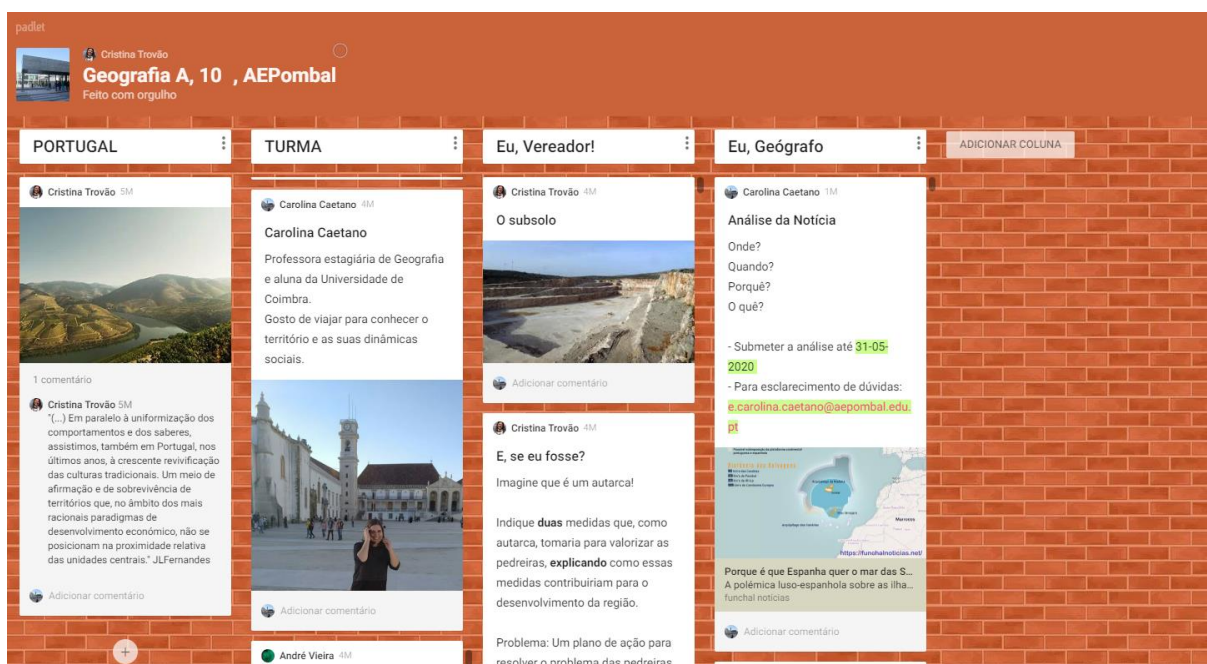


FIGURA 28 PLATAFORMA PADLET - 10º ANO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Tive a oportunidade de lecionar uma aula síncrona através do Microsoft Teams em que abordei o tema Zona Económica Exclusiva e a Plataforma Continental. Tentei criar uma aula dinâmica, com a participação possível dos alunos. A aula foi composta por momentos mais expositivos, mas apelando

sempre à participação dos alunos através do seu conhecimento empírico ou adquiridos anteriormente. Utilizei bastantes recursos como imagens, cartografia, o Google Earth e um vídeo sobre a extensão da Plataforma Continental. Por fim coloquei uma proposta de trabalho, a realizar no Padlet, com base numa notícia sobre as Ilhas Selvagens e a sua disputa entre Portugal e Espanha. Deixei também algumas propostas de séries que podem ver online que estão relacionados com a matéria.

Preparei esta aula porque estava estipulado de início ser eu a lecionar esta parte do programa do 10º ano e também achei que seria bom para mim ter esta experiência. Esta aula também foi gravada posteriormente para ser avaliada pelo Professor Orientador como aula assistida. Esta não foi gravada com a participação da turma devido à Política de Proteção de Dados.

No início assistíamos também às aulas síncronas com a turma do 11º ano, mas devido à preparação para o Exame Nacional de Geografia A, tiveram de regressar às aulas presenciais com a Professora Cooperante. Os professores estagiários não voltaram às aulas presenciais devido às exigências requeridas pelo Plano de Segurança.

As reuniões do Núcleo de Estágio são também realizadas através do Microsoft Teams. Apesar de continuarmos a reunir semanalmente nem sempre é tão fácil a comunicação como seria presencialmente.

Apesar do Ensino a Distância ser o método mais eficaz para as aulas continuarem dentro do contexto de confinamento, seria necessário que todos os intervenientes neste tipo de ensino tivessem acesso aos equipamentos informáticos e à internet. Devido a estes constrangimentos muitos alunos e até professores ficaram prejudicados. Os problemas socioeconómicos dos alunos, que a escola pública tenta colmatar, ficaram visíveis ao longo destes meses. Desde a falta de equipamentos para o acesso às aulas e materiais escolares, até mesmo devido à falta de fornecimento de refeições por parte das escolas. Outros inconvenientes do Ensino a Distância é a maior dificuldade de comunicação e conseguir perceber as necessidades e dificuldades de cada aluno. Os próprios alunos falam da falta de convivência e contacto pessoal. Um dos papéis da Escola é também apoiar e motivar as relações sociais dentro da comunidade escolar.

O Ensino a Distância obriga um pouco à autonomia dos alunos, que se torna mais fácil quanto mais alta for a faixa etária. Neste caso, como trabalhamos com alunos do secundário temos a vantagem de, geralmente, estes alunos já terem alguma autonomia. Um dos principais objetivos do Trabalho de Projeto (aplicação didática que utilizei) é exatamente a construção da autonomia e do ensino centrado nos alunos, no entanto é também necessário o acompanhamento por parte do professor e diálogo entre todas as pessoas envolvidas neste processo de aprendizagem.

No início do confinamento foi complicado lidar com todas estas mudanças. Logo de início o quebrar da rotina e do contacto com as turmas e a restante comunidade escolar foi difícil. Até porque a instabilidade de não saber como e em que moldes poderíamos continuar o estágio foi complicado. Estivemos algumas semanas sem contactar com as turmas antes de iniciar o Ensino a Distância, o que foi um pouco angustiante e desmotivador. No entanto com o retomar das aulas melhorou um pouco, mas a produtividade e entusiasmo não foram os mesmos.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório tem como título “O Território visto pelos Media – Uma abordagem pedagógica para a cidadania” e apresenta as atividades letivas desenvolvidas ao longo do ano letivo 2019-2020 no Agrupamento de Escolas de Pombal.

Início o relatório apresentando as especificidades do local, cidade de Pombal, e a forma de trabalho da Escola Secundária de Pombal, onde o estágio curricular decorreu.

A cidadania é o ponto chave em todo o relatório, entender este conceito na sua origem e o seu desenvolvimento perante todas as mudanças civilizacionais. Os valores de uma sociedade são mutáveis e a cidadania transforma-se consoante estas alterações.

O conceito de cidadania está intimamente ligado às dinâmicas das cidades desde os seus primórdios e, nesse sentido, foi feita uma abordagem da sua evolução e transformação nas últimas décadas. A globalização trouxe uma nova forma de viver as cidades, pois entre eles se cria o desenvolvimento e oportunidades, e com isso grandes mudanças.

O crescimento exponencial da população urbana obriga à expansão das cidades e das Áreas Metropolitanas, isto acarreta problemas a diferentes níveis sendo os socioeconómicos os mais complexos de discernir e de encontrar soluções que os resolvam.

A urgência de tornar as cidades sustentáveis, com o objetivo de garantir a qualidade de vida das populações e o futuro das seguintes gerações, traz novos desafios e coloca à prova o conceito de cidadania. A sustentabilidade só se atinge consoante as políticas governativas e o envolvimento de todas as entidades e cidadãos. A cooperação da sociedade no sentido de se atingirem os objetivos propostos é o novo grande desafio.

A dimensão pedagógica deste relatório é desenvolvida através do trabalho de projeto que demonstra uma dinâmica de ensino-aprendizagem diferente daquele que defende o ensino tradicional. O papel do professor deixa de ser central na sala de aula e os alunos ganham destaque. O pensamento crítico, a resolução de problemas e a cooperação são os objetivos principais deste método de ensino.

No trabalho de projeto os alunos são incentivados a trabalhar da forma que for mais benéfica para cada um de forma a obterem resultados de aprendizagem mais positivos. Ao professor cabe apresentar detalhadamente o que é pretendido no projeto e todos os critérios de avaliação e fazer o acompanhamento regular do trabalho dos alunos desde a criação da ideia até à finalização da mesma.

O papel do ensino da Geografia é outro tema que coloca em perspetiva de como a disciplina pode e deve ser utilizada para expressar e questionar o território e, principalmente, ajudar os alunos a observar e compreender melhor o território que os envolve, tornando-os parte ativa do desenvolvimento do meio em que estes estão inseridos.

A aplicação didática desenvolvida no contexto da prática letiva teve o seu momento central na saída de campo realizada com a turma de 11º ano, no entanto foram desenvolvidas ferramentas anteriormente para que os alunos se preparassem. Esta preparação iniciou-se com a exposição da matéria sobre a expansão das cidades e problemas urbanos. Nesta fase foram utilizadas diferentes estratégias, havendo um momento inicial de exposição que foi sempre acompanhado de alguma discussão em turma. A utilização de exemplos, partindo de fotografias, cartografia, gráficos, esquemas, textos e música foram interessantes para que todos os alunos conseguissem estruturar e consolidar os conceitos abordados.

A saída de campo na cidade de Pombal correu da forma prevista e atingiu os resultados pretendidos. Os alunos tiveram a oportunidade de observar no seu território quotidiano muitos das questões colocadas durante as aulas. A aplicação didática culminou num debate em turma onde os alunos tiveram a oportunidade de apresentar quais foram os problemas urbanos que diagnosticaram na cidade e a exposição de soluções para os mesmos.

No capítulo do território visto pelos media faz-se uma reflexão sobre a importância da educação para os media e uma avaliação do que já foi desenvolvido neste sentido até ao momento, apresentando propostas vindas de algumas entidades.

O território visto pelos media foi o desafio colocado com o intuito de aliar o ensino da Geografia com o desenvolvimento de competências que permitam que os alunos trabalhem a capacidade de exercer cidadania ativa. Numa sociedade de informação, como a que vivemos atualmente, os cidadãos estão constantemente a receber estímulos informativos. Neste contexto, o papel da Geografia centra-se em dar informação e ferramentas necessárias aos alunos de analisarem a informação que recebem e selecioná-la consoante a sua veracidade e qualidade.

A recolha e produção de media em geografia pode ser uma estratégia didática interessante, por um lado, incentivando os alunos a estarem atentos ao mundo que os rodeia e aplicando a matéria em questões concretas. Por outro lado, a possibilidade dos alunos produzirem media, para além de desenvolverem competências como a criatividade, conseguem perceber a lógica de trabalho do media facilitando a sua desconstrução.

Concluo o relatório destacando algumas atividades extracurriculares em que o núcleo de estágio foi inserido e fazendo uma ressalva ao Ensino a Distância que, este ano letivo, devido ao confinamento imposto pela pandemia de Covid-19, teve um papel relevante no contexto escolar e social.

O objetivo deste relatório foi questionar o papel da disciplina de Geografia perante os desafios que o século XXI nos confronta. A (des)informação é sem dúvida um dos grandes desafios que é necessário realçar, pois a partir disso se criam opiniões e se geram mudanças no território e na sociedade.

A escola, como espaço comum a toda a sociedade, tem de olhar para o desenvolvimento da cidadania como uma preocupação. A abordagem a este tema deve ser apresentada de forma informada e imparcial pelo professor, no entanto deve haver espaço para debate de ideias entre os alunos de forma a enriquecer e esclarecer as opiniões e o discurso. A educação para a cidadania é um ponto fulcral na educação das novas gerações, preparando-os para que estes sejam cidadãos ativos e façam parte das tomadas de decisão sobre os temas que os possam afetar.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

- AGOSTINHO, Cátia Sofia Gaspar (2017) – O Trabalho-Projeto como estratégia pedagógica no ensino da História. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ARAGONEZ, T.; CAETANO, G. A. (2013) - Marketing Territorial: o futuro das cidades sustentáveis e de sucesso. *Tourism & Management Studies*, vol. 1, páginas 316-329
- ARAÚJO, César Filipe Barbosa Gomes de (2014) – A Metodologia de Projeto como promotora da aprendizagem dos alunos: uma abordagem a um curso profissional. Tese de Mestrado. Universidade do Minho.
- ARAÚJO, M.; PEREIRA, M. A./ CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2004) – *Interculturalidade e políticas educativas em Portugal: reflexões à luz de uma visão pluralista de justiça social*, [suporte digital]. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/11066/1/Interculturalidade%20e%20pol%c3%adticas%20educativ as%20em%20Portugal.pdf> [19/05/2020]
- Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico* (2011), Instituto Nacional de Estatísticas, Lisboa.
- CIPOLLA, LUIS EDUARDO/ Escola superior de propaganda e marketing (2016) – “Aprendizagem baseada em projetos: a educação diferenciada para o século XXI”; tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues, Porto Alegre: Penso, 2015 escrito por William N. Bender [online]. Protocolo disponível: https://www.researchgate.net/publication/315590254_Aprendizagem_baseada_em_projetos_a_educao_diferenciada_para_o_seculo_XXI_traducao_Fernando_de_Siqueira_Rodrigues_Porto_Alegre_Penso_2015_escrito_por_William_N_Bender [06/04/2020]
- COSTA, M.; AGUIAR, F. C.; RAMOS, A. P. (2020) – Cidades do século XXI mais verdes e sustentáveis: o papel da horticultura ornamental. *Revista da Associação Portuguesa de Horticultura*, vol 136, páginas 5-8
- CRAVIDÃO, F. D.; FERNANDES, J. L. (2002-2003) – Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?. *Revista Portuguesa de História*, vol. 2, páginas 417-429
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C.L. (2018) – Fake News nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, vol. 18 (nº32), páginas [155-169]
- FAGUNDES, L. C., SATO, L. S., MAÇADA, D. L., *Aprendizes do Futuro: as inovações começaram!*. USP, Coleção Informática para a mudança na Educação.
- FERREIRA, A. F. (2005) – *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, J. A. R.; TRIGAL, L. L.; SPOSITO, E. S. (2016) – *Dicionário de Geografia Aplicada*. Porto, Porto Editora.
- GARCIA, V.L.; JUNIOR, P. M. C. – “Educação à distância (EAD), conceitos e reflexões”, *Revista Medicina* [online]. 2015;48(3): 209-213, Disponível: http://revista.fmrp.usp.br/2015/vol48n3/simp1_Educacao-a-distancia-conceitos-e-reflexoes.pdf [25/03/2020]
- HERNÁNDEZ, F; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

MACEDO, L. /LIVRO DE ACTAS – 4º SOPCOM (2005) – Educação e Literacia Para os Media na Promoção da Cidadania”, [online]. Protocolo disponível: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/macedo-lurdes-esducacao-literacia-para-media-promocao-cidadania.pdf> [02/08/2020]

MARQUES, T. S. (2003) – Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. XIX, páginas 507-521

MATOS, A. R. (2019) – Entre paredes: A estética da rua. *CESContexto*, vol. 24, páginas 44-54

MEGA, V. (2020) – Our city, our future: towards sustainable development in European cities. *Environment and Urbanization*, vol 8, páginas 133-154

MENDES, L. (2016) – “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”, Debate Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas. Trienal de Arquitectura de Lisboa, Lisboa.

MENDES, L. (2015) – As novas fronteiras de gentrificação na teoria urbana crítica. *Cidades*, vol. 12 (nº20), páginas [207-252].

MOREIRA, A. E. C./UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (2015) – O papel do docente na seleção das estratégias de ensino, [online]. Protocolo disponível: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERES%20E%20PRACTICAS/O%20PAPEL%20DOCENTE%20NA%20SELECAO%20DAS%20ESTRATEGIAS%20DE%20ENSINO.pdf> [20/07/2020]

ORWELL, G. (1949) – 1984. Lisboa, Antígona.

PINTO, T. C.; GONÇALVES, A. (2000) - Os Bairros Sociais Vistos por si mesmos - imagens, conflitualidades e insegurança. *Cidades – Comunidades e Territórios*, vol.1, páginas 101-111

Poluição atmosférica: a nossa saúde ainda não está suficientemente protegida (2018) – Tribunal de Contas Europeu, Luxemburgo.

SALGUEIRO, TERESA BARATA (2006) – “Oportunidades e Transformação na Cidade Centro”, Finisterra, [online]. Volume 41 nº81, pp. 9-32, Disponível: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1460> [20/02/2020]

SILVEIRA, A. P. S./ Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) (2011) – “A Educação para os Media: uma abordagem teórica acerca do conceito e da sua aplicação no contexto educativo”, [online]. Protocolo disponível: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42159/1/PS_2011_atas_congresso_literacia.pdf [14/07/2020]

TOYOHARA, D. Q. K.; SENA, G. J.; ARAÚJO, A. M.; AKAMATSU, J. I. (PBL 2010 Congresso Internacional. São Paulo, Brasil) – Aprendizagem Baseada em Projetos – uma nova Estratégia de Ensino para o Desenvolvimento de Projetos. Universidade Pública de São Paulo, São Paulo

TRIGAL, L. L.; FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, E. S.; FIGHERA, D. T. (2015) – *Diccionario de Geografia aplicada y profesional*. Universidad de León

Aprendizagens Essenciais (2018), Ministério da Educação/ Direção Geral da Educação

CrITÉrios Gerais de Avaliação – Ano letivo 2019-2020 (2019), Agrupamento de Escolas de Pombal

Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória (2017), Ministério da Educação/ Direção Geral da Educação

ENDEREÇOS ELETRÓNICOS

Agrupamento de Escolas de Pombal

Disponível em: <https://www.aepombal.edu.pt/>, Acesso em abril de 2020

CP – Comboios de Portugal

Disponível em: <https://www.cp.pt/passageiros/pt/consultar-horarios/estacoes/pombal>, Acesso em julho de 2020

Direção-Geral da Educação

Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>, Acesso em julho de 2020

Direção-Geral de Saúde

Disponível em: <https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/objetivos-desenvolvimento-do-milenio.aspx>, Acesso em outubro de 2020

European Social Survey

Disponível em: <https://www.europeansocialsurvey.org/>, Acesso em outubro de 2020

Jornal Expresso

Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-06-27-Estudo-revela-que-62-dos-portugueses-manifestam-alguma-forma-de-racismo>, Acesso em outubro de 2020

Jornal Público

Disponível em: <https://www.publico.pt/>, Acesso entre julho e outubro de 2020

Município de Pombal

Disponível em: <https://www.cm-pombal.pt/>, Acesso em abril de 2020

Nações Unidas | Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental

Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>, Acesso em abril de 2020

PORDATA

Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>, Acesso em abril de 2020

ANEXOS

ANEXO 1 – Planificação Anual 2019/2020 – Disciplina – Geografia A – 10º Ano de Escolaridade



Departamento de Ciências Sociais e Humanas



Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Direção de Serviços da Região Centro

Área Disciplinar de Geografia

PLANIFICAÇÃO ANUAL 2019/2020 – DISCIPLINA – GEOGRAFIA A - 10º ANO DE ESCOLARIDADE

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS – PERFIL DO ALUNO

Linguagens e textos

- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas, globos, fotografia aérea e TIG (por exemplo, Google Earth, Google maps, GPS, SIG, Big Data, etc.).

Informação e comunicação

- Recolher, tratar e interpretar informação geográfica e mobilizar a mesma na construção de respostas para os problemas estudados.
- Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica.

Raciocínio e resolução de problemas

- Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados.

Pensamento crítico e pensamento criativo

- Investigar problemas ambientais e sociais, ancorados em guiões de trabalho e questões geograficamente relevantes (o quê, onde, como, porquê e para quê).
- Identificar-se com o espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.

Relacionamento interpessoal

- Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.
- Pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença, numa perspetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Desenvolvimento pessoal e autonomia

- Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.

<p>- Realizar projetos, identificando problemas e colocando questões-chave, geograficamente relevantes, a nível económico, político, cultural e ambiental, a diferentes escalas.</p> <p>Bem-estar, saúde e ambiente</p> <p>- Identificar-se com o espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.</p> <p>Sensibilidade estética e artística</p> <p>- Comunicar os resultados da investigação, usando a linguagem verbal, icónica, estatística e cartográfica.</p> <p>Saber científico, técnico e tecnológico</p> <p>- Comunicar os resultados da investigação, usando diferentes suportes técnicos, incluindo as TIC e as TIG.</p>

TEMA(S) / CONTEÚDOS	Aprendizagens Essenciais CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AVALIAÇÃO (instrumentos de avaliação)	CALENDARIZAÇÃO
<p>Módulo Inicial -A posição de Portugal na Europa e no Mundo</p> <p>- A constituição do território nacional</p> <p>- A posição geográfica de Portugal Continental e Insular</p> <p>- A inserção de Portugal em diferentes espaços</p> <p>Módulo I – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços</p> <p>1.1 – A população: evolução e diferenças regionais</p> <p>1.1.1 - A evolução da população na 2ª metade do século XX</p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português.</p> <p>Reconhecer a importância da localização na explicação geográfica, analisando informação representada em mapas com diferentes escalas e sistemas de projeção.</p> <p style="text-align: right;">Áreas de competências: A, B, C, D, F, G, H e I Valores: 1,2,3 e 4</p> <p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português.</p> <p>Comparar a evolução do comportamento de diferentes variáveis demográficas, recolhendo e selecionando informação estatística e apresentando conclusões.</p>	<p>Avaliação diagnóstica</p>	<p>1º Período</p> <p>4 aulas</p> <p>10 aulas</p> <p>8 aulas</p>

<p>1.1.2 - As estruturas e comportamentos sociodemográficos</p> <p>1.1.3 - Os principais problemas sociodemográficos</p> <p>1.1.4 - O rejuvenescimento e a valorização da população</p> <p>1.2 – A distribuição da população</p> <p>1.2.1 - Os condicionantes da distribuição da população</p> <p>1.2.2 - Os problemas na distribuição da população</p>	<p>Identificar padrões de distribuição de variáveis demográficas e suas causas próximas, utilizando mapas a diferentes escalas.</p> <p>Explicar as assimetrias regionais na distribuição da população portuguesa, evidenciando os fatores naturais e humanos que as condicionam.</p> <p>Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os processos demográficos. <small>Áreas de competências: A, B, C, D, F, G, H e I Valores: 2 e 3</small></p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços</p> <p>Equacionar medidas concretas para minimizar o envelhecimento da população portuguesa.</p> <p>Reportar as assimetrias na distribuição da população, aplicando o conceito de capacidade de carga humana a nível local e regional. <small>Áreas de competências: C, D, E, F, G, H e I. Valores: 1,2,3 e 4</small></p> <p>Comunicar e participar Selecionar medidas que possam ter efeito nas estruturas/comportamentos demográficos e na distribuição da população no território português. <small>Áreas de competências: A, B, C, D, E, F, G, H e I. Valores: 1, 2, 3, 4 e 5</small></p>	<p>Questões aula</p> <p>Fichas de trabalho (individuais e/ou de grupo)</p> <p>Participação oral</p>	<p>12 aulas</p> <p>10 aulas</p> <p>8 aulas</p> <p>8 aulas</p> <p>6 aulas</p> <p>4 aulas (TA+C)</p>

<p>Módulo II – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades</p> <p>2.1 – Os recursos do subsolo</p> <p>2.1.1 - As áreas de exploração dos recursos minerais</p> <p>2.1.2 - A exploração e distribuição dos recursos energéticos</p> <p>2.1.3 - Os problemas na exploração dos recursos do subsolo</p> <p>2.1.4 - Novas perspectivas de exploração e utilização dos recursos do subsolo</p> <p>2.2 – A radiação solar</p> <p>2.2.1 - A variabilidade da radiação solar em Portugal Continental e Insular</p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Relacionar a distribuição dos principais recursos do subsolo com as unidades geomorfológicas.</p> <p>Comparar a distribuição dos principais recursos energéticos e das redes de distribuição e consumo de energia com a hidrografia, a radiação solar e os recursos do subsolo.</p> <p>Descrever a distribuição geográfica e a variação anual da temperatura e da precipitação e relacioná-las com a circulação geral da atmosfera.</p> <p>Identificar as principais bacias hidrográficas e a sua relação com as disponibilidades hídricas.</p> <p style="text-align: right;">Áreas de competências: A, B, C, D, F, G, H e I. Valores: 2 e 3</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços</p> <p>Equacionar as potencialidades e limitações de exploração dos recursos do subsolo.</p> <p>Inferir o potencial de valorização económica da radiação solar, apresentando exemplos dessas possibilidades.</p> <p>Relacionar as disponibilidades hídricas com a produção de energia, o uso agrícola, o abastecimento de água à população ou outros usos.</p> <p>Discutir a situação atual da atividade piscatória.</p> <p>Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo.</p> <p style="text-align: right;">Áreas de competências: C, D, E, F, G, H e I. Valores: 1, 2, 3 e 4</p>	<p>Testes de avaliação</p> <p>Trabalho de grupo / pares / individuais</p> <p>Portefólios</p>	<p>6 aulas</p> <p>2 aulas (AA)</p> <p>2º Período</p> <p>12 aulas</p> <p>10 aulas</p> <p>8 aulas</p> <p>12 aulas</p>
---	---	--	--

2.2.2 - A distribuição da temperatura no território nacional	<p>Comunicar e participar Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal – minerais, energéticos, hídricos e marítimos, evidenciando reflexão crítica e argumentação fundamentada. Áreas de competências: A, B, C, D, E, F, G, H e I. Valores: 1, 2, 3, 4 e 5</p>	Relatórios de visitas de estudo	8 aulas
2.2.3 - A valorização da radiação solar		Apresentações orais	8 aulas
2.3 – Os recursos hídricos		Participação em debates	4 aulas (TA+C)
2.3.1 - A especificidade do clima português		8 aulas	
2.3.2 - As disponibilidades hídricas		2 aulas (AA)	
2.3.3 - A gestão dos recursos hídricos		3.º Período	
2.4 – Os recursos marítimos		Registos de observação	10 aulas
2.4.1 - As potencialidades do litoral		Autoavaliação	8 aulas
2.4.2 - A atividade piscatória			

<p>2.4.3 - A gestão do espaço marítimo</p> <p>2.4.4 - A rentabilização do litoral e dos recursos marítimos</p>			<p>8 aulas</p> <p>4 aulas</p> <p>6 aulas</p> <p>6 aulas</p> <p>4 aulas (TA+C)</p> <p>2 aulas (AA)</p>
--	--	--	---

Áreas de competências (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)		Valores do Perfil do Aluno
A. Linguagens e textos.	B. Responsabilidade e integridade	C. Informação e comunicação.
D. Raciocínio e resolução de problemas.	E. Excelência e exigência	F. Pensamento crítico e pensamento criativo.
G. Relacionamento interpessoal.	H. Curiosidade, reflexão e inovação	I. Autonomia e desenvolvimento pessoal.
J. Bem-estar e saúde.	K. Cidadania e participação	L. Sensibilidade estética e artística.
M. Saber técnico e tecnologias.	N. Liberdade	O. Consciência e domínio do corpo.

Nota: Devem ser levados em consideração as Aprendizagens Essenciais e o Perfil do Aluno para o Século XXI".

Totais de aulas:

1º Período = 78 aulas

2º Período = 72 aulas

3º Período = 48 aulas

Total = 198 aulas

Aprovado em reunião de departamento de Ciências Sociais e Humanas em 13 de setembro de 2019

A coordenadora: Luísa Moura

Anexo 2 – Planificação Temática 10º Ano de Escolaridade

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Área Disciplinar de Geografia



PLANIFICAÇÃO TEMÁTICA 2019/2020 – DISCIPLINA – GEOGRAFIA A - 10º ANO DE ESCOLARIDADE



Tema 1	Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	
Subtemas	4. Os recursos marítimos 4.1. As potencialidades do litoral 4.2. A atividade piscatória 4.3. A gestão do espaço marítimo 4.4. A rentabilização do litoral e dos recursos marítimos	
Áreas de Competência do Perfil do Aluno	A; B; C; D; E; F; G; H; I	
Aprendizagens Essenciais	Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português	Relacionar a distribuição dos principais recursos do subsolo com as unidades geomorfológicas. Comparar a distribuição dos principais recursos energéticos e das redes de distribuição e consumo de energia com a hidrografia, a radiação solar e os recursos do subsolo.

Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços

Descrever a distribuição geográfica e a variação anual da temperatura e da precipitação e relacioná-las com a circulação geral da atmosfera.

Identificar as principais bacias hidrográficas e a sua relação com as disponibilidades hídricas.

Relacionar as especificidades climáticas, as disponibilidades hídricas e os regimes dos cursos de água de diferentes regiões portuguesas, apresentando um quadro síntese para cada região. Relacionar a posição geográfica dos principais portos nacionais com a direção dos ventos, das correntes marítimas, as características da costa e do relevo do fundo marinho.

Equacionar as potencialidades e limitações de exploração dos recursos do subsolo.

Inferir o potencial de valorização económica da radiação solar, apresentando exemplos dessas possibilidades.

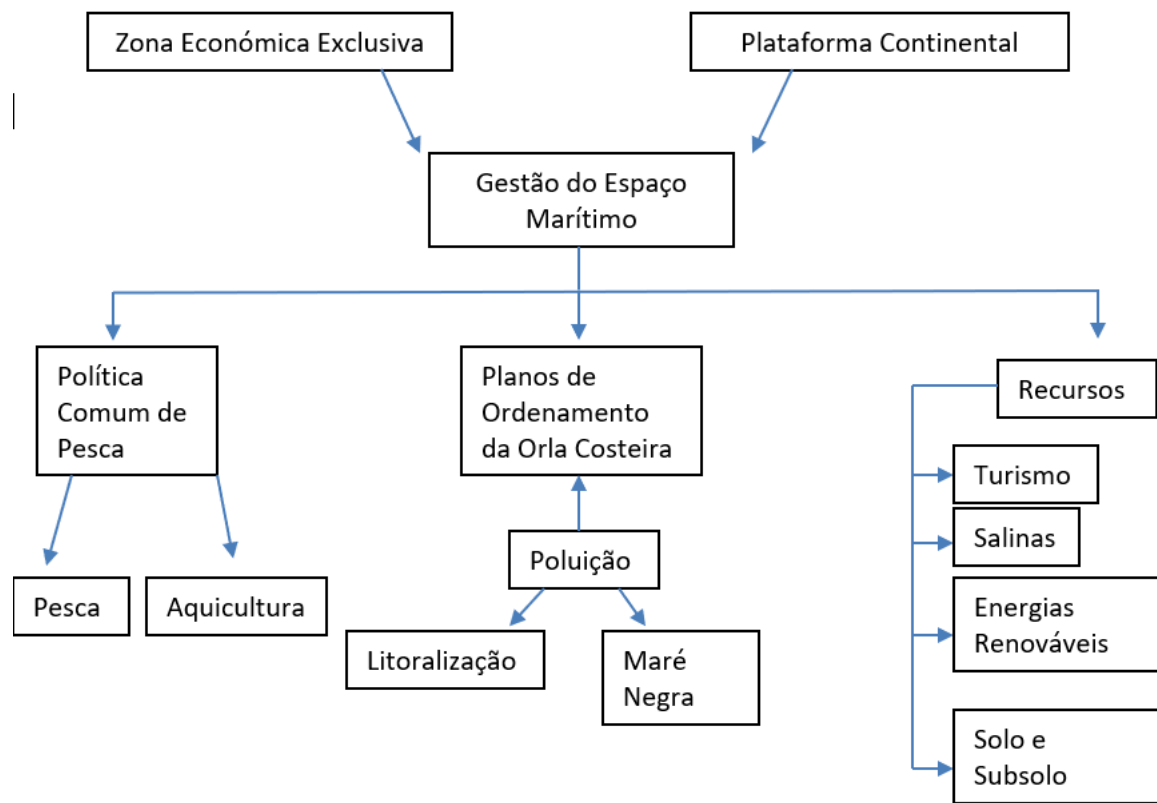
Relacionar as disponibilidades hídricas com a produção de energia, o uso agrícola, o abastecimento de água à população ou outros usos.

Discutir a situação atual da atividade piscatória.

Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo.

	Comunicar e participar	Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal – minerais, energéticos, hídricos e marítimos, evidenciando reflexão crítica e argumentação fundamentada.
Questões Chave	Quais são as potencialidades do litoral português?	Qual o papel da atividade piscatória em Portugal tendo em conta a ZEE e a Política Comum das pescas? Como gerir as potencialidades e os problemas inerentes ao litoral e ao espaço marítimo português?

Esquema Conceptual



Objetivos Gerais

Compreender a ação erosiva do mar sobre a linha de costa.

Relacionar a localização dos portos com direção dos ventos, das correntes marítimas e com a configuração da linha de costa.

Compreender que a existência da atividade piscatória induz o desenvolvimento de outras atividades.

Compreender a importância dos acordos bilaterais na diversificação das áreas de pesca.

	<p>Relacionar as disponibilidades de recursos piscatórios da Zona Económica Exclusiva (ZEE) com a extensão da plataforma continental e com as correntes marítimas.</p> <p>Problematizar a aplicação da Política Comum das Pescas na atividade piscatória portuguesa.</p> <p>Compreender a necessidade da gestão racional dos stocks.</p>	<p>Relacionar a extensão da ZEE com os problemas que se colocam à sua gestão e controlo.</p> <p>Equacionar medidas passíveis de potencializar o uso do espaço marítimo e das áreas litorais.</p> <p>Debater a importância do ordenamento das orlas costeiras.</p>
Conceitos	<p>águas interiores, águas territoriais, zona contígua, Zona Económica Exclusiva (ZEE), erosão marinha, abrasão marinha, plataforma continental, talude continental, formas de relevo do litoral e fluvio-marinhas (arriba, praia, ilha barreira, sistema lagunar, tómbolo, estuário), corrente marítima, deriva Norte-Sul, energia dos oceanos, maré negra, nortada, recurso piscícola, tipos de pesca, quotas de pesca, upwelling, aquicultura, ordenamento da orla costeira.</p>	
Calendarização	<p>29 de Abril a 9 de Junho de 2020 – 18 aulas</p>	
Recursos Bibliográficos	<p>MATOS, António; SANTOS, Fernando; LOPES, Francisco (2013) – GeoPortugal 10ºano. ASA</p> <p>RODRIGUES, Arinda; BARATA, Isabel – Geografia A 10º ano. Texto</p>	

Anexo 3 – Plano de Aula Assistida – 10º Ano

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



Área Disciplinar de Geografia



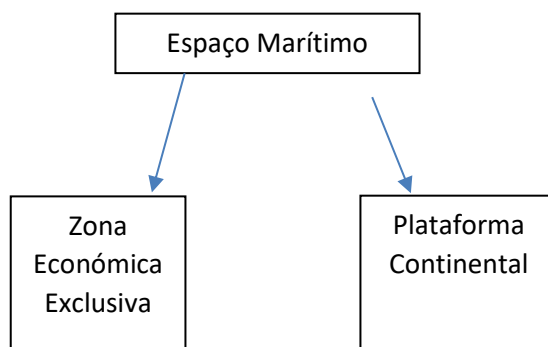
PLANO DE AULA

100 Minutos	13/05/2020	10º Turma E2
-------------	------------	--------------

Tema	4. Os recursos marítimos
Subtema	4.3. A gestão do espaço marítimo
Áreas de Competência do Perfil do Aluno	A; B; C; D; E; F; G; H; I
Aprendizagens Essenciais	
Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português	<p>Relacionar a distribuição dos principais recursos do subsolo com as unidades geomorfológicas.</p> <p>Comparar a distribuição dos principais recursos energéticos e das redes de distribuição e consumo de energia com a hidrografia, a radiação solar e os recursos do subsolo.</p> <p>Descrever a distribuição geográfica e a variação anual da temperatura e da precipitação e relacioná-las com a circulação geral da atmosfera.</p> <p>Identificar as principais bacias hidrográficas e a sua relação com as disponibilidades hídricas.</p> <p>Relacionar as especificidades climáticas, as disponibilidades hídricas e os regimes dos cursos de água de diferentes regiões portuguesas, apresentando um quadro síntese para cada região. Relacionar a posição geográfica dos principais portos</p>

	nacionais com a direção dos ventos, das correntes marítimas, as características da costa e do relevo do fundo marinho.
Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços	Equacionar as potencialidades e limitações de exploração dos recursos do subsolo. Inferir o potencial de valorização económica da radiação solar, apresentando exemplos dessas possibilidades. Relacionar as disponibilidades hídricas com a produção de energia, o uso agrícola, o abastecimento de água à população ou outros usos. Discutir a situação atual da atividade piscatória. Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo.
Comunicar e participar	Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal – minerais, energéticos, hídricos e marítimos, evidenciando reflexão crítica e argumentação fundamentada.
Sumário Zona Económica Exclusiva e Plataforma continental: o caso português.	
Conteúdo programático	Objetivos Distinguir e descrever a Zona Económica Exclusiva e a Plataforma Continental.
Conceitos	Questões chave
Zona Económica Exclusiva Plataforma Continental Talude	Quais as características da Zona Económica Exclusiva e da Plataforma Continental? Quais são as consequências de ter um território marítimo de grandes dimensões?
Pré-requisitos	Mar Territorial; águas interiores; águas territoriais; Zona contígua

Esquema conceptual



Recursos materiais

Computador; Projetor; PowerPoint;

Sequência da Aula

Registo do sumário. Anotação de presenças.

A aula é iniciada questionando os conhecimentos dos alunos acerca dos conceitos Zona Económica Exclusiva e Plataforma Continental. Após a exposição de algumas ideias serão apresentados, através do PowerPoint, os conceitos e cartografia para complementar os conhecimentos prévios.

Será visualizado um vídeo da Série “Mar, a terra prometida” sobre o alargamento da Plataforma Continental portuguesa e, previamente, serão colocadas algumas questões aos alunos como: “Distingue ZEE de Plataforma Continental?” “Quais são os direitos e deveres de um Estado perante a existência de um território marítimo?” “Quais as vantagens e desvantagens de ter um vasto território marítimo?”.

Após a visualização do vídeo haverá um espaço para resposta e discussão às perguntas colocadas previamente e apresentadas através do PowerPoint.

Será apresentada uma notícia do Funchal Notícias com o título “Porque é que Espanha quer o mar das Selvagens e Portugal não deixa?”. Numa primeira abordagem os alunos irão ler e debater o tema da notícia.

Individualmente, os alunos, farão uma reflexão crítica sobre a notícia com quatro perguntas base: “Onde?”, “Quando?”, “Porquê?” e “O quê?”. O texto será iniciado na aula e entregue na aula seguinte.

A aula termina com a sugestão de séries/documentários acerca do território marítimo e a costa portuguesa.

Avaliação

Observação de aula e análise da notícia.

Bibliografia

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos:

<https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>

Funchal Notícias:

<https://funchalnoticias.net/2015/02/05/porque-e-que-espanha-quer-o-mar-das-selvagens-e-portugal-nao-deixa/>

Séries/Documentários:

Mar, a Terra Prometida

Regresso ao Mar

Minuto do Mar

(<https://www.youtube.com/channel/UCLfDPxOED2VmFkk1qMGzIQ/playlists>)

Mar, a última fronteira

(<https://www.rtp.pt/play/pesquisa?q=mar%2C+a+%C3%BA%20ultima>)

Zona Económica Exclusiva e Plataforma Continental: caso português

10ºE
MAIO 2020



Zona Económica Exclusiva



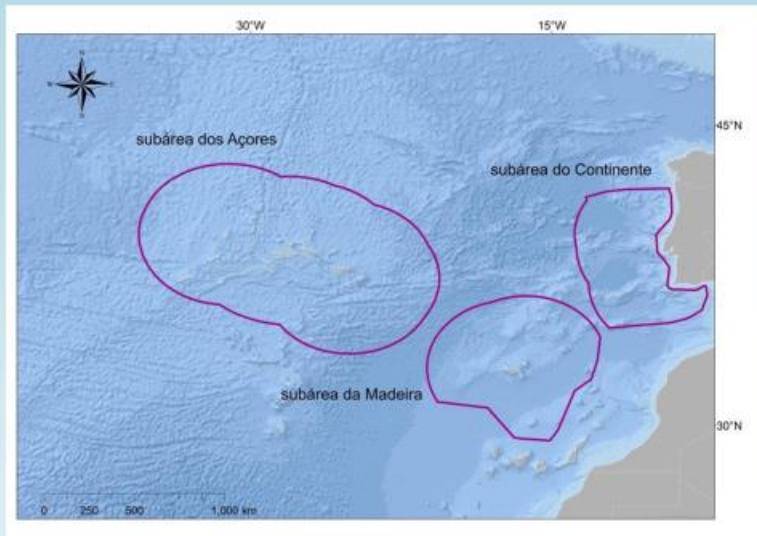
Conta 200 milhas náuticas, a partir das linhas de base.



Na ZEE, os Estados costeiros, têm o direito a explorar, gerir e conservar os recursos naturais aí existentes, vivos e não vivos.

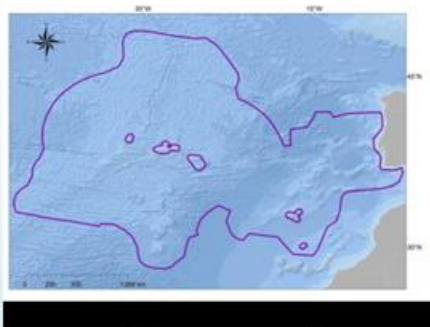


A ZEE portuguesa compreende 3 subáreas: subárea do continente (287 521 km²), subárea dos Açores (930 687 km²) e subárea da Madeira (442 248 km²).

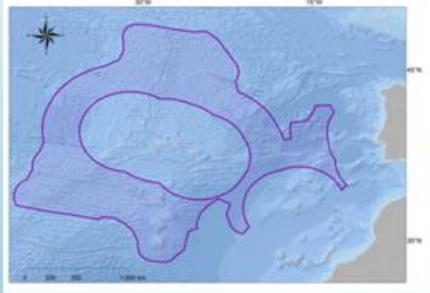


Fonte: Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

ZEE portuguesa



Plataforma Continental Portuguesa



Plataforma continental para além das 200 milhas náuticas

Fonte: Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Plataforma Continental – Conceito Jurídico

“... nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Convenção, o Estado costeiro poderá estabelecer o limite exterior da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas de acordo com critérios científicos.

“Portugal submeteu, em 2009, na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) a demarcação dos limites exteriores da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas.”



Direitos

- Controlo sobre a atividade piscatória
- Investigação científica
- Exploração de energias fósseis (petróleo e gás natural)
- Utilização de minérios e molecas para fins industriais (ex.: indústria farmacêutica)
- Aproveitamento do território marinho para criação de energias renováveis (ondas e marés, a eólica,...)

Deveres

- Vigia e controlo da exploração dos recursos marinhos (ex.: Pesca)
- Controlo do tráfego marítimo (embarcações nacionais e estrangeiras)
- Garantir a sustentabilidade de espécies
- Criação de estratégias para proveito dos recursos marítimos



Investigação científica

Vantagens

- Território com grande dimensão
- Importante papel geopolítico e geoestratégico
- Desenvolvimento científico (centros de investigação, universidades)
- Autonomia e controlo da atividades piscatórias
- Capacidade para acolher e albergar cruzeiros turísticos

Desvantagens

- Falta de meios técnicos e humanos para vigilância e controlo do espaço marítimo
- Falta de financiamento para equipamentos e atividades de forma a promover e explorar o espaço marítimo



Base das Lajes, Ilha Terceira, Açores

A importância das Ilhas Selvagens para o território português



Localização das Ilhas Selvagens



Proposta de Trabalho no Padlet Análise da notícia

Onde?

Quando?

Porquê a 'guerra' entre Portugal e Espanha? Que riquezas esconde as Selvagens?

Para já, ninguém sabe o que existe abaixo dos quatro mil metros de profundidade das águas à volta das Selvagens, ainda que se suspeite de jazidas de minérios, gás natural e dos valores naturais do mar. Mas há também quem recorde a lenda do pirata Kidd, que terá enterrado nas Selvagens um fabuloso tesouro pertencente à catedral de Lima, no Peru.



Porquê?

O quê?

PADLET

PORTUGAL

TURMA

Eu, Vereador!

Eu, Geógrafo

ADICIONAR COLUNA

Sugestão de Séries/Documentários

- Mar, a Terra Prometida
- Regresso ao Mar
- Minuto do Mar

(<https://www.youtube.com/channel/UCFLDPxOED2VmFkk1qMGlzIQ/playlists>)

- Mar, a última fronteira

(<https://www.rtp.pt/play/pesquisa?q=mar%2C+a+%C3%BA%20a%20ultima%20fronteira>)





“Mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim”

- Sophia de Mello Breyner Andresen

Anexo 5 — Guião de Saída de Campo (Desdobrável)– Serra do Sicó-10ºAno

Notas introdutórias:

Pedreira Iberobrita



Dolina de Pousadas – Vedras



Olhos de Água do Anços



Vale Flúvio- cársico de Poios



Dolina de Poios



Serra de Janeanes



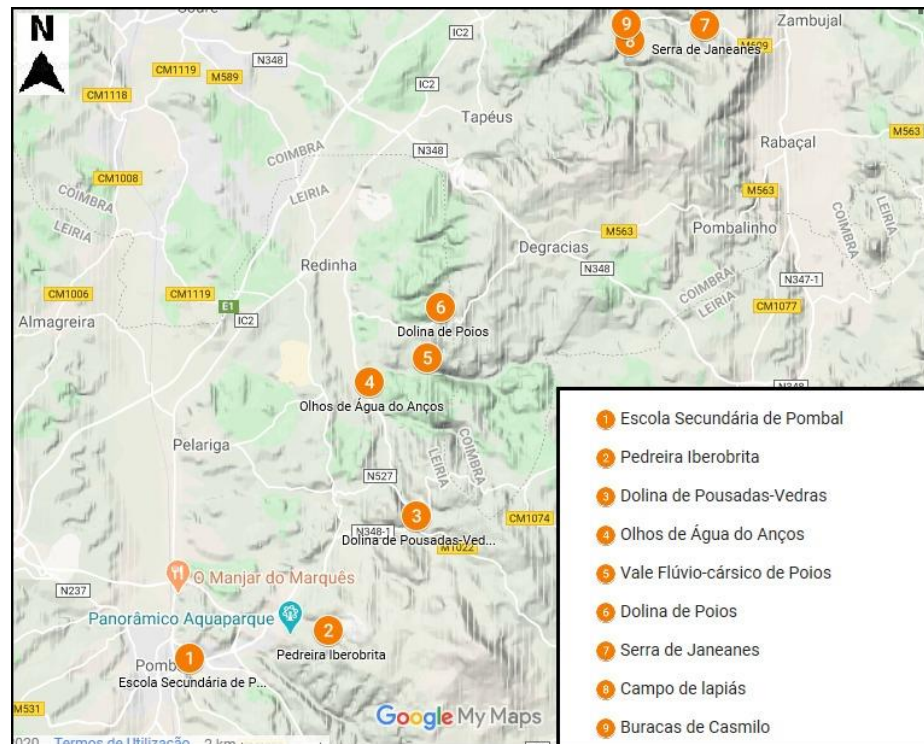
Campo de Lápias



Buracas do Casmilo



Percurso



Serra de Sicó

A Serra de Sicó apresenta uma cota de 553 metros de altitude máxima, sendo um dos magníficos exemplos da paisagem cársica da região, e que dá nome a todo o maciço calcário, é a serra mais alta do seu bloco ocidental.

Nesta região, a indústria extrativa é caracterizada pela presença de pedreiras de extração e produção de agregados calcários, utilizados, sobretudo, na construção civil e obras públicas.

Na sua geomorfologia, encontramos magníficos exemplos de paisagem cársica, entre eles, as dolinas, exurgências, vales flúvio-cársicos, campos de lapiás, lapas, algares e buracas.

A formação vegetal autóctone presente é, sobretudo, arbustiva, contemplando uma grande variedade de espécies, onde podemos identificar urzes, carrascos, medronheiros, alecrins, entre outras. Com menor dimensão destaca-se a presença do tomilho e de orquídeas selvagens. As principais espécies arbóreas autóctones presentes neste maciço, são o carvalho-português e muitos dos zambujeiros.

Referências:

- **A Carsificação no Maciço de Sicó** – disponível em https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo6/artigo5
- **As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere** – disponível em https://www.researchgate.net/publication/235863558_As_Serras_Calcarias_de_Condeixa-Sico-Alvaiazere_estudo_de_geomorfologia (download)
- **CM-Pombal** – disponível em <https://www.cm-pombal.pt/>
- **Flora-on** – disponível em <https://flora-on.pt/>
- **Iberobrita** – disponível em <http://iberobrita.com/index.html>

Anotações:



Geografia A

10º Ano

Saída de Campo à Serra do Sicó

27 de fevereiro de 2020



Nome _____

Nº _____ Turma _____

Anexo 6 - Guião do Filme “A Gaiola Dourada” – 10ºAno

Departamento de Ciências Sociais e
Humanas

Área disciplinar de Geografia

2019/2020



GUIÃO do FILME “A Gaiola Dourada” – 10.º E

Classificação	Nome	N.º
Dom. 1 -	Assinatura Prof.	
Dom. 2 -	Assinatura E.E.	

Após o visionamento do filme “A gaiola dourada” (2013), de Rúben Alves, responda às seguintes questões:

1. **Localize** o cenário de ação do filme.
2. **Indique** o ciclo migratório em que ocorreu a migração dos protagonistas.
3. **Refira** as profissões desempenhadas pelos imigrantes portugueses e a relação de concorrência com os nacionais/outros estrangeiros.
4. **Refira** as características do trabalho de Maria e José e a sua indispensabilidade para os patrões.
5. **Discuta** os fatores contra e a favor do retorno, assim como a “resolução final”, tendo em conta a importância da casa própria no país de origem.

6. **Refleta** sobre os estereótipos e os sinais de “portugalidade” apresentados no filme em relação à comunidade emigrada em França.

COTAÇÕES	1.	2.	3.	4.	5.	6.
Dom. 1 - Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português	20	20	30	30		
Dom. 2 – Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços					60	40

Anexo 7 – Planificação Anual 2019/2020 – Disciplina – Geografia A – 11º Ano de Escolaridade



Departamento de Ciências Sociais e Humanas



Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Área Disciplinar de Geografia

Direção de Serviços da Região Centro

PLANIFICAÇÃO ANUAL 2019/2020 – DISCIPLINA – GEOGRAFIA A - 11º ANO DE ESCOLARIDADE

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS – PERFIL DO ALUNO

Linguagens e textos

- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas, globos, fotografia aérea e TIG (por exemplo, Google Earth, Google maps, GPS, SIG, Big Data, etc.).

Informação e comunicação

- Recolher, tratar e interpretar informação geográfica e mobilizar a mesma na construção de respostas para os problemas estudados.
- Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica.

Raciocínio e resolução de problemas

- Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados.

Pensamento crítico e pensamento criativo

- Investigar problemas ambientais e sociais, ancorados em guiões de trabalho e questões geograficamente relevantes (o quê, onde, como, porquê e para quê).
- Identificar-se com o espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.

Relacionamento interpessoal

- Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.
- Pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença, numa perspetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Desenvolvimento pessoal e autonomia

- Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.

- Realizar projetos, identificando problemas e colocando questões-chave, geograficamente relevantes, a nível económico, político, cultural e ambiental, a diferentes escalas.

Bem-estar, saúde e ambiente

- Identificar-se com o espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.

Sensibilidade estética e artística

- Comunicar os resultados da investigação, usando a linguagem verbal, icónica, estatística e cartográfica.

Saber científico, técnico e tecnológico

- Comunicar os resultados da investigação, usando diferentes suportes técnicos, incluindo as TIC e as TIG.

<p>1.3 - <u>As novas oportunidades para as áreas rurais</u></p>	<p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Equacionar oportunidades de desenvolvimento rural, relacionando as potencialidades de aproveitamento de recursos endógenos com a criação de polos de atração e sua sustentabilidade.</p> <p>Relacionar a evolução da organização interna da cidade com o desenvolvimento das acessibilidades e das alterações dos usos e valor do solo, analisando informação de casos concretos a diferentes escalas.</p>	<p>Comunicar e Participar</p> <p>Divulgar exemplos concretos de ações que permitam a resolução de problemas ambientais e de sustentabilidade - no espaço rural ou urbano, próximo do aluno, revelando capacidade de argumentação e pensamento crítico.</p> <p>Analisar casos de reconfiguração territorial a partir de parcerias territoriais e/ou do aparecimento de novos agentes territoriais.</p> <p>Áreas de competências: A, B, C, D, E, F, G, H e I</p> <p>Valores: 1, 2, 3, 4 e 5</p>	<p>Teste de avaliação</p> <p>Trabalho de grupo / pares / individuais</p> <p>Portefólios</p> <p>Apresentações orais</p> <p>Participação em debates</p> <p>Registos de observação</p>	<p>20 aulas</p> <p>4 aulas (TA+C)</p> <p>10 aulas</p> <p>2 aulas (AA)</p>
<p>2 – As áreas urbanas: dinâmicas internas</p> <p>2.1 – <u>A organização das áreas urbanas</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Analisar padrões de distribuição espacial das diferentes áreas funcionais, realçando as heterogeneidades no interior das</p>			

<p>2.2 - <u>A expansão urbana</u></p> <p>2.3 - <u>Problemas urbanos</u></p>	<p>idades de diferente dimensão e em contexto metropolitano e não metropolitano, em resultado da expansão urbana recente, sugerindo hipóteses explicativas.</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Relacionar a evolução da organização interna da cidade com o desenvolvimento das acessibilidades e das alterações dos usos e valor do solo, analisando informação de casos concretos a diferentes escalas.</p> <p>Investigar as principais componentes da paisagem urbana, nomeadamente as ambientais e sociais, que condicionam o bem estar e a qualidade de vida nas cidades portuguesas.</p> <p>Áreas de competências: A, B, C, D, F, G, H e I. Valores: 2 e 3</p>		<p>Autoavaliação</p>	<p>2.º Período</p> <p>10 aulas</p> <p>10 aulas</p> <p>12 aulas</p> <p>10 aulas</p>
<p>3 – A rede urbana e as novas relações cidade-campo</p> <p>3.1 - <u>As características da rede urbana</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Analisar as principais relações entre espaços urbano e rural, assim como os processos de relação hierárquica entre cidades e os de complementaridade e cooperação.</p> <p>Caracterizar a hierarquização da rede urbana portuguesa, tendo em conta a diversidade e a importância das funções dos aglomerados urbanos.</p>			

<p>3.2 - <u>A reorganização da rede urbana</u></p> <p>3.3 - <u>As parcerias entre cidades e o mundo rural</u></p>	<p>Analisar os principais atributos da rede urbana nacional, comparando-a com a de outros países da União Europeia.</p> <p>Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para analisar as alterações no espaço rural e nos processos de expansão urbana.</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Apresentar diferentes hipóteses de articulação da rede urbana portuguesa, consultando instrumentos de ordenamento do território</p> <p>Áreas de competências: C, D, E, F, G, H e I Valores: 1, 2, 3 e 4</p>		<p>10 aulas</p> <p>4 aulas (TA+C)</p>
<p>Módulo IV – A População, como se movimenta e comunica</p> <p>1 – A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes</p> <p>1.1- <u>A competitividade dos diferentes modos de transporte</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Avaliar a competitividade dos diferentes modos de transporte, de acordo com a finalidade, e o papel das redes de transportes e telecomunicações no desenvolvimento, a diferentes escalas de análise.</p> <p>Relacionar a organização espacial das principais redes de transporte com a distribuição da população e do tecido empresarial.</p> <p>Valores: 2 e 3</p> <p>Áreas de competências: A, B, C, D, F, G, H e I</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Evidenciar a importância da inserção das redes de transporte nacionais nas redes europeias e transcontinentais, refletindo sobre a posição de Portugal no espaço europeu e atlântico.</p>		<p>8 aulas</p> <p>2 aulas (AA)</p> <p>3.º Período</p> <p>8 aulas</p>

<p>1.2 - <u>A distribuição espacial das redes de transporte</u></p> <p>1.3 - <u>A inserção nas redes transeuropeias</u></p>			8 aulas
<p>2 – A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais</p> <p>2.1 - <u>A distribuição espacial das redes de comunicação e o papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Interpretar o padrão de distribuição das redes de telecomunicações através da análise de mapas (em formato analógico e/ou digital).</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Equacionar oportunidades criadas pelas TIC na organização espacial das atividades económicas e no incremento das relações interterritoriais.</p>		6 aulas
<p>3 – Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população</p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para analisar as redes de transportes e telecomunicações.</p>		

<p>3.1 - <u>A multiplicidade dos espaços de vivência e os problemas de segurança, de saúde e ambientais</u></p>	<p>Comunicar e Participar Emitir opiniões sobre casos concretos da importância dos transportes e telecomunicações para a sustentabilidade da qualidade de vida das populações.</p> <p>Propor ações de sensibilização relativas ao uso ético das telecomunicações.</p> <p style="text-align: right;">Áreas de competências: A, B, C, D, E, F, G, H e I Valores: 1, 2, 3, 4, e 5</p>		<p>4 aulas</p>
<p>Módulo V – A integração de Portugal na União Europeia. Novos desafios, novas oportunidades</p> <p>1 – <u>Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Reconhecer as principais etapas da construção da União Europeia, analisando fontes diversas.</p> <p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Refletir sobre os desafios e as oportunidades que se colocam a Portugal e à União Europeia perante os últimos alargamentos e a previsível integração de novos países.</p>	<p>Comunicar e Participar</p> <p>Emitir opinião sobre atuações concretas que potenciem a posição relativa de Portugal na Europa e no Mundo em resultado das dinâmicas políticas e económicas da União Europeia e do processo de desenvolvimento da globalização</p>	<p>4 aulas (TA+C)</p> <p>6 aulas</p>
<p>2 – <u>A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Analisar a evolução das políticas nacionais e as ações da União Europeia, entre outras entidades não europeias, em matéria ambiental.</p> <p>Identificar as principais áreas protegidas em Portugal, interpretando mapas (em formato analógico e/ou digital).</p>		<p>6 aulas</p>

	<p>Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços.</p> <p>Debater as prioridades da política ambiental da União Europeia.</p> <p>Relacionar a localização dos principais espaços de proteção ambiental e o seu contributo para o equilíbrio sustentável de ordenamento do território.</p>	<p>Áreas de competências: A, B, C, D, E, F, G, H e I</p> <p>Valores: 1, 2, 3, 4 e 5</p>	
<p>3 – <u>As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia</u></p>	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p> <p>Apontar as principais disparidades regionais de desenvolvimento em Portugal e na União Europeia.</p>		<p>4 aulas</p> <p>2 aulas (AA)</p>

Áreas de competências (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

P. Linguagens e textos.	Q. Informação e comunicação.
R. Raciocínio e resolução de problemas.	S. Pensamento crítico e pensamento criativo.
T. Relacionamento interpessoal.	U. Autonomia e desenvolvimento pessoal.
V. Bem-estar e saúde.	W. Sensibilidade estética e artística.
X. Saber técnico e tecnologias.	Y. Consciência e domínio do corpo.

Valores do Perfil do Aluno

1. Responsabilidade e integridade
2. Excelência e exigência
3. Curiosidade, reflexão e inovação
4. Cidadania e participação
5. Liberdade

Nota: Devem ser levados em consideração as Aprendizagens Essenciais e o “Perfil do Aluno para o Século XXI”.

Totais de aulas:

1º Período = 78 aulas

2º Período = 66 aulas

3º Período = 48 aulas

Total = 192 aulas
setembro de 2019

Aprovado em reunião de departamento de Ciências Sociais e Humanas em 13 de

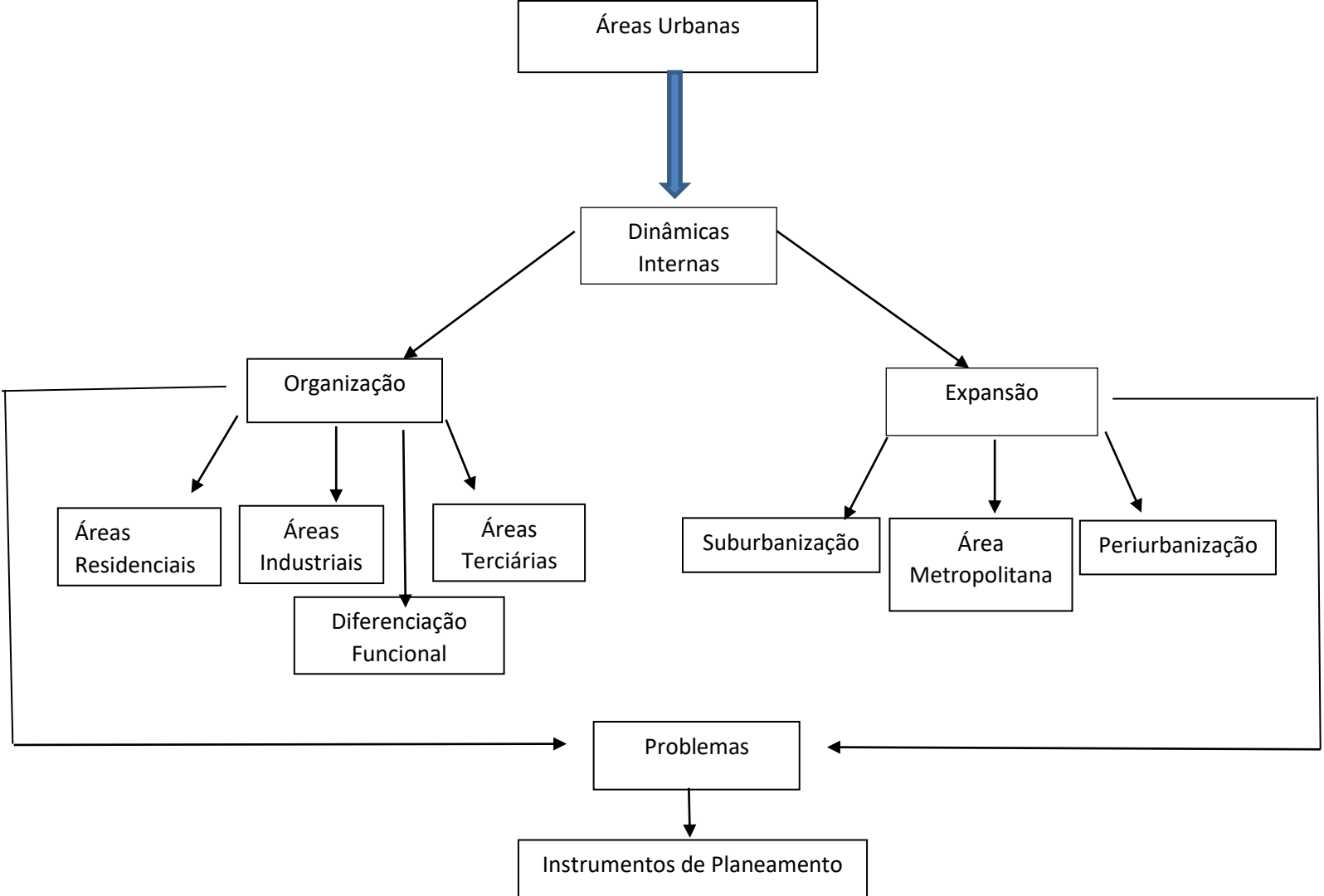
A coordenadora: Luísa Moura



Tema 3	Os espaços organizados pela população	
Subtemas	<p>2. As áreas urbanas: dinâmicas internas</p> <p>2.1. A organização das áreas urbanas</p> <p>2.2. A expansão urbana</p> <p>2.3. Problemas urbanos</p>	
Áreas de Competência do Perfil do Aluno	A; B; C; D; E; F; G; H; I	
Aprendizagens Essenciais	<p>Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português</p>	<p>Comparar a evolução do comportamento de diferentes variáveis demográficas, recolhendo e selecionando informação estatística e apresentando conclusões.</p> <p>Identificar padrões de distribuição de variáveis demográficas e suas causas próximas, utilizando mapas a diferentes escalas. Explicar as assimetrias regionais na distribuição da</p>

	<p>Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços</p> <p>Comunicar e participar</p>	<p>população portuguesa, evidenciando os fatores naturais e humanos que as condicionam.</p> <p>Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os processos demográficos.</p> <p>Equacionar medidas concretas para minimizar o envelhecimento da população portuguesa. Reportar as assimetrias na distribuição da população, aplicando o conceito de capacidade de carga humana a nível local e regional.</p> <p>Selecionar medidas que possam ter efeito nas estruturas/comportamentos demográficos e na distribuição da população no território português.</p>
<p>Questões Chave</p>	<p>Quais as dinâmicas na organização e expansão das áreas urbanas?</p> <p>Como se organizam áreas urbanas tendo em conta as diferentes funções urbanas e o valor do solo?</p> <p>Que instrumentos de planeamento serão mais eficazes na resolução dos problemas urbanos?</p>	

Esquema Conceptual



<p>Objetivos Gerais</p>	<p>Diferenciar espaço rural de espaço urbano.</p> <p>Refletir sobre a dificuldade em definir cidade e centro urbano.</p> <p>Relacionar a diferenciação do espaço urbano com os transportes urbanos.</p> <p>Caracterizar as áreas funcionais do espaço urbano.</p> <p>Relacionar a localização das diferentes funções urbanas com o valor do solo.</p> <p>Explicar o papel das atividades terciárias na organização do espaço urbano.</p> <p>Explicar a interdependência locativa das diferentes funções.</p> <p>Explicar a diferenciação social das áreas residenciais.</p> <p>Relacionar as principais funções das diferentes áreas urbanas com as características da população.</p>	<p>Relacionar o crescimento das áreas suburbanas e periurbanas com o dinamismo demográfico e funcional dos centros urbanos.</p> <p>Problematizar os impactes territoriais resultantes da progressiva substituição do solo agrícola por usos urbanos e industriais.</p> <p>Referir as heterogeneidades funcionais e sociais das áreas urbanas periféricas.</p> <p>Explicar o processo de formação das áreas metropolitanas.</p> <p>Identificar os principais efeitos polarizadores das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a nível nacional e regional.</p> <p>Explicar o papel da indústria no desenvolvimento das áreas onde se insere.</p> <p>Equacionar os principais problemas urbanos.</p> <p>Discutir medidas de recuperação da qualidade de vida urbana propostas e/ou adotadas pelos órgãos de decisão.</p>
<p>Conceitos</p>	<p>acessibilidade, área funcional, área metropolitana, CBD/Baixa ou centro da cidade, centro urbano/cidade, diferenciação funcional, diferenciação social, espaço urbano, expansão urbana, fator de localização industrial, função rara/vulgar, função urbana, gentrificação ou nobilitação urbana, malha urbana, movimento pendular, POLIS, planos municipais de ordenamento do território (Plano Diretor Municipal, Plano de Urbanização, Plano de Pormenor), periurbanização, população urbana, reabilitação urbana, requalificação urbana, renda locativa, renovação urbana, rurbanização, suburbanização, taxa de urbanização, pressão urbanística.</p>	

Calendarização	4 de dezembro de 2019 a 24 de janeiro de 2020 – 16 aulas
Recursos Bibliográficos	LOBATO, Cláudia; OLIVEIRA, Simone (2019) – Raio-X 11. Areal MATOS, António; SANTOS, Fernando; LOPES, Francisco– GeoPortugal 11º ano. ASA (livro digital) RODRIGUES, Arinda; BARATA, Isabel; MOREIRA, Joana – Geografia A 11º ano. Texto (livro digital)



PLANO DE AULA

100 Minutos	16/01/2020	11º Turma E2
-------------	------------	--------------

Tema	2. As áreas urbanas: dinâmicas internas
Subtema	2.2. A expansão urbana
Áreas de Competência do Perfil do Aluno	A; B; C; D; E; F; I
Aprendizagens Essenciais	
Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português	Comparar a evolução do comportamento de diferentes variáveis demográficas, recolhendo e selecionando informação estatística e apresentando conclusões. Identificar padrões de distribuição de variáveis demográficas e suas causas próximas, utilizando mapas a diferentes escalas. Explicar as assimetrias regionais na distribuição da população portuguesa, evidenciando os fatores naturais e humanos que as condicionam. Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os processos demográficos.
Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços	Equacionar medidas concretas para minimizar o envelhecimento da população portuguesa. Reportar as assimetrias na distribuição da população, aplicando o conceito de capacidade de carga humana a nível local e regional.
Comunicar e participar	Selecionar medidas que possam ter efeito

	nas estruturas/comportamentos demográficos e na distribuição da população no território português.
Sumário Expansão urbana: consolidação da matéria das aulas anteriores. Problemas Urbanos: Socioeconómicos.	
Conteúdo programático Problemas urbanos: socioeconómicos	Objetivos Identificar os problemas socioeconómicos dos centros urbanos.
Conceitos	Questões chave
Problemas Urbanos Gentrificação Turistificação	Quais os problemas socioeconómicos das cidades?
Pré-requisitos	Conceitos de Cidade, Espaço Urbano, Urbanização; Suburbanização; Periurbanização; Rurbanização
Esquema conceptual	
<pre> graph TD A[Problemas Urbanos] --> B[Socioeconómicos] B --> C[Turistificação] B --> D[Gentrificação] C <--> D </pre>	

<p>Recursos materiais</p> <p>Computador; Projetor; Colunas; Manual; Letra da música “Meu Deus” de Plutónio; Texto “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”</p>
<p>Sequência da Aula</p> <p>Registo do sumário. Anotação de presenças.</p> <p>A aula iniciará com o esclarecimento de uma dúvida que uma aluna colocou na aula anterior através de gráfico sobre densidade populacional do PORDATA.</p> <p>Em conjunto com os alunos será feito um esquema concetual no quadro com a matéria lecionada nas últimas duas aulas, com o objetivo de chegar aos problemas urbanos.</p> <p>Em discussão com a turma iremos identificar os três tipos de problemas urbanos. De seguida será feita a audição da música “Meu Deus” de Plutónio, cada aluno acompanha com a letra. Depois de ouvirem a música e interpretarem a letra, os alunos irão identificar o tipo de problema urbano referido e dar exemplos de problemas específicos dando exemplos através da letra da música.</p> <p>Através da música será pedido aos alunos que identifiquem um ou vários locais que tenham conhecimento que se adequam à descrição da letra da música. Serão apresentados alguns exemplos de bairros sociais através de cartografia (poderá haver acesso ao Google Maps) e imagens.</p> <p>A aula terminará com uma análise e discussão dos fatores e consequências da gentrificação e turistificação através de um excerto do texto de Luís Mendes com o título “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”.</p>
<p>Avaliação</p>
<p>Participação oral dos alunos durante a aula.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>Mendes, L. (2016) – “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”, Debate Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas. Trienal de Arquitectura de Lisboa, Lisboa.</p> <p>Música - “Meu Deus”, Plutónio</p> <p>PORDATA - https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452</p>



**Letra da música “Meu Deus” de Plutónio – 11.º E2
Geografia A**

Plutonio – Meu Deus [LETRA]

E eu cresci numa zona	Com a autoridade
Onde a paciência	Onde um sorriso a metade
Muitas vezes não funciona	Vale uma amizade
Meias verdades	Falta comida no prato
Fazem meia maratona	Sobram problemas em casa
Mas o silêncio acaba	Muitas vezes solução é criminalidade
Por subir a tona (Ehhh)	Quem lutou e quem ficou
Meu Deus porquê	Fecho os olhos vejo a dor
Um homem chora	Minha avó falava sempre
Só que ninguém vê	Sobre o meu avô
Meu Deus porquê	Sobre ter princípios
	Ser um homem de valor
Triste realidade numa sociedade	Aprendi a não guardar ódio e rancor
Onde o meu texto incomoda	Aprendi a nunca questionar o meu senhor
Porque tem verdade	Mas se tu tas do meu lado
Miúdas querem tar na moda	Responde a minha pergunta
Tudo por vaidade	Meu deus por favor
Putos novos vão de cana	
Ainda menor de idade	E eu cresci numa zona
Desde cedo a ter confrontos	Onde a paciência

Muitas vezes não funciona

Meias verdades

Fazem meia maratona

Mas o silêncio acaba

Por subir a tona

Meu Deus porquê

Um homem chora

Só que ninguém vê

Meu Deus porquê

Por favor diz me porquê

Às vezes queria entender

Acredito num futuro mais bonito

Mas o barulho dos tiros

Faz me contradizer

Por favor diz me porquê

Só queria poder saber

Se ainda existe uma outra vida

Para além desta minha vida

Ou se o propósito

É nascer pra morrer

E de que vale ter valores materiais

Se ao fim de tudo somos iguais

Vivendo sem saber pra onde vais

Bambino foste embora cedo demais

Por favor diz me porquê

Só queria poder saber

O que dizer à minha filha

Ela pergunta onde é que estás

Mas eu não sei

como é que eu vou responder

E eu cresci numa zona

Onde a paciência

Muitas vezes não funciona

Meias verdades

Fazem meia maratona

Mas o silêncio acaba

Por subir a tona

Meu Deus porquê

Um homem chora

Só que ninguém vê

Meu Deus porquê

Anexo 11 – Apresentação PowerPoint da Aula Assistida- 11ºAno



Bairro Quinta do Mocho, Sacavém, Loures



Bairro do Cerco, Porto



Bairro da Jamaica, Seixal



Bairro do Ingote, Coimbra



Bairro Margens do Arunca, Pombal





Cova da Moura, Amadora





*"Os sentimentos mais genuinamente humanos logo se desumanizam na cidade."
- Eça de Queirós*



Gentrificação e Turistificação 11.º E2 - Geografia A

MEDIDAS E PROPOSTAS DE COMBATE E MITIGAÇÃO DE EFEITOS DA TURISTIFICAÇÃO E DA GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA NA CIDADE DE LISBOA

O problema da gentrificação pelo turismo pelo qual a cidade de Lisboa tem vindo a passar requer a tomada de medidas integradas e a diferentes escalas, níveis e sectores (turismo, habitação, comércio, equipamentos colectivos e infraestruturas, etc), que se executadas de forma avulsa ou individualmente nunca resolverão verdadeiramente o problema, se não entendidas e aplicadas de modo holístico. Contudo, subjacente a todas elas estão dois princípios fundamentais que aprofundam a aliança da democracia representativa com a democracia participativa, no contributo para a resolução do problema. Primeiro, o de que precisamos de um **Estado mais eficaz, com capacidades para a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas de habitação e turismo**. Neste campo, é necessário reforçar o poder municipal local como agente regulador do desenvolvimento turístico na cidade. Não basta ter uma missão clara, estratégias e objectivos ou financiamento adequados. As capacidades do Estado (capacidade técnico- burocrática e administrativa, a capacidade jurídica, a capacidade de infra-estrutura e capacidade fiscal) são necessárias para mobilização política de regulação para produzir uma cidade da maioria e do colectivo. Segundo princípio: **dinamização dos movimentos sociais urbanos de defesa do direito à habitação e à cidade** que se aliam à luta dos residentes do centro histórico (associações locais de moradores, activistas, associações de inquilinos, comissões de moradores, colectividades /associações culturais ou desportivas de bairro, etc), sempre numa lógica auto-gestionária e de auto-organização. Estes movimentos devem articular-se com outros de narrativa contra-hegemónica e de resistência e combate à ofensiva neoliberal que assola o espaço urbano e que, à semelhança do que se está a passar em todo o mundo, crescentemente percebem as potencialidades e eficácias do trabalho em rede e da pluriescalaridade das lutas. Só assim estes movimentos podem ganhar e alargar a sua base institucional em articulação com os poderes públicos e a democracia representativa.

Mendes, L. (2016) – “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”, Debate Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas. Trienal de Arquitectura de Lisboa, Lisboa.

Anexo 13 - Ficha de Saída de Campo – Pombal – 11º Ano

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



Área Disciplinar de Geografia



SAÍDA DE CAMPO

Ponto de Encontro	08h25	Entrada da Escola Secundária de Pombal
Saída	08h30	
Chegada	10h10	

PERCURSO		
Escola Secundária de Pombal	Início da Saída de Campo	Ao longo do percurso: <ul style="list-style-type: none"> • Observar espaços verdes • Preservação dos edifícios • Perceber se existem acessos apropriados para diferentes graus de mobilidade
Bairro Social	Verificar construções e condições de vida do Bairro	
Rua da Estação	Estrangulamento da cidade de Pombal	
Biblioteca Municipal de Pombal	Construções no leito de cheia do Rio Arunca	
Pavilhão Eduardo Gomes		
Estádio Municipal de Pombal		
Piscina Municipal de Pombal		
Cardal/Centro histórico da cidade de Pombal	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios Reabilitados - Ocupação vertical dos edifícios - Problemas de circulação 	
Escola Secundária de Pombal	Fim da Saída de Campo	



Anexo 14 – Questões e Respostas do Inquérito sobre Problemas Urbanos na Cidade de Pombal – 11º Ano

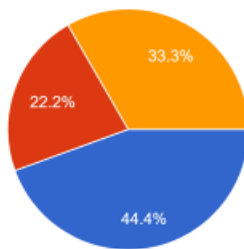


Resultados dos
inquéritos realizados
no 11ºE2

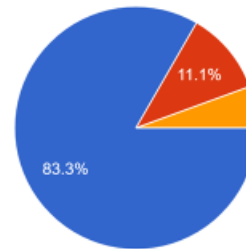
Problemas Urbanos na cidade de Pombal

Que tipo de Problemas Urbanos são mais frequentes na cidade de Pombal?

1º Questionário

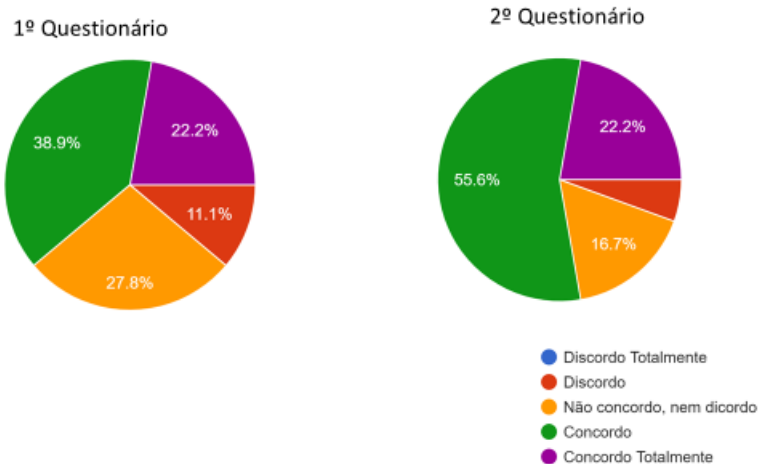


2º Questionário

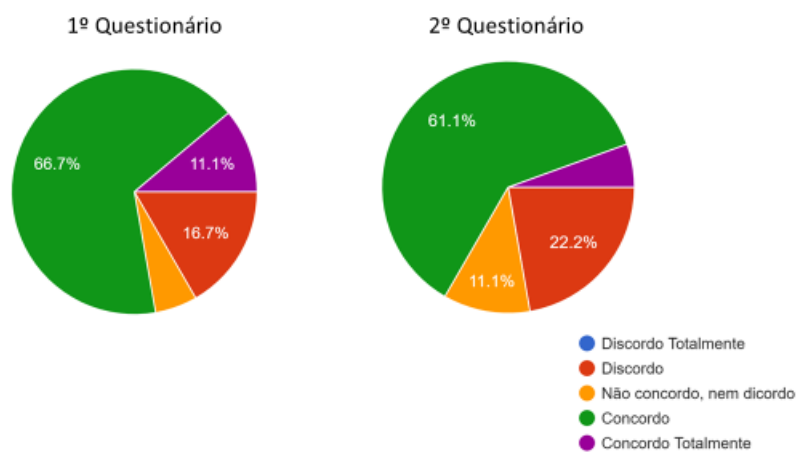


- Problemas Urbanísticos
- Problemas Ambientais
- Problemas Socioeconómicos

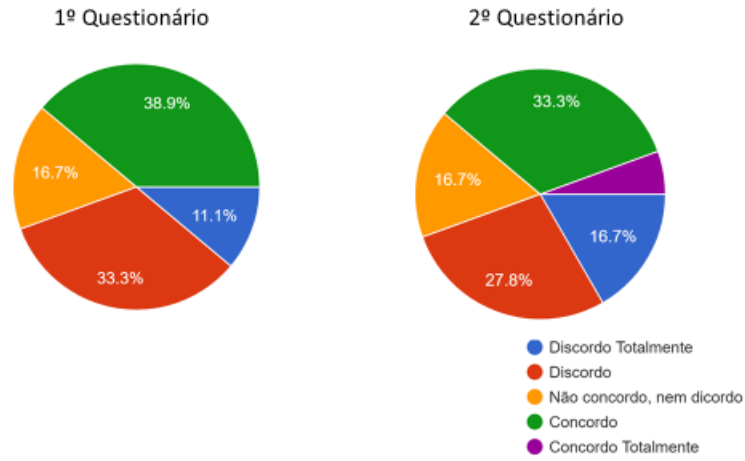
Existe uma degradação dos edifícios no centro histórico de Pombal.



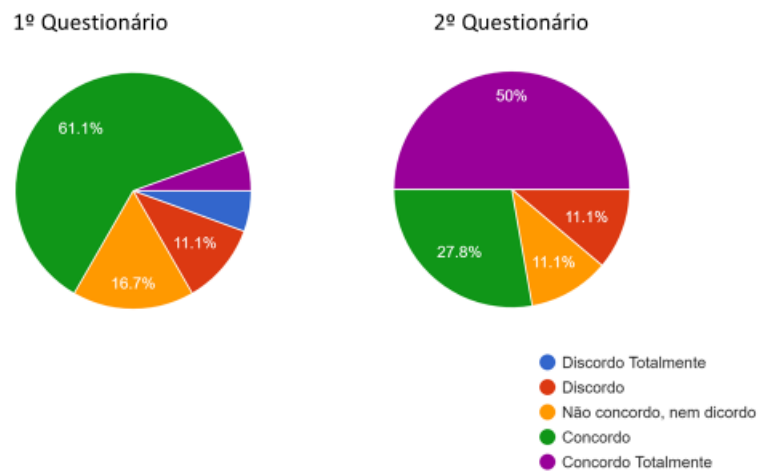
Os edifícios da cidade após uma intervenção de reabilitação, estão a ser ocupados e utilizados como habitação, serviços ou espaços de lazer.



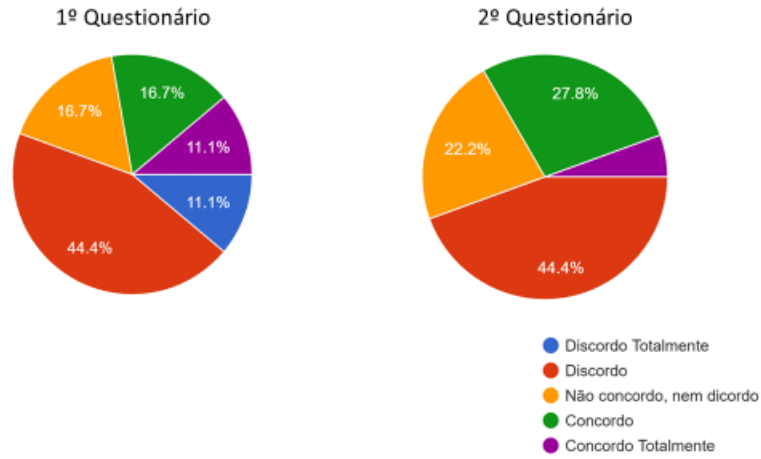
Os espaços verdes presentes na cidade são suficientes e têm a dimensão apropriada para a sua função.



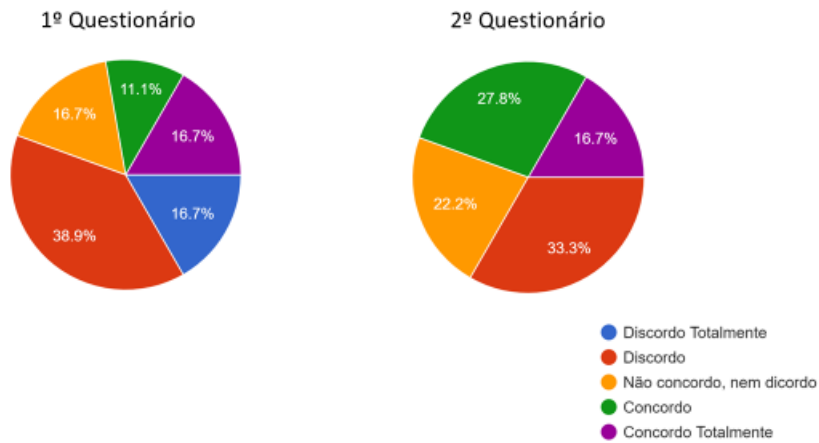
Existe construção, junto ao Rio Arunca, que se encontra em leito de cheia.



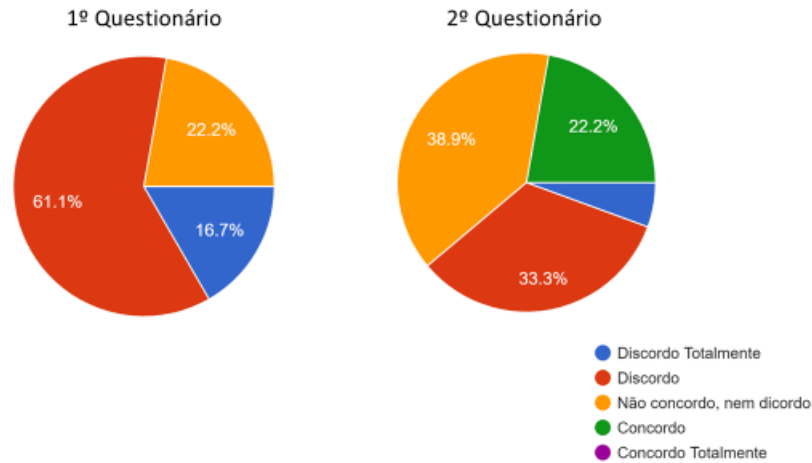
As áreas habitacionais sociais têm as condições mínimas de habitabilidade e acesso facilitado a outras áreas da cidade.



A cidade de Pombal disponibiliza transportes e acessos apropriados para pessoas de diferentes faixas etárias e com diferentes graus de mobilidade.



Pombal é uma cidade que sofre com um elevado nível de poluição atmosférica e sonora.



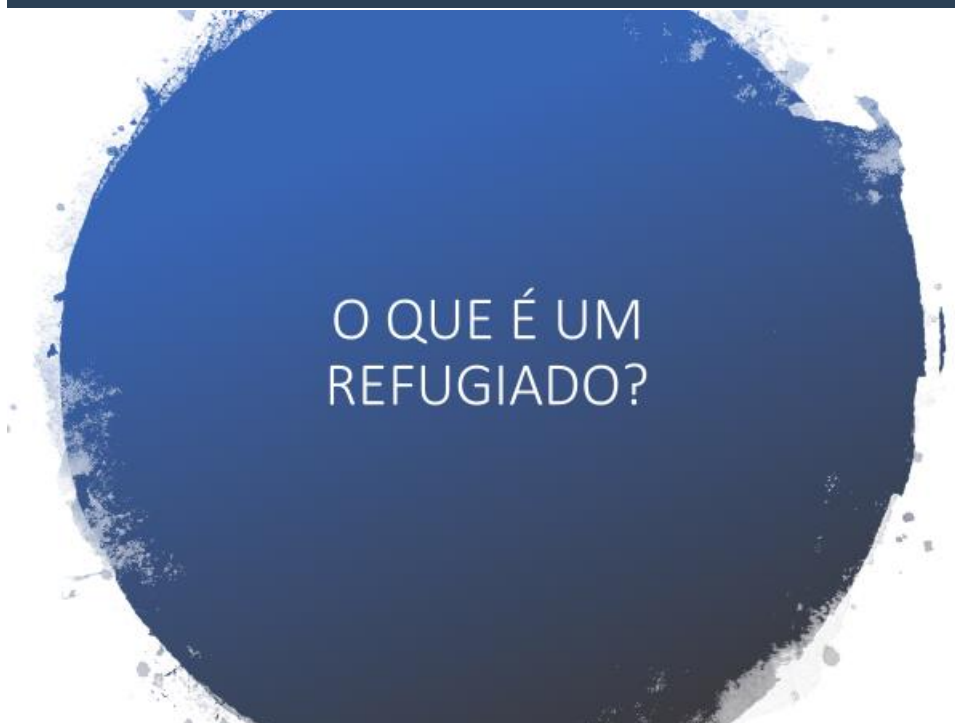
Indique três problemas urbanos que, na sua opinião, sejam mais preocupantes na cidade de Pombal. (1º Questionário)

- Degradação de edifícios no centro histórico
- Falta de mobilidade horária nos transportes públicos
- Condições socioeconómicas díspares entre as classes sociais
- Falta de patrulhamento / criminalidade
- Trânsito
- Acessos insuficientes a outras áreas urbanísticas
- Emprego é escasso
- Pouca reabilitação
- Transportes reduzidos
- Falta de acesso as outras áreas da cidade (bairro do Arunca) / a desterritorialização bairro social
- Castelo e as áreas históricas podiam ser "melhor aproveitados" em termos turísticos
- Aumento da renda locativa
- Falta de áreas comerciais
- Poluição do rio Arunca / poluição / lixo nas ruas
- Poucos espaços verdes e edifícios/espacos históricos muito alterados
- Sobrelotação

Indique três problemas urbanos que, na sua opinião, sejam mais preocupantes na cidade de Pombal. (2º Questionário)

- Contrastes entre construções
- Criminalidade
- Degradação de Edifícios
- Reduzida abrangência e acessibilidade de transportes públicos
- Ausência de espaços verdes (de dimensão apropriada)
- Desterritorialização de bairros sociais
- Obras constantes
- Poluição sonora
- Sobrelotação dos edifícios
- Saturação das infraestruturas
- Trânsito
- Construção em leito de cheia junto ao rio
- Poucas áreas comerciais
- Acessibilidade não apropriada a pessoas com mobilidade reduzida / Acessos difíceis

Anexo 15 – Power Point da Palestra “Refugiados em Portugal”

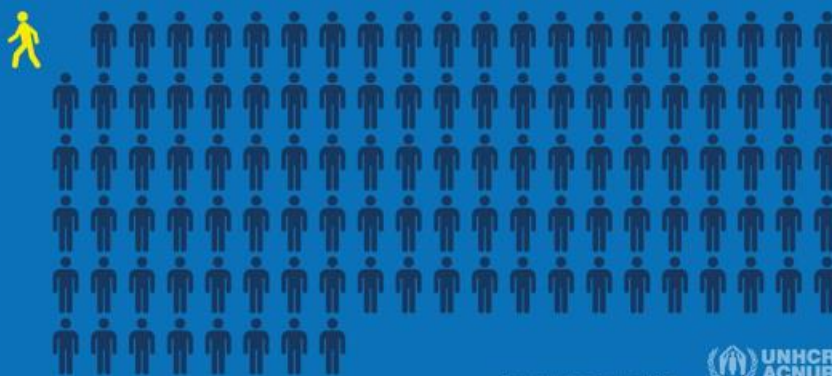


Um refugiado é...

“... qualquer pessoa que, receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e, em virtude daquele receio, não possa ou não queira pedir a protecção daquele país ...”

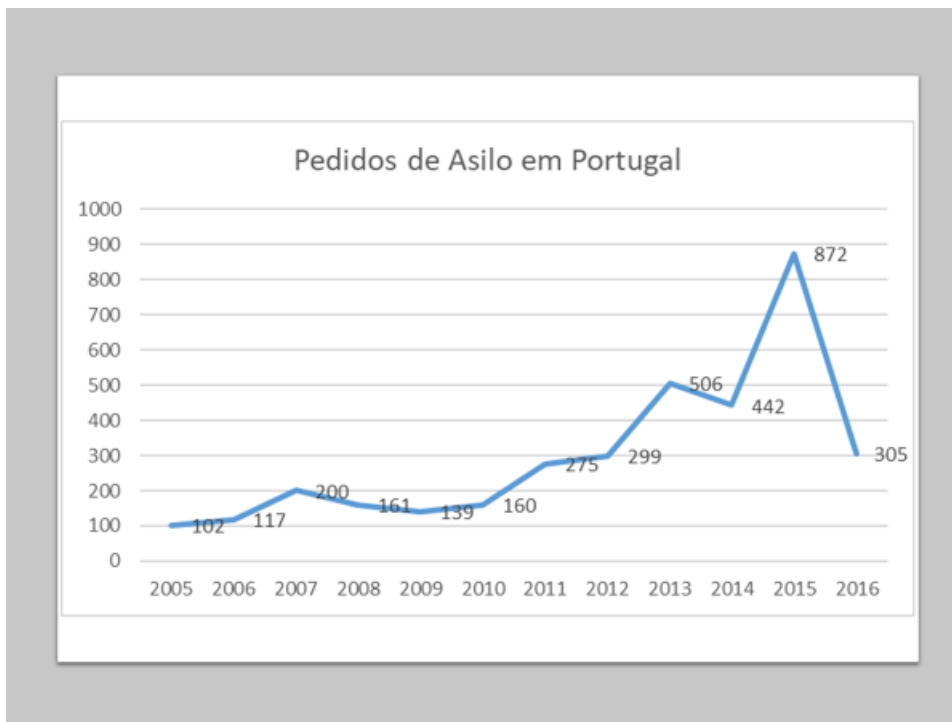
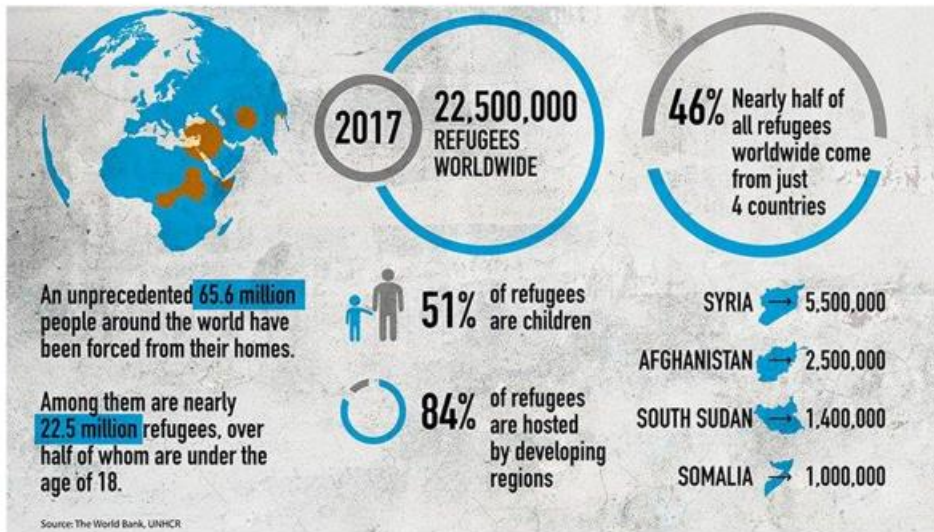
Parágrafo 2º, da Secção A, do artigo 1º
Convenção de Genebra de 1951

**1 em cada 113 pessoas no planeta
é solicitante de refúgio, deslocada
interna ou refugiada**

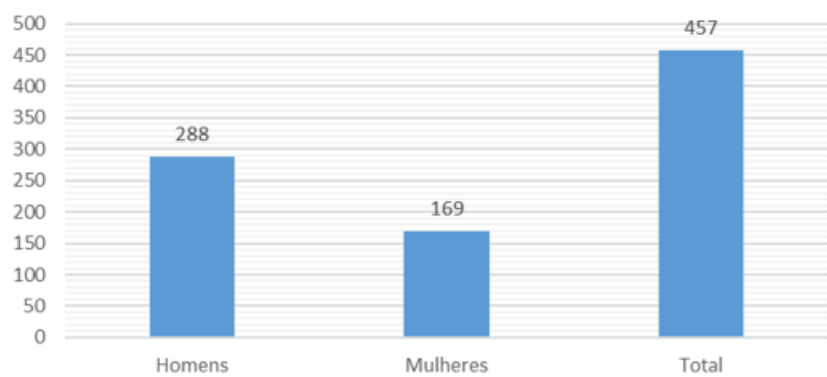


Fonte: ACNUR / 20 de junho de 2016





Pedidos de Asilo em Portugal 1 Janeiro a 19 junho de 2017



Conselho Português para Refugiados (CPR)



- Principal missão defender e promover o direito de asilo em Portugal
- Atividades que visam o apoio jurídico e socioprofissional dos requerentes de asilo, refugiados, beneficiários de proteção humanitária, deslocados e apátridas, desde a fase do acolhimento até à sua integração na sociedade portuguesa.
- Representa o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) desde o encerramento da sua delegação em Portugal, em 1998.

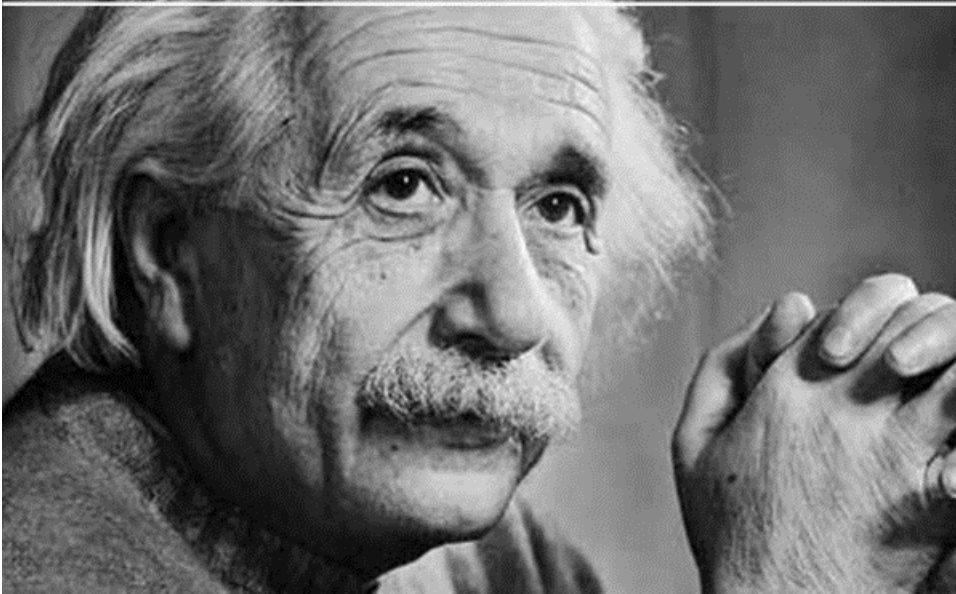


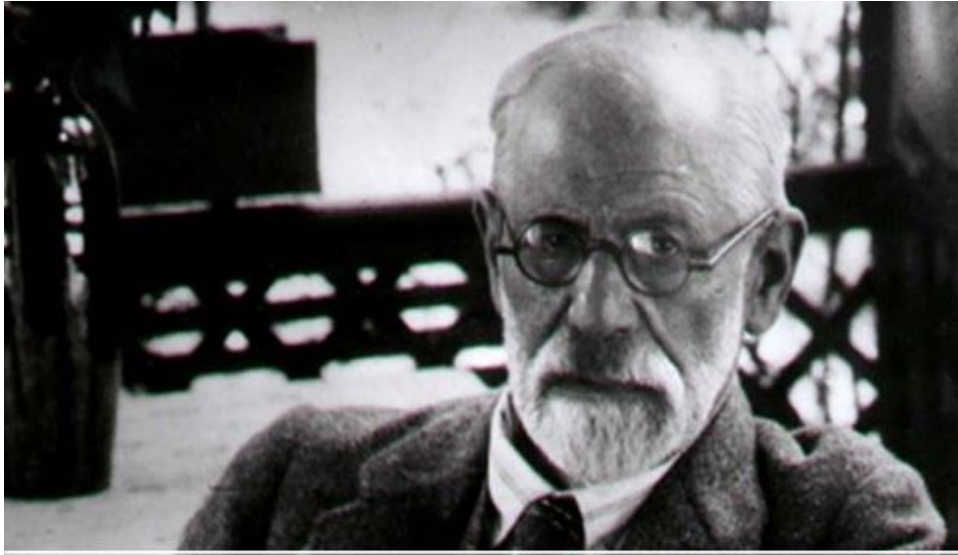
Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR)
Bobadela



REFUGIADOS
CONHECIDOS

Albert Einstein

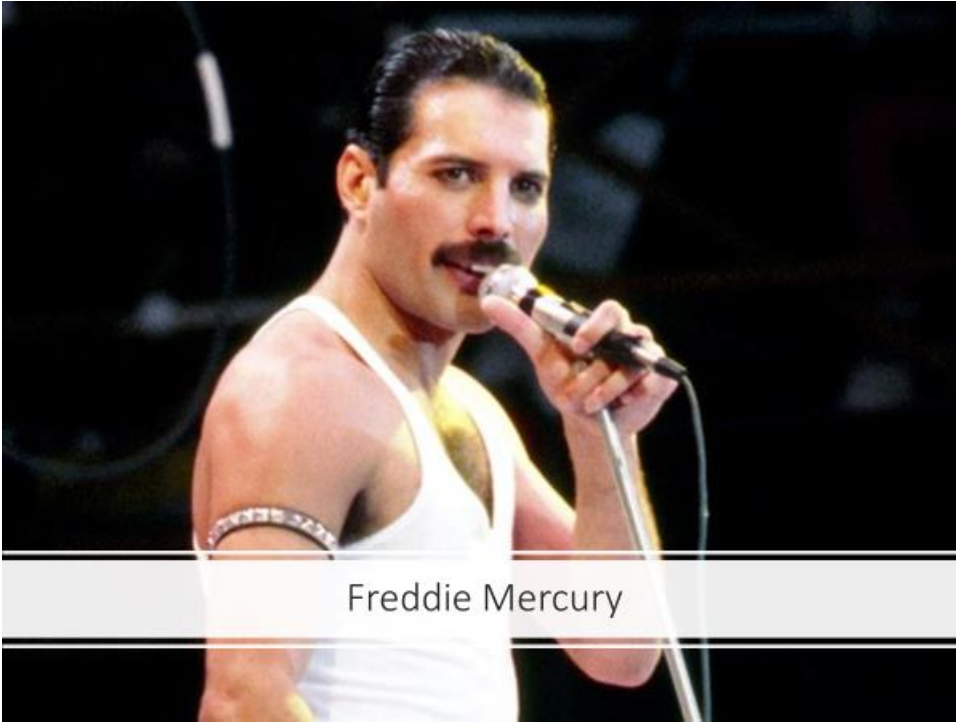




Sigmund Freud



Mila Kunis



Freddie Mercury





**Departamento de Ciências Sociais e
Humanas**

Área disciplinar de Geografia

2019/2020



Rúbrica do Guião da Notícia

Avaliação de um texto com base numa Notícia

APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

Selecionar medidas que possam ter efeito nas estruturas/comportamentos demográficos no território português.

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO

- Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português.
- Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços
- Comunicar e Participar

METODOLOGIA

Indicadores	Critérios					
	5	4	3	2	1	

Tema	Demonstra elaboração de pensamento. A ideia central é claramente comunicada e desenvolvida, sem fugir ao propósito do trabalho. Compreende e avalia criticamente as suas fontes. Identifica os conceitos fundamentais e define os termos.	Trabalho sólido que responde adequadamente à tarefa. Afirma uma ideia central, mas pode ter lapsos menores em desenvolvimento. Mostra leitura cuidadosa das fontes, mas não as avalia criticamente. Tentativa de definir os termos não totalmente conseguida.	Adequado, mas respondendo menos bem à tarefa. Apresenta a ideia central mas de lugares comuns ou frases feitas. Normalmente não reconhece outros pontos de vista. Mostra compreensão básica das fontes. Se define os termos, depende muitas vezes do dicionário de termos.	Não tem uma ideia clara central ou não responde adequadamente à finalidade. Ideia central demasiado vaga ou óbvia. Pode não ter havido uma correta compreensão das fontes.	Não responde ao que foi pedido ou carece de ideia central. Não usa fontes sempre que necessário.	Aspeto Formal do texto
Organização e Coerência	Usa uma estrutura lógica adequada à temática do trabalho, à finalidade e ao campo disciplinar. Usa frases de transição para ligar uma ideia a partir da anterior, ou para identificar a sua relação lógica. Orienta o leitor através de um fio condutor do raciocínio.	Mostra uma progressão lógica de ideias e usa frases de ligação. É menos evidente o fio condutor. Algumas ligações lógicas menos conseguidas, mas cada ponto está claramente relacionado com a ideia central.	Apresenta um conjunto de ideias, ao invés de usar uma estrutura lógica evidente. Usa frases de ligação de forma mais sequencial do que lógica, embora os parágrafos digam respeito à ideia central. Pode haver falta de coerência entre parágrafos e nas frases dentro dos parágrafos.	Organização aleatória, falta de coerência interna e uso de poucas ou inadequadas transições. Faltam as ideias principais, ou estas podem ser muito genéricas ou muito específicas. Os parágrafos nem sempre estão relacionados com o tema principal.	Sem organização aparente. Falta de ligações e coerência.	Organização concetual de aprendizagens

Fundamentação	Usa fontes de forma adequada e efetiva, referindo as evidências em que baseia os seus pontos de vista.	Indica razões para apoiar as suas afirmações, usando algumas fontes. Aborda as conexões entre as evidências e as ideias principais.	Usa generalizações para apoiar as suas afirmações. Recorre a opiniões não fundamentadas ou à experiência pessoal, ou assume que a evidência fala por si mesma não necessitando de explicitar a ligação com o tema principal.	Recorre a frases feitas ou generalizações. Apresenta poucas evidências para as afirmações. Pode ser uma narrativa pessoal, em vez de ensaio, ou um resumo, em vez de análise.	Usa detalhes irrelevantes , ou não fundamenta . Demasiado curto ou incompleto.	Problematização das Aprendizagens	
Estilo	Escolhe os termos de forma precisa e específica. As frases são variadas, mas claramente estruturadas, não sendo demasiado longas ou desconexas.	Em geral, usa os termos com precisão e eficazmente, mas são por vezes pouco específicos. Afirmações claras, bem estruturadas e focadas, embora nem sempre.	Usa termos genéricos e a linguagem pode não ser sempre adequada. Estrutura da frase geralmente correta, mas podem aparecer afirmações repetitivas ou confusas.	Usa termos genéricos e vagos, ou muito pessoais e específicos. Contém várias frases gramaticalmente incorretas. Estrutura simples e monótona das frases.	Usa frases mal construídas, emprega mal os termos e utiliza linguagem desadequada.		
Texto	Sem erros ortográficos ou gramaticais, pontuação	Pode conter alguns erros, mas não impedem a compreensão. Usa corretamente	Contém vários erros, mas não impedem a compreensão global.	Contém erros ortográficos e erros que dificultam a compreensão e	Contém tantos erros que é impossível para o leitor		

	correta. Usa corretamente as normas de referência.	as normas de referência.	Apresenta falhas na referência.	identificação de conexões entre as ideias. Faltam referências no texto.	seguir o pensamento de frase para frase. Não usa normas de referência.
--	--	--------------------------	---------------------------------	---	--

Itens de Análise

Aspeto Formal do texto

- Título
- Fonte
- Calendarização

Organização Conceptual das aprendizagens

- Espaço geográfico representado
- Espaço geográfico alterado
- Conceitos e aprendizagens mobilizados

Problematização das aprendizagens

- Argumentação
- Opinião crítica

Anexo 17 – Rubricas de Avaliação – Elaboração do Núcleo de Estágio

Rubricas de avaliação

Tarefa: Apresentação oral					
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NÍVEIS DE DESEMPENHO				
	<i>STANDARDS</i>				
	1	NÍVEL INTERMÉDIO	3	NÍVEL INTERMÉDIO	5
Clareza	O aluno apresenta uma exposição pouco clara, pouco objetiva e sem evidenciar os aspectos fundamentais.		O aluno apresenta uma exposição clara, mas com alguns aspectos que se afastam do tema.		O aluno apresenta uma exposição clara, objetiva evidenciando os aspectos fundamentais.
Coerência	Discurso pouco coerente, com incorreções gramaticais e de utilização da linguagem científica		Apresenta um discurso razoavelmente coerente, sem incorreções gramaticais, e com a utilização razoável de linguagem científica.		Apresenta um discurso muito coerente, sem incorreções gramaticais, e com a utilização correta de linguagem científica.
Rigor Correção científica	Apresentação com muitas incorreções ao nível do domínio dos conhecimentos científicos.	Apresentação com algumas incorreções ao nível do domínio dos conhecimentos científicos.	Apresentação reveladora de um excelente domínio dos conhecimentos científicos.		

Tarefa: Trabalho de grupo					
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NÍVEIS DE DESEMPENHO				
	<i>STANDARDS</i>				
	1	NÍVEL INTERMÉDIO	3	NÍVEL INTERMÉDIO	5
Cooperação	Não coopera para a realização do trabalho nem integra contributos dos seus pares.		Coopera para realização do trabalho.		Contribui para a realização do trabalho, de forma pertinente, e integra contributos dos seus pares.
Comunicação	Não comunica com os seus pares, nem considera as intervenções dos pares.		Comunica com os seus pares e considera algumas das intervenções dos pares.		Comunica de forma adequada com os pares, expressa as suas ideias de forma adequada e realiza escuta ativa das intervenções dos pares.
Desempenho de cargos	Não participa na definição de papéis nem cumpre os que lhe são atribuídos.	Participa na definição de papéis e cumpre alguns que lhe são atribuídos.	Participa de forma responsável na definição de papéis e cumpre totalmente os que lhe são atribuídos.		

Tarefa: Reflexão Crítica

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NÍVEIS DE DESEMPENHO				
	STANDARDS				
	1	NÍVEL INTERMÉDIO	3	NÍVEL INTERMÉDIO	5
Clareza	O aluno apresenta uma exposição pouco clara, pouco objetiva e sem evidenciar os aspetos fundamentais.		O aluno apresenta uma exposição clara, mas com alguns aspetos que se afastam do tema.		O aluno apresenta uma exposição clara, objetiva evidenciando os aspetos fundamentais.
Argumentação	Apresenta um discurso sem argumentação válida, com incorreções gramaticais e de utilização da linguagem científica		Apresenta um discurso argumentativo, sem incorreções gramaticais, e com a utilização razoável de linguagem científica.		Apresenta um discurso bastante argumentativo, sem incorreções gramaticais, e com a utilização correta de linguagem científica.
Conhecimentos Científicos	Reflexão com muitas incorreções ao nível do domínio dos conhecimentos científicos.	Reflexão com algumas incorreções ao nível do domínio dos conhecimentos científicos.	Reflexão reveladora de um excelente domínio dos conhecimentos científicos.		